

**Ti Caniço**

**PERCEÇÃO DAS POPULAÇÕES LOCAIS FACE À SUSTENTABILIDADE  
DOS SERVIÇOS DAS ZONAS COSTEIRAS: O CASO DA LAGOA DE SANTO  
ANDRÉ**

**Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Doutora Sandra Caeiro**

**Co – Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Doutora Ana Paula Martinho**



Lisboa 2012/2013

Declaro que este Trabalho de Projeto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa,

Declaro que este Trabalho de Projeto se encontra em condições de ser apresentado a provas públicas.

Os orientadores,

---

---

---

Lisboa,

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, publicada na 1.ª série do Diário da República, de 25 de janeiro de 2011, o presente trabalho rege-se pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



*Quem tem imaginação, mas não tem cultura, possui asas, mas não tem pés*

Joubert, Joseph.

*O que caracteriza um trabalho de investigação, nomeadamente a sociológica, é a construção de objectos de conhecimento, formados por conceitos e relações entre conceitos, os quais irão servir para alcançar uma certa forma de apropriação cognitiva do real (Santos, 2011), cit. (Nunes, 1976).*



## AGRADECIMENTO - DEDICATÓRIA

Um agradecimento profundo ao ensino da UAB e aos orientadores deste Trabalho de Projeto, Prof<sup>ª</sup>. Doutora Sandra Caeiro e Prof<sup>ª</sup>. Doutora Ana Paula Martinho, bem como aos pescadores e empresários da Lagoa de Santo André, à Câmara Municipal de Santiago do Cacém (CMSC), à Junta de Freguesia de Santo André (JFSA), ao ICNF, à APA, ao Instituto Piaget, e à Quercus, sem os quais não teria sido possível a elaboração deste estudo.

Ao meu pai Artur (in memoria)

Aos meus filhos Joana e Tiago

À minha mulher Mariazinha

À minha colega Elisabete

Ao Ti Caniço, à Ti Olímpia, aos pescadores que pereceram neste mar e nesta lagoa (in memoria)



## RESUMO

Em Portugal, o reconhecimento da importância estratégica da zona costeira, criou a necessidade de proceder à sua proteção e gestão integrada. O litoral de Santiago do Cacém caracteriza-se por uma zona aplanada e baixa, que, devido à existência de um cordão de dunas e areias de praia na parte noroeste do concelho, isola do mar a sua bacia hidrográfica e linhas de água, dando lugar à formação de lagoas. Uma destas lagoas, de características únicas em termos da biodiversidade a Lagoa de Santo André, dista uma centena de metros do Oceano e detém no seu historial um património inigualável de tradições, de processos de vida das suas gentes e de equilíbrio ambiental reconhecido.

Tendo presente os conceitos de desenvolvimento sustentável, cidadania, participação e educação ambiental, este trabalho através da conjugação de recolha de dados por inquérito, observação direta, pesquisa e análise documental pretendeu contribuir para o conhecimento da perceção das populações e dos decisores locais face à sustentabilidade dos serviços dos ecossistemas utilizados por essas mesmas populações, e propor soluções para a melhor gestão da lagoa de Santo André.

Foi aprofundado o estudo de caso da Lagoa de Santo André com particular destaque para a atividade de pesca artesanal na lagoa, tendo-se concluído, entre outros, a existência de problemática e contestação relativamente à gestão do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, motivada por falta de diálogo e falha na comunicação entre os atores chave do processo, bem como a falta de realização urgente do desenvolvimento de uma estratégia e de uma plataforma de entendimento que ao nível dos decisores promovam o desenvolvimento e a qualidade a todos os níveis desta zona do país de reconhecido potencial e que, simultaneamente, permitam com isso, a sua correta gestão. Urge também o restabelecimento de procedimentos que evitem a degradação ambiental deste ecossistema lagunar, e que se consensualizem disposições, para que no âmbito de determinações normativas, seja instituída a participação e colaboração de todos os agentes e atores envolvidos no processo de decisão.

Estes e outros aspetos foram tratados aprofundadamente na discussão de resultados deste estudo, tendo-se proposto, entre outros, o entendimento entre os atores chave, a

variados níveis, de acordo com os problemas encontrados, e de acordo com as soluções discutidas e concertadas num workshop final.

**Palavras chave:** gestão de áreas costeiras, participação das populações, gestão de conflitos, utilização de nassas.

## **ABSTRACT**

In Portugal, the recognition of the strategic importance of the coastal zone, took to the necessity to proceed to its integrated protection and management. Santiago do Cacém coast line is characteristic by a plane a shallow area on the northwest of the district, giving the possibility of formation of lagoons, due to the existence of sand dunes and sand beaches. One of these lagoons, of unique characteristics in terms of biodiversity, the Lagoa de Santo André, a few hundred meters from the ocean, has, on its history, a unlike heritage on the way of life of the people and a recognized environmental balance.

Taking in account the ideas of sustainable growth, citizenship, ambient participation and education, this work through the combination of the gathering of data by enquiry, direct observation, documental search and analysis pretends to contribute for the knowledge of the perception of the people and local chairmen in face of the sustainability of the ecosystems services used by the population.

The study of the case of the Lagoa de Santo André was taken special care for the activities of the traditional fishing methods in the lagoon, having the explorer concluded, amongst others, the existence of problems and controversy about the management of the ICNF, due to lack of dialogue and failure in the communication between the main actors of the process, the absence in the the making of a strategy or an environmental, economic, seaside plan, management plan that will foment the quality at all levels of this zone of the country of recognized potential; that it urges to restore conducts that avoid the environmental degradation of this lagoon ecosystem, and consensualize regulations, so that in the area on standard decisions, to establish the participation and cooperation of all agents and actors in the procession of decisions.

These and other aspects were deeply treated on the final discussion of this study, having the author proposed the understanding between the key actors, at various levels, according to the problems found and according to the solutions discussed agreed in the final workshop.

**Key-words:** management of coastal areas, participation of populations, conflict management, use of fish traps.



## ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO .....	1
1.1 - Enquadramento .....	1
1.2 - Objetivos .....	4
2 - O ESTADO DA ARTE .....	7
2.1 - Enquadramento .....	7
2.2 - Deslocalização de Populações .....	7
2.2.1 - Processo de Urbanização .....	7
2.2.2 - Dois Exemplos Concretos: Aldeia da Luz e Vilarinho das Furnas.....	9
2.3 - A Questão Turística .....	10
2.4 - Comunidades Tradicionais - O Exemplo do Ceará.....	11
2.5 - Estratégias Relativas ao Desenvolvimento em Zonas Costeiras Protegidas.....	13
2.6 - A Importância de Processos Participativos e de Envolvimento dos Atores .....	15
2.7 - Síntese do Estado da Arte .....	18
3 - METODOLOGIA .....	21
3.1 - Enquadramento Metodológico .....	21
3.2 - Caracterização da Lagoa e da Atividade Piscatória.....	22
3.3 - Perceção dos Pescadores .....	23
3.4 - Proposta de Soluções e Recomendações.....	25
4 - CARATERIZAÇÃO- LAGOA SANTO ANDRÉ- ATIVIDADE PISCATÓRIA.....	29
4.1 - Localização e Descrição.....	29
4.2 - Contexto Legal – Área Protegida.....	35
4.3 - Geologia .....	41
4.4 - Clima.....	42
4.5 - O Potencial Produtivo .....	44
4.6 - A Lagoa e o Homem – Contexto Histórico.....	46
4.6.1 - A População .....	46
4.6.2 - O Renascer da Tradição e da Memória.....	49
4.6.3 - A Pesca.....	51
4.6.4 - Mudança de Paradigma – Fatores .....	56
Acidente de Pesca.....	56
A Zona Balnear .....	57
A Instalação da Área Industrial de Sines .....	57

A Desocupação da Duna Primária .....	58
4.6.5 - A Pesca na Atualidade .....	60
Legislação.....	60
Pesca Profissional na Lagoa de Santo André .....	60
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza a Florestas.....	62
Pescadores e Artes.....	65
O Pescado.....	67
Avaliação Sobre a Caraterização da Pesca e Respetivas Artes .....	72
4.7 - Perceção da População Local e dos Decisores.....	73
4.7.1 - População Local.....	73
Resultados da Entrevista a Luís Caniço e Carlos Domingos .....	74
4.7.2 - Decisores Locais .....	76
Resultado da Entrevista a Decisores Locais.....	77
4.7.3 - Resumo .....	77
5 - PERCEÇÃO DOS PESCADORES .....	79
5.1- Caraterização Geral.....	79
5.2 - Desocupação da Duna Primária .....	81
5.3 - Relação Com Organismos Tutelares.....	82
5.4 - Exercícios de Opinião .....	84
5.5 - Discussão dos Resultados Obtidos com o Inquérito .....	90
6 - WORKSHOP .....	91
6.1 - Realização e Resultados.....	91
6.2 - Parecer do ICNF Face aos Resultados Obtidos .....	94
7 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	97
8 - CONCLUSÕES.....	105
9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	107
ANEXOS .....	117
ANEXO I - Inquérito.....	119
ANEXO II - Realização de Workshop – Notícia Publicada no Jornal O Leme.....	129
ANEXO III - Qualidade da água – Análises – CMSC .....	131
ANEXO IV - Áreas Protegidas em Portugal – Fonte ICNF.....	133
ANEXO V - Súmula Instrumentos Legais - RNLSAS.....	135
ANEXO VI - Recuperação do património cultural.....	137

ANEXO VII - Candidatura - Diversificação e Reestruturação das Atividades.....	139
ANEXO VIII - Arrematação / Arrendamento da Exploração do Pescado .....	141
ANEXO IX - Plano de Ordenamento, Normas para a cedência de lotes. ....	143
ANEXO X - Edital para a pesca (exemplo – vigente).....	151
ANEXO XI - Lista de Presenças na Realização do Workshop. ....	155
ANEXO XII - Power point – Apresentação Workshop (Exemplo) .....	157
ANEXO XIII - Listagem de Problemas Votados .....	159
ANEXO XIV - Lista de Soluções Votadas .....	161
ANEXO XV - Acto de Votação .....	163



## INDICE DE FIGURAS

Figura 3.1 - Proposta de Quadro para Participação dos Atores Chave.....	26
Figura 4.1 - Aumento do Volume Hídrico no Inverno.....	29
Figura 4.2 - Medição de Salinidade na Lagoa de Santo André.....	30
Figura 4.3 - Crise Distrófica na Lagoa de Santo André.....	31
Figura 4.4 - Análise Qualidade Água na Lagoa.....	32
Figura 4.5 - Planta de Enquadramento.....	33
Figura 4.6 - Zona Húmida.....	34
Figura 4.7 - Síntese - Legislação / Reserva Natural das Lagoas de S. André e Sancha.....	40
Figura 4.8 - Referência Climática na Lagoa de Santo André.....	43
Figura 4.9 - A Arte de Xávega.....	47
Figura 4.10 - Habitações em Caniço e Mato.....	48
Figura 4.11 - Festas de S. Romão.....	50
Figura 4.12 - Barco Saveiro.....	51
Figura 4.13 - Faina na Lagoa.....	51
Figura 4.14 - Abertura da Lagoa para o Mar.....	52
Figura 4.15 - Variação Capturas T/Ano.....	54
Figura 4.16 - Desemalhar Peixe - Ti Caniço.....	55
Figura 4.17 - Homenagem às Vítimas do Naufrágio.....	55
Figura 4.18 - Planta da Área de Pesca Profissional na Lagoa S.to André.....	61
Figura 4.19 - Estrutura Organizativa do ICNF.....	62
Figura 4.20 - Períodos de Pesca/Defeso na Lagoa S.to André.....	65
Figura 4.21 - Buracos no Areal para Aprestos de Pesca, Junto à Lagoa.....	66
Figura 4.22 - Entrada e Saída de Embarcações Pesca - Biénio 2010/2011.....	69
Figura 4.23 - Gráfico Síntese das Capturas Declaradas na Lagoa S.to André.....	71
Figura 4.24 - Volume de Captura de Pescado por Espécie - Sines.....	71
Figura 4.25 - Cinchorro.....	75
Figura 4.26 - Luís Caniço - Rede de Emalhar e Nassa de Alares.....	76
Figura 4.27 - Estrutura Etária do Grupo Entrevistado.....	79
Figura 4.28 - Área de Residência dos Entrevistados.....	79
Figura 4.29 - Distribuição por Escolaridade.....	80
Figura 4.30 - Os Pescadores e Outras Profissões para Além da Pesca.....	81
Figura 4.31 - A Resultante da Desocupação da Duna Primária.....	82

Figura 4.32 - A AAPACSACV, o ICNF e a Relação Entre Atores ..... 84

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 4.1 - Captura por espécie e ano na Lagoa de S.to André.....	68
Quadro 4.2 - O volume da captura do pescado por espécie em Sines.....	70
Quadro 4.3 - Guião da Entrevista a Luís Caniço e Carlos Domingos.....	74



## 1 – INTRODUÇÃO

### 1.1 – Enquadramento

Portugal possui cerca de 1450 km de costa e mais de metade da população portuguesa vive em concelhos do litoral. Assim, a *Correta gestão das Zonas Costeiras é decisiva para o desenvolvimento do país*.

A afirmação foi feita pela Secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Fernanda Carmo Rosa, a 12 de abril de 2010 no arranque da Conferência Internacional sobre Conservação e Gestão Costeira no Atlântico e Mediterrâneo (ICCCM) organizada pela Cascais Atlântico e Cascais Energia. Numa abordagem mais aprofundada da gestão da zona costeira, este membro do governo referiu que são necessárias mudanças de mentalidade, não só dos decisores mas também da sociedade civil, que deverá ser sensibilizada para esta temática.

Na década de oitenta do século passado, a Carta Europeia do Litoral, cujo objectivo era estabelecer os fundamentos de uma gestão integrada da faixa costeira, veio traduzir um conjunto de princípios para salvaguardar e valorizar o Litoral Europeu.

Tal vem referido em 1998, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 86/98 de 10 de julho, sobre a Estratégia para a Orla Costeira, na qual são designadas as linhas de orientação e clarificados os propósitos de intervenção neste espaço, através da definição dos domínios prioritários de atuação.

Segundo a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira de Portugal (2009), as zonas costeiras assumem uma importância estratégica em termos ambientais, económicos, sociais, culturais e recreativos, pelo que o aproveitamento das suas potencialidades e a resolução dos seus problemas exigem uma política de desenvolvimento sustentável apoiada numa gestão integrada e coordenada dessas áreas.

O despacho do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, de 9 de outubro de 2007, identifica as ações prioritárias a desenvolver, em especial em matéria de prevenção, proteção e monitorização das zonas de risco. São aprovadas operações integradas de requalificação do Litoral — Polis do Litoral — em áreas particularmente sensíveis, como por exemplo na Ria Formosa, na Ria de Aveiro, Litoral Norte, ou no Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, já aprovado

e implementado, de acordo com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009.

O procedimento de elaboração da Estratégia iniciou-se em 2006 com a elaboração do documento “Bases para a estratégia de gestão integrada da zona costeira nacional”, colocado à discussão pública no início de 2006 e divulgado em 2007 através da sua publicação pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Tendo presente que no âmbito costeiro os problemas biofísicos e de sustentabilidade passam por uma inspiração de “movimento ambientalista”, de acordo com Gerhardt e Almeida (2005), e sendo o ambiente também uma problemática social, será relevante incluir esta questão dentro de um processo dinâmico de reestruturação sociocultural, estando em jogo (em disputa) no contexto da própria modificação, a forma como a sociedade se organiza, pensa e elabora seus valores, bem como as suas prioridades e desejos.

Há que dirimir os aspetos socioeconómicos, recuperando os valores culturais locais, a par de uma sensibilização à população piscatória local para a mudança, veiculada do aporte que o conhecimento científico e a legislação trazem como fundamental. Nesse sentido torna-se necessário o estabelecimento de uma parceria entre tradição, cultura, ciência, determinação legislativa, que vise uma sustentabilidade social, incrementada pela cidadania, pelo bom senso, e pelo sentido colaborativo entre as partes interessadas no processo, tendo presente que o objetivo central da Gestão Costeira é o Homem. Sem o Homem as zonas costeiras não careceriam de qualquer tipo de gestão. É o Homem que impõe a necessidade dessa gestão como forma de, presumivelmente melhorar o nível de exploração dos recursos naturais. Todavia, a Natureza gere-se a si própria com extrema eficácia, garantindo verdadeira sustentabilidade para o futuro a curto, médio, longo e muito longo prazos. Ao longo dos cerca de 3,5 biliões de anos de vida na Terra os ecossistemas foram-se sucedendo, tornando-se progressivamente mais complexos (Dias *et al.*, 2012).

Corrompendo a lógica das leis naturais, onde a adaptabilidade às modificações ambientais constitui fator de suma importância para a sobrevivência da espécie, o *Homo sapiens* adaptou-se como pôde às alterações do meio em que vivia (e com isso evoluiu),

mas com o poder tecnológico que desenvolveu, tenta adaptar a Natureza aos seus próprios interesses (Dias *et al.*, 2012). Assim, ao tentar assumir-se como entidade reguladora dos processos dos quais depende, mas que conhece ainda mal e que, efetivamente, não controla, o Homem entrou em conflito consigo mesmo. E esses conflitos são evidentes na exploração dos recursos marinhos, e nunca é demais lembrar que o litoral é o principal recurso marinho explorado na atualidade (Dias *et al.*, 2009).

Um exemplo onde a gestão das zonas costeiras não é uma tarefa fácil, onde as pressões de atividades piscatórias da população local têm que se conciliar e equilibrar com os valores naturais e de biodiversidade é a Lagoa de Santo André. Esta zona costeira foi criada como Reserva Natural através de Decreto-Regulamentar n.º 10/2000 de 22 de agosto, onde é referido que *foi finalmente reconhecida a importância deste santuário natural*. Segundo o Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro, ao delimitar-se uma área destinada à proteção de *habitats*, da flora e da fauna (Reserva Natural) pretendeu-se adotar medidas *que permitam assegurar as condições naturais necessárias à estabilidade ou à sobrevivência das espécies, comunidades bióticas ou aspetos físicos do ambiente*, (Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro).

Refere o portal do Município de Santiago do Cacém que por volta de 1855 pescadores de Ílhavo e respetivas famílias chegaram à Costa de Santo André; *no recenseamento da população do ano de 1863, existiam na praia de Santo André 6 fogos com um total de 18 pessoas. Havia 9 homens que se dedicavam à profissão de pescadores* relata os "Annaes do Município" de 1869. Construíram cabanas e armazéns de colmo e caniço e devido à abundância de sardinha no mar (no Verão) e outro peixe na Lagoa (no Inverno) terão estabelecido duas campanhas com lavradores da região, praticando a arte xávega. Pela fonte acima referida, o portal do Município de Santiago do Cacém, a Câmara Municipal exercia o seu domínio sobre a lagoa, que continuou arrendada a particulares até ao ano de 1975. Após esta data passa para a gestão do Gabinete da Área de Sines, regressando posteriormente para a gestão da Câmara Municipal.

Com o processo da construção da plataforma industrial de Sines, na década de setenta do século passado, as condições socioeconómicas, os hábitos, o aproveitamento e sobre exploração do tecido urbano sem regra, devido ao acréscimo populacional permanente, criaram e potenciaram a descaracterização desta localidade, cujo ordenamento primitivo

lhe conferia um ar de saudável ancestralidade, tornando-a num caos urbanístico que culminou na década de oitenta, tendo a Câmara Municipal de Santiago do Cacém promovido por essa altura a desocupação da duna primária, criando um novo loteamento destinado a realojamento das famílias até então residentes no areal dunar sobranceiro ao mar.

Não obstante a perda quase plena da identidade daquela povoação, imposta com a deslocalização, agora na posse de outro tipo de facilidades urbanísticas, inserida num outro contexto de construção geométrica e pese a migração do seu capital humano mais representativo, em demanda de novas oportunidades, entre as quais a pesca profissional em Sines, a Lagoa de Santo André resistiu à mudança, continuando a ostentar as suas bateiras a remos e a pescar na lagoa, dentro das regras e limitações impostas ou derivadas de acerto legislativo, a partir de 2000, pela instalação da entidade no domínio ambiental desta Zona Húmida, a Reserva Natural através do já mencionado Decreto-Regulamentar n.º 10/2000 de 22 de agosto.

Ou seja, com a criação da Reserva Natural, inicia-se um processo, em que para atividades específicas como a pesca, o diploma atrás referido, estabelece a possibilidade de se publicarem portarias conjuntas com outros ministérios, por forma a determinar condicionamentos ou interdições a esta actividade, iniciando com isso o processo de regulação da pesca na lagoa e a consequente contestação dos pescadores, que não foram consultados neste processo. A perceção dos pescadores e a gestão dos conflitos entre os diversos atores chave locais, são temáticas que se tornaram cruciais estudar e analisar no contexto deste importante ecossistema.

## **1.2 – Objetivos**

Este trabalho tem como objetivo geral contribuir para o conhecimento e perceção das populações locais, face à sustentabilidade dos serviços das zonas costeiras utilizados por essas mesmas populações, tendo presente o estudo de caso da Costa de Santo André, com particular destaque para a actividade ancestral da pesca artesanal na lagoa.

Como objetivos específicos pretende-se:

- i) Identificar e caraterizar o estado das atividades piscatórias na Lagoa de Santo André, incluindo a sua evolução histórica em termos das alterações físicas do ecossistema, de

ordenamento, das artes de pesca, cultura, tradição e evolução dos stocks das principais espécies.

ii) Avaliar a perceção da população local e dos decisores em relação aos factores que de alguma forma contribuíram para um processo de mudança no âmbito das suas valências socioeconómicas e de tradição, com enfoque especial para a actividade da pesca na lagoa.

Também, avaliar a perceção da população, sobre os mecanismos utilizados para a resolução dos factores mencionados, nomeadamente no que refere a necessidade de ordenamento da orla costeira, ou a sustentabilidade do ecossistema da Lagoa de Santo André, entre outros.

iii) Propor soluções, medidas e recomendações para garantir o equilíbrio entre a atividade económica local da pesca, a sustentabilidade e harmonia do ecossistema em estudo.

**No âmbito do primeiro objetivo específico**, houve que suscitar, analisar e refletir sobre os aspetos emergentes da profunda alteração operada na comunidade piscatória da Lagoa de Santo André, mormente a partir dos anos sessenta do século XX, até aos nossos dias, em que pontuam entre outras, mais recentemente, a criação da Reserva Natural, e outros aspectos que a antecederam, entre os quais o processo de ordenamento habitacional por desocupação da duna primária, as mudanças de paradigma face a acontecimentos e processos de evolução natural, que contribuíram de alguma forma, para a actual situação deste povo, com reflexos na actividade primitiva, económica e social da sua gente – a pesca na lagoa, que adiante tratámos em capítulos dedicados.

No âmbito da prossecução deste objectivo específico, foi determinante a lógica relativa à necessidade de procedimentos na área ambiental, tendo em conta a preservação da biodiversidade, com medidas preconizadas para a proteção de espécies e seus *habitats*, a qualidade e renovação da água da lagoa e, naturalmente, as questões históricas e socioeconómicas, que devem ser preservadas e interpretadas à luz das transformações consideráveis operadas no seio desta comunidade piscatória, naturalmente por força das dinâmicas em estudo, com enfoque para o fio condutor deste trabalho, a pesca na lagoa.

**No âmbito do segundo objetivo**, concertado e analisado em função deste sentido orientado para a mudança, em que nela sobressai a consciência de governantes e organizações de pendor ambientalista apostados e fortemente empenhados nestas matérias, houve que estudar e demonstrar que tipo de consequências ou impacto provocaram na comunidade piscatória local e na pesca na lagoa – se esta se moldou aos novos aspetos estatutários, que tipo de conhecimento e sensibilização para a mudança lhe foi facultado e, também, se no processo que naturalmente se pretendeu construtivo, houve o cuidado de manter, guardar e salvaguardar o manancial histórico e tradição, em harmonia com novos “modus”. Apurar se houve formação com vista à consciência ambiental e à interpretação legislativa, e se as mesmas obedeceram a critérios de cidadania participativa, com vista ao apuramento e resolução de questões eventualmente não resolvidas ou pendentes, que privilegie o desenvolvimento sustentável, envolvendo as partes, entreabrindo portas para a obtenção de novos contributos para a melhoria do estado da arte, culminando num **terceiro objetivo**, em que o autor propôs soluções que enfatizam e conciliam modernidade e ancestralidade, num processo profícuo de cidadania ambiental e participação e simultaneamente de uma correta gestão destas áreas costeiras sensíveis.

## **2 – O ESTADO DA ARTE**

### **2.1 – Enquadramento**

As grandes revoluções e mudanças na sociedade devem ter em conta as alternativas de participação que os processos de construção política e de afirmação da cidadania oferecem aos indivíduos e aos estratos organizados da sociedade, Campos( 2002), sendo os mesmos considerados de fundamental importância no âmbito do presente trabalho. Por sua vez, concebe-se como sendo charneira de um processo de integração social o atendimento aos interesses da população como um todo, levando-se em conta as assimetrias entre os diferentes atores envolvidos e que o mundo, sendo socialmente construído, (por essa razão) o comportamento dos Estados deve ser orientado a partir da formação das identidades e seus interesses intrínsecos (Campos, 2002).

As premissas do construtivismo, de que o mundo é uma construção social e de que o processo de comunicação entre atores determina as preferências dos agentes, revelam-se adequadas ao estudo das evoluções dos povos, sua caminhada e suas transições, tendo presente que determinantes de variadíssima ordem, como a questão económica, natural e de ordenamento, poderão precipitar alterações profundas no seio de comunidades ou grupos (Campos, 2002).

Essas alterações podem ser analisadas e avaliadas à luz de um saber sociológico e determinante que constitua matéria que veicule ciência revestida de saberes, onde possamos encontrar similitude entre os casos que configuram o movimento de massas ou êxodo de populações, e a deslocalização operada no seio da comunidade da Lagoa de Santo André, com repercussão na sua atividade piscatória, sob a chancela do estado da arte.

### **2.2 – Deslocalização de Populações**

#### **2.2.1 – Processo de Urbanização**

O longo caminho evolutivo transportou-nos para o planeta globalizado que hoje habitamos, tornando a senda desse caminho, um imperativo que deve ser estudado e analisado à luz dos saberes, para o que muito tem contribuído a análise académica de investigadores com trabalhos cuja percepção aclara a compreensão desses fenómenos.

Para o enriquecimento destas matérias, teve-se em conta a investigação norteada por Ana Flávia Silva Neves (Universidade Nova de Lisboa) Lúcia J. Oliveira e L. Silva (Universidade de Aveiro), no seu trabalho sobre a Cidade Digital 2.0.

Tendo em conta Neves *et al.*,(2009), cit. (Castells, 1996), o rápido e inesperado movimento marcado pelo desenvolvimento extra urbano, a decadência do interior da cidade e obsolescência do ambiente suburbano construído, iriam constituir o motivo e o ímpeto para repensar as estruturas existentes, pois que a ampliação e impacto destes fenómenos, excederam as meras transformações dos serviços das cidades, com o acréscimo sobretudo das ações de reposicionamento do homem no contexto urbano.

Estruturaram-se novas formas urbanas, criando a partir delas ambientes renovados, complementares ao espaço urbano físico, propícios ao reforço de laços comunitários e revitalização das dinâmicas e fluxos perdidos (Neves *et al.*, 2009), cit. (Lemos, 2002).

Na génese destes processos não foi alheia a intensa evolução tecnológica sentida essencialmente a partir dos anos oitenta, com impacto determinante, registado em todas as áreas do crescimento económico e social, à qual se deve uma quase total responsabilidade pelo progresso e reorganização das estruturas existentes. Complementarmente e com o intuito de fixar populações criativas geradoras de valor, desenvolveram-se múltiplas iniciativas, tais como a construção de espaços mais atraentes, promoção de eventos, oferta de novos serviços, criação de condições excecionais de trabalho, cultura e desenvolvimento pessoal com a capacidade de potenciar as condições atrativas necessárias para originar o sistema social pretendido (Neves *et al.*, 2009).

A construção de novos cenários, conjugada com as renovadas formas de contacto trazidas pela evolução tecnológica, veio provocar alterações incisivas nas práticas sociais, determinadas por princípios como a coesão social, o sentimento de pertença ou a colaboração para um fim comum (Recuero, 2003).

Ainda de acordo com Neves *at al.*, (2009), essa construção vê-se sujeita às variações ao nível territorial (suporte espacial que serve de coesão do grupo) e do interesse comum, sentindo mudanças efetivas nas relações que a suportam. Em função deste fenómeno, dá-se a decadência conduzida pela industrialização, pelo surgimento das sociedades de massa e pela deslocalização das populações das aldeias para as cidades, afetando

diretamente o funcionamento das comunidades tradicionais, ou seja: de uma forma indireta, transformou por completo indivíduos, hábitos, relações e práticas sociais.

Numa revelação das enormes possibilidades (benéficas mas também adversas) trazidas pela urbanização, os cidadãos iniciaram um processo de individualização caracterizado pela busca desmedida do melhor para si (desconsiderando as obrigações sociais e as regras relacionais), aumentando assim a competitividade desenfreada e anulando as noções de cooperação e de sentimento de pertença a determinado núcleo social (Sennet, 1995), segundo (Wakashima e Capellari 2010).

### **2.2.2 – Dois Exemplos Concretos: Aldeia da Luz e Vilarinho das Furnas**

Segundo Reino *et al.*, (2008), sob a égide Mitos e Realidades: de Vilarinho da Furna à Aldeia da Luz, em que se aponta na construção de barragens, o intuito de produção de energia elétrica, como pretensão desenvolvimento para as populações circundantes e/ou deslocalizadas em consequência da sua construção, na realidade não passou de uma ilusão. O “progresso” socioeconómico das povoações que sofreram o impacto da proximidade de uma grande obra a este nível comprova o mito, ou seja, na maior parte das vezes, essa construção surge com um carácter inquestionável e incontornável, na medida em que o aproveitamento e armazenamento de água sempre esteve, associado a políticas de desenvolvimento, mas que pouco se preocupavam com os problemas sociais e ambientais, a montante e a jusante destes projetos (Reino *et al.*, 2008).

Em Portugal, constituem casos paradigmáticos a barragem de Vilarinho da Furna, dos finais do Estado Novo, e a barragem de Alqueva, construída em plena democracia. Em Vilarinho da Furna, com a submersão da aldeia, a sua gente teve que se fixar em diferentes paragens; quanto ao Alqueva, os habitantes da aldeia da Luz foram deslocalizados para uma nova aldeia construída de raiz.

Vilarinho era uma relíquia da velha organização comunitária, hoje agonizante, mas outrora muito difundida em toda a Europa e não sendo caso único era, no mínimo invulgar, dado os traços fundamentais deste sistema comunitário se situarem ao nível das condições económicas e da organização social, intimamente ligado às condições ambientais.

Nestes dois casos estudados por Reino *et al.*, (2008), podemos constatar que está muito enraizado na nossa sociedade o conceito de que a água é propriedade comum e um bem público, competindo ao Estado a gestão desse bem. Contudo, desde o século passado, a política adotada na gestão dos recursos hídricos tem enfatizado o interesse nacional, esquecendo que, nalguns casos, nem sempre é coincidente com o interesse das populações limítrofes. Com efeito, a relação custo/benefício não terá sido devidamente ponderada, sobretudo no que diz respeito a contabilização dos impactos sociais e ambientais, que se refletem, naturalmente, quer a jusante, quer a montante desses empreendimentos (Reino *et al.*, 2008).

Mas, as recordações da antiga aldeia ficaram para sempre na memória e no coração dos que lá viveram, e a adaptação ao novo contexto espacial tem sido um processo lento e complexo, passível de ser analisado cientificamente. O principal objetivo deste estudo, segundo os autores, foi o de apurar uma série de aspetos que se prendem com a adaptabilidade dos habitantes a nova aldeia da Luz, tentando compreender as suas expectativas em relação ao seu futuro, e ao da própria aldeia. A questão social parece ter vindo a ser subalternizada, aquando da decisão da construção de empreendimentos hidroelétricos, parecendo que, por vezes, não têm sido incorporados princípios mais abrangentes de responsabilidade social, por forma a minimizar conflitos com as comunidades afectadas (Reino *et al.*, 2008).

As deslocalizações compulsivas dos habitantes de Vilarinho da Furna e da Luz constituem, cada uma a seu modo, exemplos paradigmáticos do fenómeno referido.

Daí o interesse desta análise, que *esperamos constitua uma achega para o repensar/reformular do(s) modelo(s) de desenvolvimento, ao nível da construção e localização de novas barragens, que, num futuro próximo, podem afetar outras comunidades em termos de identidade territorial* (Reino *et al.*, 2008).

### **2.3 – A Questão Turística**

Segundo Wakashima e Capellari (2010), no seu estudo sobre globalização e deslocalização, numa análise sobre o crescimento do turismo residencial no Mediterrâneo espanhol e no litoral do Nordeste brasileiro e nos seus efeitos socio-ambientais, os impactos do turismo residencial, são aqui descritos, bem como a sua evolução, analisando este as características desta actividade, numa perspectiva relativa

ao Brasil e à Espanha. Segundo o autor, dentre as diversas segmentações do turismo no Brasil está em ascensão, principalmente no Nordeste, o turismo denominado residencial. Esta atividade caracteriza-se pela utilização de segunda residência localizada em praias, centros urbanos entre outros, para fins de lazer. O Litoral Mediterrâneo Espanhol é um dos destinos onde a atividade turística residencial está mais fortemente consolidada, porém sofre com a saturação dos espaços e comprometimento da qualidade ambiental, tornando insustentável a economia local (Wakashima e Capellari 2010).

A especulação imobiliária fez em ambos os casos, com que famílias optassem por morar em regiões periféricas, muitas vezes em condições de insalubridade. A chegada de mega investimentos, principalmente os estrangeiros, ocasionou a descaracterização de cultura local, na qual se inclui naturalmente a atividade piscatória. A estrutura disposta por estes empreendimentos consome muito mais dos recursos naturais se comparados a simples hotéis e pousadas, além de descaracterizar a paisagem, comprometendo assim o principal atrativo turístico da região (Wakashima e Capellari 2010).

O principal objeto do estudo, segundo Wakashima e Capellari (2010), foi identificar e analisar alguns dos impactos sociais, económicos e ambientais decorrentes da atividade do turismo residencial quer no Nordeste brasileiro, quer no litoral mediterrânico espanhol, considerando ser a indústria turística, o agente responsável pelo processo de transformação das regiões (Wakashima e Capellari 2010). cit. (Aledo, 2008). A alteração da composição demográfica, causada pelos processos migratórios de trabalhadores e turistas, o desaparecimento das atividades tradicionais e da cultura local, e a transformação da paisagem, são alguns impactos presenciados pelas comunidades localizadas no Mediterrâneo, bem como no Nordeste brasileiro, que acabam ocasionando a decadência de suas atrações turísticas, estimulando assim a busca por lugares menos saturados, prestando com isto um contributo de valorização para o conhecimento e com isso para o estado da arte sobre estas matérias (Wakashima e Capellari 2010).

#### **2.4 – Comunidades Tradicionais - O Exemplo do Ceará**

Leal (2012), na sua dissertação sobre as experiências vivenciadas por duas comunidades, Canoa Quebrada e Vila do Estevão, numa análise sobre a percepção dos diferentes atores sociais sobre o processo de modernização vivido por essas populações,

contextualizou a formulação de uma análise sociológica, acerca da civilização e do capital, em tempos contemporâneos, estabelecendo uma relação entre modernização e o modo de vida das comunidades tradicionais da zona costeira cearense. Refere que o seu estudo se pautou por uma metodologia qualitativa, tendo as investigações seguido as vias da observação e realização de entrevistas temáticas, identificando os impactos provocados pela tensão social imposta através do modelo de desenvolvimento vigente, com os seus padrões impositivos, muitas vezes em antítese com aspetos relativos ao comportamento dos povos e das suas tradições.

Refere ainda que a problemática em estudo tem vários pontos de contacto com outros debates atualmente em curso nas ciências sociais e humanas, e que, por isso, se dispõe de um dispositivo teórico amplo que abarca a pluralidade de concepções e perceções sobre as relações entre trabalho, tempo e ócio, os paradigmas da tradição e da modernidade e as estratégias de enfrentamento das organizações coletivas pela coexistência com essa realidade. *Nesse contexto, os conceitos de “sociologia das ausências” e de “sociologia das emergências” propostos por Boaventura de Sousa Santos, as concepções de tempo social do sociólogo Norbert Elias, e as definições de Mészáros sobre a crise estrutural do capital e sua estrutura fundante constituem os utensílios teóricos nessa investigação* (Leal, 2012).

A autora considera que a modernidade é a base racional, científica, que surge como verdade absoluta para o conhecimento, bem como para a explicação dos fenómenos da natureza. Para os povos que a enfrentam, é um momento de transição em que o divino deixa de compor a base explicativa desses fenómenos, enquanto a razão pura passa a fazer parte desse cenário, buscando-se a razão e explicação científicas, e negando-se as crenças desprovidas de comprovações (Leal, 2012).

*A interação com a natureza que caracteriza uma comunidade tradicional é aquela que permite um compartilhamento do uso da terra, da água, das florestas, sendo respeitadas em seus ciclos de produção* (Leal, 2012), cit. (Cândido, 1964).

Outra forte referência de uma comunidade tradicional é a limitada interferência no ambiente, por utilizarem os recursos na medida das suas necessidades e praticarem atividades económicas (agricultura, pesca, coleta e artesanato) de pequena escala

mercantil, baseada no uso de recursos naturais renováveis. As manifestações culturais, acabam por se perder em presença da modernidade (Leal, 2012).

Assim, o Ceará apresenta, no domínio do presente estudo, de acordo com Leal (2012), um cenário de destruição das suas singularidades, da perda dos traços característicos de comunidade e de seus habitantes.

Nas sociedades tradicionais há uma valorização dos saberes transmitidos oralmente ao longo das gerações (Leal, 2012).

*São estes saberes, construídos e reconstruídos no dia a dia, por pessoas comuns, de usos comuns, que constroem a história humana, incluindo práticas e técnicas aperfeiçoadas em uma correlação do indivíduo com o coletivo, com a natureza e com processos produtivos artesanais (Leal, 2012) cit.(Cândido, 1964).*

## **2.5 – Estratégias Relativas ao Desenvolvimento em Zonas Costeiras Protegidas**

O estudo em apreciação da autoria de Vivacqua *et al.*, (2009) versa o debate académico sobre a viabilidade de implementação de estratégias alternativas relativas ao desenvolvimento em zonas costeiras protegidas, no cenário da globalização assimétrica, que caracteriza as sociedades modernas, em particular a zona do Estado de S. Catarina no Brasil. A linha de argumentação versa primeiramente a perspectiva de aplicação do conceito de desenvolvimento territorial sustentável ao processo em curso de criação de um sistema de gestão integrada e participativa do litoral (Vivacqua *et al.*, 2009). Numa outra abordagem apresenta uma visão panorâmica do processo de normatização dos instrumentos utilizados no Sistema de Gestão de Unidades de Conservação no Brasil, oferecendo uma síntese do processo de construção do projeto de Gestão Integrada das Unidades de Conservação Marinho-Costeiras do Estado de Santa Catarina. Em seguida refere Vivacqua *et al.*, (2009), houve que estudar o potencial contido na abordagem territorial do desenvolvimento para a consolidação do processo de integração ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, tendo presente as diversas abordagens requeridas, entre as quais a participação de agentes e atores numa representação interessante do ponto de vista da ampliação da participação das comunidades locais na gestão do património natural e cultural costeiro. Tratando-se de um novo espaço de abordagem sobre estas temáticas salienta o autor, o potencial contido neste modus de gestão

ambiental pública para a disseminação, no litoral brasileiro, de novas dinâmicas e culturas de desenvolvimento, são um desafio interessante do ponto de vista académico.

Entretanto, reforça Vivacqua *et al.*, (2009) serem inúmeros os desafios e obstáculos que têm sido observados neste processo de gestão, dada a ausência de comprometimento e pouca participação dos órgãos públicos, bem como a fraca participação da população local, contrariando o propósito normativo que estabelece que todos os planos de gestão elaborados pelos Estados devem ser desenvolvidos com a participação efetiva dos atores sociais envolvidos no processo (Vivacqua *et al.*, 2009). Como tal, conclui ser necessário insistir na importância de se estimular cada vez mais a difusão de informações, a capacitação e a mobilização dos atores chave, na medida em que os conflitos continuam a predominar sobre a cooperação nos diferentes níveis de atuação dos órgãos ambientais. Ou seja, os organismos tutelares têm permanecido, pouco sensíveis à necessidade de levar em conta as percepções, os anseios e os saberes das comunidades de utilizadores dos recursos costeiros (Vivacqua *et al.*, 2009).

*Nesses sistemas, a necessidade de mediação eficiente de conflitos de percepção e interesse recorrentes vem colocando em evidência novas pistas de pesquisa para cientistas sociais comprometidos com um estilo de gestão patrimonial de zonas costeiras no país* (Vivacqua *et al.*, 2009).

Referimos no presente projecto, um trabalho relacionado com os conflitos resultantes do uso dos recursos costeiros, especificamente alusivo aos desafios colocados ao explorador, para a promoção da sustentabilidade no cultivo de moluscos, segundo (Freitas e Barroso 2006).

Com o intuito de assegurar os múltiplos usos dos recursos costeiros em função da implantação de cultivos de moluscos, este estudo pretendeu identificar, segundo Freitas e Barroso (2006), quais são os possíveis conflitos, e sua resolução, para as diferentes formas de utilização dos recursos costeiros. Neste estudo, segundo o autor, os conflitos encontrados para a implantação de aquacultura para exploração de moluscos, situam-se invariavelmente ao nível dos usuários das águas costeiras para lazer e turismo; dos gestores de empreendimentos imobiliários e urbanísticos; dos conservacionistas; da sinalização relativa à navegação; da pesca; ou seja, gera-se um conflito entre atores, em que particularizamos a questão da pesca na medida em que, de acordo com

Freitas e Barroso (2006), os pescadores se vêm privados de praticar a sua pesca – normalmente o arrasto, em zonas que antes lhes eram facultadas e que agora estão interditas e com isso questionam a alteração operada com base na implementação de novos projectos, cuja resolução terá que passar por um propósito de discussão da problemática entre as partes (Freitas e Barroso 2006).

Dando especial ênfase aos projectos de aquicultura, o autor refere tratar-se de mais uma forma de pressão antrópica sobre os ecossistemas e recursos naturais, particularmente sobre o ambiente costeiro, e que esse aumento da pressão antrópica sobre os ecossistemas costeiros requer um desenvolvimento que também tenha em vista a melhoria das condições sócio económicas da população, incluindo melhores salários, maior oferta de emprego, melhores condições de trabalho, preservação dos valores culturais e privilegiando a manutenção da boa relação entre o homem e o ambiente (Freitas e Barroso 2006).

*A pesca se torna geralmente um conflito de uso depois da implantação das estruturas de cultivo, pois pescadores e donos de embarcações pesqueiras deixam de pescar em áreas onde antes praticavam sua atividade (principalmente as práticas de pesca de arrasto). Conforme descrito, é necessário que esse conflito seja contornado criando mecanismos para que a população continue obtendo os recursos para sua sobrevivência (Freitas e Barroso 2006).*

## **2.6 – A Importância de Processos Participativos e de Envolvimento dos Atores Chave Locais**

A participação deve ser vista como um instrumento importante para promover a articulação entre os atores sociais, fortalecendo a coesão da comunidade, e melhorar a qualidade das decisões, tornando mais fácil alcançar objetivos de interesse comum, podendo ser vista como consequência de uma evolução nas concepções de responsabilidade e autonomia dos indivíduos, assim como de uma maior consciência dos mecanismos de discriminação e exclusão gerados na sociedade, favorecendo a efetiva participação dos cidadãos na vida social, económica, política e cultural, fazendo uma distribuição mais equitativa dos recursos, Fazenda (2005). Para atingir este objetivo, é fundamental que o processo de distribuição do poder seja uma realidade. *O caminho histórico que alimentou este conceito visa a libertação dos indivíduos relativamente a estruturas, conjunturas e práticas culturais e sociais que se revelam*

*injustas, opressivas e discriminadoras, através de um processo de reflexão sobre a realidade da vida humana* (Fazenda, 2005) cit. (Pinto, 1998).

Logo a participação das populações ou a sua consulta no processo de decisão, é reveladora de maturidade política e pode elevar a qualidade legislativa, a par da qualidade do decisor e da decisão. É neste contexto que situámos a nossa análise, referindo de seguida exemplos de trabalhos paradigmáticos no que refere o envolvimento dos atores chave, que nos mereceram particular interesse e que se ajustam a um processo de inspiração na elaboração do presente estudo exploratório, a saber:

*É preciso adotar uma estratégia do tipo bottom-up que promova a democracia participativa e instigue os saberes locais* (Santos, 2011).

Segundo Santos (2011), no seu trabalho sobre a sustentabilidade relativa ao impacte da criação da Reserva Natural das Ilhas Berlengas (RNB), no seio da comunidade piscatória da cidade de Peniche, houve que modelar procedimentos e organizar uma estrutura de trabalho assente em entrevistas exploratórias feitas a pescadores, bem como a técnicos do ICNB (atualmente), que permitiram em fase posterior caracterizar a realidade social encontrada no terreno, com vista ao encontro de soluções e conclusões para a gestão de eventuais conflitos. Relativamente a este estudo, Santos (2011), no qual encontramos similitude entre parte destas duas realidades, a desta população e a da Lagoa de Santo André, tendo em conta que o seu trabalho versa a gestão dos recursos e a sua sustentabilidade face a um organismo tutelar, referimo-lo pelo seu contributo para o Estado da Arte e pela fonte de inspiração nos seus pontos concordantes ao do presente projecto.

No intuito de uma maior abrangência científica, direccionámos a nossa pesquisa para projectos que trouxessem “apport” ao presente trabalho, considerando agora, no âmbito de uma vertente mais vocacionada para a pesquisa documental e de campo, de acordo com a metodologia que nos propusemos edificar, ter em conta ensinamentos de trabalhos, como por exemplo o projecto MARgov do Instituto do Mar (IMAR), que teve início em outubro de 2008 através do financiamento do Galardão Gulbenkian/Oceanário de Lisboa, e que teve por objectivo capacitar agentes para a mudança, ao nível da governação sustentável dos oceanos, pelo reforço do diálogo entre os atores, assim como realçar a dimensão humana e social na gestão das áreas marinhas protegidas

(AMP). Tal, foi objecto de medidas em que destaca a promoção da participação activa das comunidades locais e de outros actores chave envolvidos no caso de estudo do projecto, o Parque Marinho Professor Luiz Saldanha. O projecto detém o desenvolvimento de três componentes dominantes: a Governância e Participação Pública, a Cidadania e Educação Ambiental e o Suporte Dinâmico-Espacial, tendo enfoque, na resolução da problemática relativa à governância e à fraca participação dos actores locais na gestão das Áreas Marinhas Protegidas (Vasconcelos *et al.*, 2012).

Refere este caso, os estudos preconizados relativos à sustentabilidade do Parque Marinho Professor Luiz Saldanha (no âmbito do MARgov) - Área Marinha Protegida (AMP) que integra o Parque Natural da Arrábida ocupando uma área de 53 km<sup>2</sup>, e estende-se ao longo de 38 km de costa rochosa, entre a Praia da Figueirinha, na saída do estuário do Sado, e a Praia da Foz, a Norte do Cabo Espichel como sendo uma barreira importante à sustentabilidade dos oceanos (Vasconcelos *et al.*, 2012).

Referimos igualmente a pesquisa de artigo publicado na revista *Gestão Costeira, resultado de uma relação dúbia entre o Homem e a Natureza*, em que basicamente o homem se transformou no principal agente modelador das zonas costeiras. Com relevância crescente, começou a tentar “melhorar” alguns processos naturais, a alterar de forma progressiva o funcionamento dos sistemas terrestres, a colocar cada vez mais a Natureza ao seu dispor, tornando-se a espécie dominante e soberana do planeta que o produziu, sendo o principal agente modelador das zonas costeiras e com o poder tecnológico que desenvolveu, tenta adaptar a Natureza aos seus próprios interesses. Ou seja, esboça este trabalho um criticismo mas também o paradigma de que com tudo isto, é espectável que o homem produza uma gestão costeira de forma sustentável, sendo essa a sua missão, face aos saberes e poder adquiridos com a ciência ao longo dos tempos. (Dias, *et al.*, 2012).

Um outro trabalho que demonstra a importância de metodologias participativas e de “bottom up” é o estudo desenvolvido na área da implementação de áreas marinhas protegidas (AMP), e que versa o envolvimento de pescadores artesanais do Nordeste do Brasil Brasil (Icapuí, Ceará), em que Moretz *at al.*, (2013), refere como objectivo, analisar em que medida a percepção ambiental de pescadores artesanais pôde contribuir para análise e criação de uma área marinha protegida.

Esta região tem registado conflitos entre atores devido ao modo diferenciado como processam a suas capturas, no que refere à pesca da lagosta, mormente a sua pesca ilegal, razão pela qual, este recurso piscatório apresenta significativo declínio nos últimos cinquenta anos e também, pela falta de critério, consciência ambiental e deficiente fiscalização. Tendo presente a cidadania ativa, foi elaborada *a criação de uma AMP analisada sob a ótica dos pescadores artesanais, enfocando um diagnóstico ambiental participativo e as possibilidades de uso sustentável da área* (Moretz *et al.*, 2013).

Para este trabalho realizado por Moretz *et al.*, (2013) foi avaliado o perfil socioeconómico dos pescadores bem como os principais recursos pesqueiros, utilizando questionários semiestruturados aplicados, e entrevistas. Foram também analisadas a percepção ambiental referente à área marinha protegida proposta e a categoria de uso mais adequada, segundo os atores chave. Os resultados comprovaram que a população depende da atividade pesqueira, e que os pescadores possuem ampla percepção sobre as relações ecológicas na região. Logo, estamos perante um modelo de gestão participada, em que os pescadores são instados a trazer o seu conhecimento, fazendo parte do processo na criação de uma AMP, com evidente vantagem para as partes envolvidas no processo, e com benefício inquestionável para preservação do meio marinho e a sua sustentabilidade (Moretz *et al.*, 2013).

## **2.7 – Síntese do Estado da Arte**

O que se verifica no que refere o estado da arte sobre estas matérias, nomeadamente a percepção das populações locais face à sustentabilidade dos Serviços das Zonas Costeiras, quando por imperativo de ordenamento com vista à sustentabilidade do litoral oceânico, se impõe a deslocalização dessas mesmas populações, vem demonstrar que essa percepção se traduz numa especificidade não contida, ou contida apenas de forma subliminar nos estudos que veiculam a sustentabilidade do meio costeiro, pouco enfatizados e parcos na questão sociológica.

No presente trabalho, em que a componente de ordenamento encontra no aspeto humano uma plêiade de conceitos com base na sociologia, na tradição, na economia e na questão ambiental, entre outros, houve que optar pelo estudo de trabalhos académicos que pudessem configurar um sentir em termos de êxodo, ou de

deslocalização de populações, para daí podermos direcionar, o nosso estudo, numa explanação conducente ao propósito primeiro que é a questão dos recursos, nomeadamente os piscatórios, numa caminhada pautada pelos momentos antes e pós deslocalização da população da Costa de Santo André, ou mais comumente, designada por Lagoa de Santo André.

Os trabalhos analisados, base de referência para o estado da arte, contêm nomeadamente: – a manifestação sobre a deslocalização de populações, por imperativo economicista dos Estados, por questões de aproveitamento turístico de zonas excepcionais junto ao litoral, e pela globalização que conduz à criação de soluções para ao nível dos grandes centros urbanos, ser possível não só a absorção de massas provindas de meios rurais e marítimos, como também criar condições que creditem o potencial dessa sinergia, e também – estudos que permitem concluir que os problemas derivados de reorganização do litoral, ao nível do ordenamento e da exploração costeira, devem passar por um propósito de informação, formação e participação de atores chave envolvidos no processo, para a geração de consensos e soluções sustentáveis.

Alguns estudos que têm vindo a ser publicados, cujo reconhecimento tem acrescido valor e aceitação na comunidade científica, situam invariavelmente as suas conclusões numa vertente de confronto entre culturas, em que a necessidade de ordenamento, ou de aproveitamento das condições naturais fantásticas para o desenvolvimento do litoral, entre outros, encontra ou detém como resultante, a perda de saberes ancestrais, da tradição oral, da cultura popular, e do equilíbrio na exploração dos recursos naturais.

Outros situam as suas conclusões na harmonização possível entre decisores e demais agentes e atores, priorizando critérios de cidadania participativa, nas mais variadas vertentes, com vista à construção de soluções e consensos.

Esses aspetos, sentidos nas conclusões desses estudos que envidamos e descrevem agora o estado da arte, são também um manifesto de intenções para que o homem harmonize o progresso nas suas múltiplas variáveis, tendo em vista a obtenção de proveitos a todos os níveis, que resultem de uma exploração sustentável envolvendo a economia, a equidade social e o equilíbrio ambiental, de parceria com os saberes ancestrais, a cultura e sua transmissão oral, o tipicismo das gentes, num processo que envolva todos os atores, numa perspetiva de sustentabilidade dos recursos naturais.

*A globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival (Santos, 1997).*

### **3 – METODOLOGIA**

#### **3.1 – Enquadramento Metodológico**

Neste trabalho foi utilizada uma metodologia de estudo de caso, maioritariamente qualitativa, com base em pesquisa e análise de documentos escritos e de forma não escrita, bem como na recolha de informação por inquérito aos pescadores locais, numa amostra o mais abrangente possível da população, e ainda por entrevista a agentes e decisores a que se seguiu, após estudo e interpretação da informação, a organização de “workshop” com os principais atores chave da região, conforme adiante se descreve.

Este estudo de caso assenta na premissa de uma dupla vertente: por um lado, é uma modalidade de investigação apropriada para estudos exploratórios e compreensivos e que tem, sobretudo, como objetivo a descrição de uma situação, a explicação de resultados a partir de uma teoria, a identificação das relações entre causas e efeitos ou a validação de teorias (Serrano, 2004). Mas, por outro lado permite ilustrar e analisar uma dada situação real e fomentar a discussão e a tomada de decisões, convenientes, para os mudar ou melhorar.

Para melhorar a compreensão dessas realidades complexas, contrapõe-se a perspetiva qualitativa de pesquisa que tem como objetivo a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações num dado contexto. Nesta abordagem, pretendeu-se interpretar em vez de mensurar procurando-se compreender a realidade tal como ela é, experienciada pelos sujeitos ou grupos a partir do que pensam e como agem (seus valores, representações, crenças, opiniões, atitudes, hábitos). As investigações qualitativas privilegiam, essencialmente, a compreensão dos problemas a partir da perspetiva dos sujeitos da investigação. Neste contexto, Bohdan e Biklen (1994), considera que esta abordagem permite descrever um fenómeno em profundidade através da apreensão de significados e dos estados subjetivos pois, nestes estudos, há sempre a tentativa de capturar e compreender, com pormenor, as perspetivas e os pontos de vista dos indivíduos sobre determinado assunto. Pode-se dizer que o principal interesse destes estudos, não é efetuar generalizações, mas antes particularizar e compreender os sujeitos e os fenómenos na sua complexidade e singularidade. Assim, em oposição às afirmações universais e à explicação dos fenómenos numa causalidade linear, preferiu-se, neste projeto, a descrição concreta das experiências e das representações dos sujeitos que conduzem a uma compreensão dos fenómenos; (Bogdan e Biklen 1994).

De acordo com os objetivos enumerados anteriormente, o trabalho foi dividido em três tarefas:

### **3.2 – Caracterização da Lagoa e da Atividade Piscatória**

A metodologia de investigação centrou-se numa primeira abordagem na recolha de informação, derivada da pesquisa de documentação e literatura existente, bem como pesquisa por documento não escrito, de modo a ser possível caracterizar o estudo de caso e em particular o estado da actividade piscatória na Lagoa de Santo André, incluindo a sua evolução histórica em termos de artes de pesca, cultura e tradição, evolução do ecossistema litoral, evolução dos “stocks” das principais espécies capturadas, impacte no ecossistema e importância para a economia local. Em particular foi analisado o papel desempenhado pelos atores chave na altura da década de setenta, com vista ao apuramento da sua participação na fase em que se equaciona a libertação da duna primária, se houve consulta pública, processos conciliatórios e/ou compensatórios do ponto de vista financeiro ou outros incentivos, sem esquecer as alterações operadas no seio desta comunidade piscatória num outro tipo de contexto e igualmente importante, que são as profundas alterações trazidas com a modernidade, em que pontuam a criação de zonas balneares, bem como a instalação do projecto industrial de Sines, entre outros.

Optou-se no caso da recolha documental e processo de investigação de documentação no terreno (alguns disponíveis apenas em versão papel), ao nível autárquico, do instituto de conservação da natureza e florestas e demais organismos oficiais, pelo uso e recurso às novas tecnologias com marcações, comunicações por correio eletrónico, telefone e outras consideradas relevantes para o processo.

Após uma caracterização do estudo de caso e do problema em análise foram promovidos inquéritos por entrevistas a um conjunto reduzido de atores chave (incluindo decisores), que subsistem no terreno e fazem parte da atual povoação. Esta recolha de elementos permitiu, reter informação fidedigna quanto ao processo, consensos e demais articulação que evidenciam com clareza em aproveitamento dessas sinergias, aspetos que nos transportam à tradição da faina, ao pescado, processos utilizados, renovação do espelho de água e outros de interesse patrimonial e histórico.

Numa segunda fase solicitámos reuniões com organismos tutelares da zona costeira e da conservação da natureza, para que nos evidenciassem documentalmente dos processos

envidados com vista à sustentabilidade e outros que existam ainda que em área projeto, que se enquadrassem no planeamento costeiro já aduzido em termos legislativos a montante deste trabalho, na natureza das suas temáticas e na sua orientação no sentido objectivo deste estudo.

### **3.3 – Perceção dos Pescadores**

Numa segunda fase do trabalho procedeu-se ao inquérito por questionário à população piscatória, cuja amostra tentámos que se não desviasse do universo, pois que na atualidade, não existirão mais que uma meia centena de pescadores profissionais na lagoa, para análise e posterior tratamento estatístico dos dados recolhidos e trabalhados em gabinete. O objetivo deste inquérito foi avaliar a perceção desta população quanto à continuidade e sustentabilidade da pesca no ecossistema da Lagoa de Santo André, bem como apurar a sua sensibilidade no âmbito socioeconómico, ambiental, entre outros, trazidos pelo ordenamento, tendo em referência, de acordo com Quivy e Van (1998), que o inquérito por questionário, *consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento, ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores* (Quivy e Van, 1998).

Relativamente ao método de exposição dos resultados e uma vez que os inquéritos detêm na sua construção uma metodologia de respostas fechadas e outras abertas ou de opinião, optámos pelo método do tratamento de inquérito por questionário desenhado para a investigação, no caso das respostas fechadas, com a aposição de estatística descritiva e representação gráfica, na demonstração dos seus resultados. Para as questões ditas abertas, de carácter opinativo, optamos pela análise de conteúdo, nas quais foram tidas em conta as opiniões e pareceres dos pescadores inquiridos, (Quivy e Van, 1998).

Tendo presente a singularidade da comunidade piscatória nesta Lagoa de Santo André – cujos aspectos sociológicos encontram na multidisciplinaridade histórica, nas alterações de paradigma e nos variadíssimos vectores alicerçados na mudança, uma fonte inesgotável de interpretações resultantes desse processo perpétuo – coube ao

investigador não só a interpretação desses factores exógenos como também, acautelar a sua metodologia de investigação, cuja orientação privilegiasse um eixo de conhecimento com vista à informação fundamental que fizesse jus e pudesse contribuir para o desenvolvimento sem desvios tonais da questão maior deste estudo.

Esta forma de abordagem exploratória alarga a perspectiva da análise e do conhecimento em que o investigador se apropria de dados qualitativos para daí envidar aspectos conducentes à leitura dos factos que possam sustentar matéria que em instância última, a mais esperada, aproxime os atores e planeie estratégias que consensualizem a tradição, o ambiente e a economia, de acordo com a sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável que no caso presente espraia na perceção das populações face a essa mesma sustentabilidade, com enfoque direccionado para a pesca na lagoa.

Porque a pesca é regulamentada através de publicação de editais anuais emitidos pelo ICNF, entidade com responsabilidade pela promoção, fiscalização e salvaguarda dos interesses ambientais e florestais tendo por missão contribuir para a valorização e conservação dos aspectos relativos à Natureza e Biodiversidade em Portugal, insurgiu-se neste processo de inquérito, que se questionasse a relação entre este organismo tutelar e os pescadores, sobre que aspectos e em que circunstâncias existe diálogo entre as partes que possa contribuir para um maior equilíbrio relacional e também para um maior equilíbrio nos interesses diversos de todos, que pudesse ser mantido, sem melindre dos atores, de forma participada, no qual fosse considerada a razoabilidade dos pontos de vista dos decisores e também dos pescadores sempre que estes não pusessem em causa o ambiente, a biodiversidade e as espécies, e cujo conhecimento empírico pudesse contribuir para processos de decisão de forma consensual.

O seu preenchimento foi confidencial de acordo com o exemplo em (Anexo I), no qual se pretendeu de igual modo, perceber o papel do cidadão, do pescador, enquanto parte interessada, no sentido da perceção da sua capacidade para se organizar grupalmente e em que medida consegue nessa participação a tradução da sua força representativa e da sua vontade colectiva.

Finalmente poderemos sentir em que medida a falta de comunicação poderá estar presente neste processo de relação entre ICNF e comunidade piscatória, e se por maioria de razão, não existirá falta de conhecimento ou de entendimento e de saber, relativo às

medidas de proteção dos interesses da biodiversidade tomadas pelo ICNF, tidas muitas vezes por lesivas dos interesses dos pescadores se, sendo a estes explicadas, não traduzirão antes, uma consciência ambiental e salvaguarda dos seus próprios interesses.

Foi consultado o universo dos pescadores, tendo em conta que registamos 29 em actividade, contrastando com a emissão de 35 licenças especiais de pesca na lagoa, emitidas para o período 2012 / 2013. Tal situação acontece porque alguns deles praticam uma pesca lúdica, dedicada exclusivamente às enguias, a designada pesca do remolhão.

### **3.4 – Proposta de Soluções e Recomendações**

Na última tarefa pretendeu-se organizar um “workshop” com os atores chave, onde se apresentou os resultados obtidos nas tarefas anteriores, com vista à discussão em conjunto, das soluções, medidas e recomendações para garantir modelarmente a actividade económica local da pesca, versus sustentabilidade e equilíbrio do ecossistema.

Analisados que foram os elementos colhidos neste estudo exploratório e chegando a uma fase em que foram identificadas as questões mais prementes que no seu todo suscitam preocupação, dadas as diferentes abordagens dos assuntos, se vistos numa ótica da conservação da natureza ou se por outro lado, vistos na ótica dos pescadores, houve que dirimir sobre a melhor solução para um encontro de atores chave neste processo, que passasse por uma abordagem que em primeiro lugar pudesse promover este aspeto fundamental em qualquer discussão, que é a comunicação, levando a que houvesse comunicação entre as partes, de forma organizada, metodológica, e que conseguisse gerar soluções consensuais, ou que, pelo menos se reinventasse o diálogo entre atores, com vista a futuros entendimentos.

Tendo presente tratar-se de uma questão de sustentabilidade, na qual navegam múltiplos interesses, num quadro em que a participação de atores chave, é fundamental para a resolução de diferendos e conflitos, resultantes de falta de diálogo ou, menosprezo por soluções díspares, observámos, no âmbito de um “framework” relativo a técnicas de participação com vários graus de envolvimento das partes, que de entre as várias técnicas que congreguem Consulta, Colaboração, Decisão Partilhada e Responsabilização, entre as quais destacamos “Consensus Conference”, “Scenario

Analysis”, “Citisen Jury”, a que mais se adequa à gestão de conflitos é sem dúvida a realização de Workshop (Tippett *et al.*, 2007).

Para tal e de acordo com o autor, Luyet (2005), adotámos a proposta que abaixo designamos (Fig. 3.1) no sentido de uma melhor compreensão quanto ao processo da participação dos atores chave e como por maioria de razão, se ajustam a este trabalho.



Figura 3.1 - Proposta de Quadro para Participação dos Atores Chave

Fonte : adaptado de Luyet., (2005)

Como atrás descrito, a avaliação do conjunto de atores chave teve como referência o modelo acima sugerido, em que para uma avaliação cabal e no contexto deste projeto, tivemos em conta que este círculo determina a entrada de “inputs”, ou a problemática em estudo, para a emissão de “outputs”, com vista à denominada consensualidade.

Na identificação dos atores, tivemos em conta os vários papéis designados técnicos e que envolvem critérios tais como a proximidade, a economia, os valores sociais e ambientais (Creighton, 1986).

No âmbito da sua caracterização, sustenta-se a possibilidade de existirem múltiplas e variadas atitudes perante o projecto, neste caso, as da Reserva Natural, e as dos demais

atores, dado o seu interesse eventual e o acesso a recursos, podendo por esse motivo gerar potenciais conflitos entre atores (Fottler *et al.*, 2001).

Distinguiu-se na estrutura e grau de envolvimento dos atores, a presença dos directamente envolvidos no processo, que prestaram através da discussão, o seu contributo e colaboração, no sentido de uma decisão partilhada e proposta de implementação.

Na implementação da escolha e participação técnicas, tivemos em conta a presença de atores com conhecimento profundo do projecto, o seu grau de envolvimento, o seu entendimento dos “timings” que envolveram o workshop, e fundamentalmente, o conhecimento e experiência do facilitador.

E também a avaliação do processo de participação, para que fosse disponibilizada informação em aplicações semelhantes, exponenciando a compreensão dos seus impactos nos atores chave, documentando experiências e resultados.

Em síntese, esta fase do trabalho envolveu no propósito da realização do workshop, os atores chave do processo, nomeadamente a representação do ICNF, a Associação de Pescadores (AAPACSACV), os Pescadores, a Quercus, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e entidades ligadas ao processo económico e que de certa forma dependem da pesca na lagoa, a Restauração, bem como a Direção da Junta de Freguesia de Santo André, e a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, sem esquecer entidades convidadas, cuja presença foi importante de igual modo – Imprensa local e Instituto Piaget (que nos cedeu espaço e equipamento de apresentação).

Este workshop, sobre a lagoa de Santo André, que caminhou para a ultimate deste estudo, assentou na cidadania participativa cuja metodologia encontra sustentação de acordo com o método anteriormente descrito, aquando da referência ao autor, Luyet (2005) sobre o quadro de atores chave. O universo de outros trabalhos, cuja participação das populações foi determinante para a obtenção de consensos, conforme referido no Estado da Arte, em áreas de ordenamento costeiro, cuja problemática exigia intervenção e consensualização de procedimentos, foram o complemento inspirador neste processo, sendo a metodologia utilizada para a elaboração e organização do workshop, baseada nos critérios de Vasconcelos (2006) e, Vasconcelos e Caser (2011).

Face aos problemas encontrados e às soluções preconizadas pelos atores chave neste workshop, cuja realização foi divulgada no jornal local, O Leme (Anexo II), passou-se ao passo seguinte que consistiu em dar conhecimento dos aspectos mais relevantes ao ICNF, **que esteve ausente dos trabalhos**, no sentido da obtenção da opinião sobre os resultados do workshop, tendo para o efeito, solicitado uma entrevista a Ana Maria Vidal (Arquiteta), técnica superior deste Organismo.

## 4 – CARATERIZAÇÃO LAGOA SANTO ANDRÉ - ATIVIDADE PISCATÓRIA

### 4.1 – Localização e Descrição

*Por meados do século XVII, o cordão de areia que separa a lagoa do mar já se havia formado. As grossas ribeiras de que fala Frei Bernardo Falcão continuavam a descer a serra, mas passavam a reter-se nesse grande espaço de águas paradas, quase feito lago.*

*A grande enseada antiga tornava-se lagoa (Madeira, 1993).*

A Lagoa de Santo André localiza-se no sudoeste de Portugal, no Distrito de Setúbal, região do Alentejo e sub-região do Alentejo Litoral, ocupando parte da costa do município de Santiago do Cacém.

Em termos gerais, segundo o estudo inicial para o Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha – ERENA (2005), é constituída essencialmente por um conjunto de ecossistemas litorais e sublitorais, detendo como elemento principal o sistema lagunar.

Neste contexto o corpo lagunar de Santo André é particularmente bem desenvolvido, e ocupa uma superfície alagada de 150 – 250 h, a qual pode duplicar durante o período invernal (G.E.T, 1979), devido à entrada de água proveniente das chuvas, da agitação e da ondulação do mar em época de tempestades, sobre o aumento hídrico na época invernososa (Fig. 4.1). A lagoa dista escassas dezenas de metros do mar, sendo separada por um cordão dunar de largura e desenvolvimento variáveis.



Figura 4.1 - Aumento do Volume Hídrico no Inverno

Aquando por imperativo das cheias de Inverno o seu volume hídrico aumenta exponencialmente, é feita a ligação ao mar, estabelecida artificialmente quase sempre

no mês de março, através de um canal que permanece aberto durante cerca de um ou mais meses, enquanto as condições de mar o permitirem (Fonseca *et al.*, 1999).

O caráter salobro das suas águas provém do maior ou menor tempo de contacto com o mar aquando do período da sua abertura (março), o que lhe confere um estatuto especial qualitativo, tendo em vista a apreciação do seu pescado e a qualidade das suas águas de teor salino e de apetência balnear. Abaixo salientamos em gráfico a medição desse valor de salinidade, que em média representa – 10 a 20 ‰ (Fig. 4.2), de acordo com a Associação Cultural de Santiago do Cacém – (ACSC) Encontro Sobre a Lagoa.

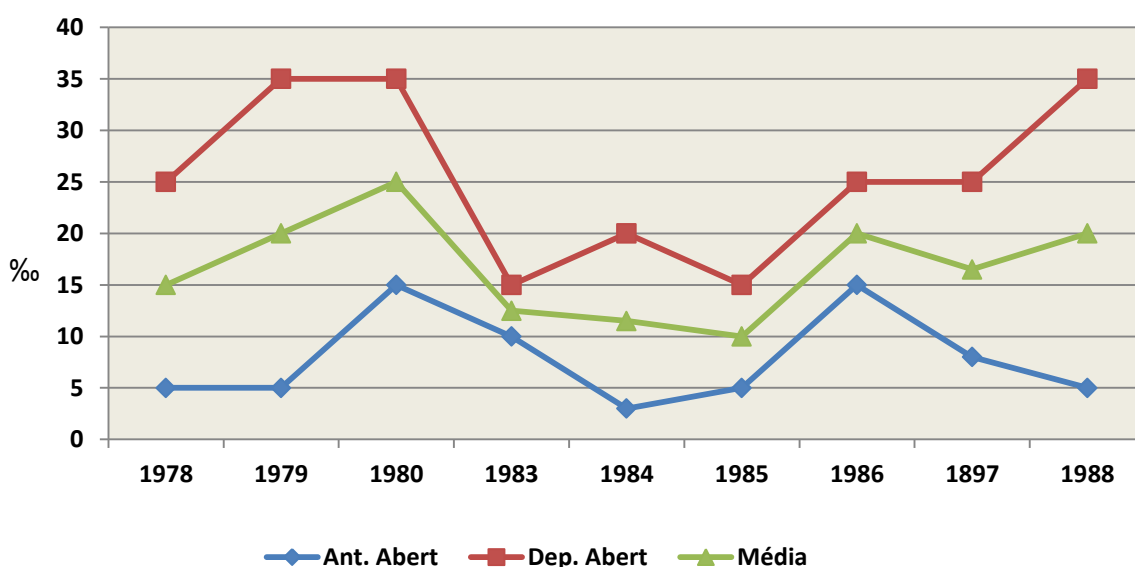


Figura 4.2 - Medição de Salinidade na Lagoa de Santo André

Fonte: adaptado ACSC, (1993)

Contudo e tratando-se de uma lagoa e como tal, um sistema fechado, as partículas e as plantas são sedimentadas no fundo, podendo provocar eutrofização e consequente perda do seu potencial de vida, cuja explicação se situa no quadro abaixo, sobre uma Tese de Doutoramento de Fonseca (1989), em que em traços gerais, a matéria orgânica pode potenciar libertação de O<sub>2</sub>, durante o dia, reduzindo zonas anóxicas ou com défice de oxigénio, libertando este gás, que por reação com elementos provenientes de zona reduzida, ou de menor impacto orgânico, caracterizada pela libertação de enxofre, fosfatos e ferro, durante o período noturno, reage com este último, favorecendo a aparição de hidróxido ferroso, potenciador de asfixia neste meio aquoso (Fig. 4.3).

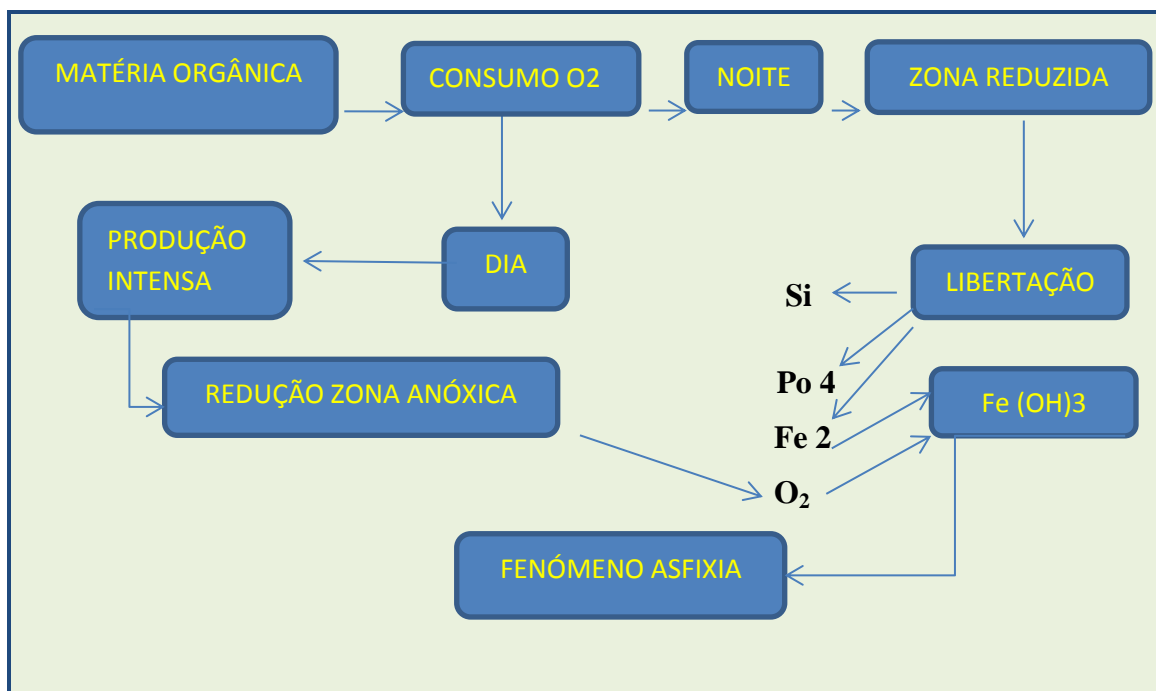


Figura 4.3 - Crise Distrófica na Lagoa de Santo André

Fonte: Fonseca, (1989)

Tendo presente a possibilidade de, pelo menos ao nível balnear, se levantarem dúvidas sobre a qualidade da água e sabendo-se que a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, através do seu laboratório de análises, tem vindo desde 2004 (ano em que são registados em plano informático e de forma sistemática os resultados de recolhas efectuadas na lagoa), a envidar esforços para o seu registo planeado. Para a constituição deste estudo, contámos com esses elementos que, de certa forma, justificarão, não só a qualidade da água “de per si” tendo em atenção a segurança dos banhistas frequentadores desta zona balnear, como naturalmente e também, a qualidade do pescado que se movimentava por toda a lagoa, não existindo ao que é sabido, problemas relativos a possíveis contaminações ou que de algum modo tenha sido afetada a qualidade do peixe que é capturado nestas águas, por via de valores de análises químicas e bacteriológicas, fora por sistema dos valores de referência, como o atesta os quadros anexos (Fig. 4.4), bem como no (Anexo III).



Câmara Municipal de Santiago do Cacém  
 DASB / Gestão da Qualidade  
 Laboratório de Águas

Ensaio Microbiológicos e físico-químicos efetuados à Lagoa de Santo André \_ Anos 2004 a 2013

Ano 2004												
Lagoa de Santo André - Zona Banear (1ª)												
Código de Amostragem	Ponto de amostragem	Data	Lab.	Controlo de Monitorização (1)								
				Coliformes totais	Coliformes fecais	Estreptococos fecais	pH	Condutividade	Turvação	Fosfatos*	Nitratos	Temperatura
				N°/100mL	N°/100mL	N°/100mL	Unidades pH	mS/cm, 25°C	UNT	mg/L P <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	mg/L NO <sub>3</sub>	°C
			VMR	500	100	100	-	-	-	-	-	
			VMA	10 000	2 000	-	6 - 9 (0)	-	-	-	-	
	Zona banear 1 (próximo do posto do ISN)	07-Abr-04	LAB CMSC	600	8	1						
		24-Mai-04		200	2	4						
		21-Jun-04		0	0	1						
		12-Jul-04		60	32	1						
		26-Jul-04		80	4	2						
		02-Ago-04		30	4	20						
		16-Ago-04		190	103	7						
		23-Ago-04		210 000	146 000	158 000						
		06-Set-04		8	3	5						
		13-Set-04		10	14	6						
		27-Set-04		240	126	88						
		Zona banear 1 (afastado do posto do ISN)		21-Jun-04	120	0	2					
				12-Jul-04	90	1	1					
	26-Jul-04		4	4	1							
	02-Ago-04		10	3	2							
	23-Ago-04		17 000	77 000	4 200							
		13-Set-04	580	1	10							
		27-Set-04	282	282	376							
	Zona dos Barcos	07-Abr-04	2000	8	8							
		24-Mai-04	300	33	222							
		16-Ago-04	100	13	20							
		06-Set-04	20	17	48							
Média:				246	33	41						
Nº de Análises:				22	22	22						

Figura 4.4 - Análise Qualidade Água na Lagoa

Fonte: CMSC (Laboratório Análises – 2004)

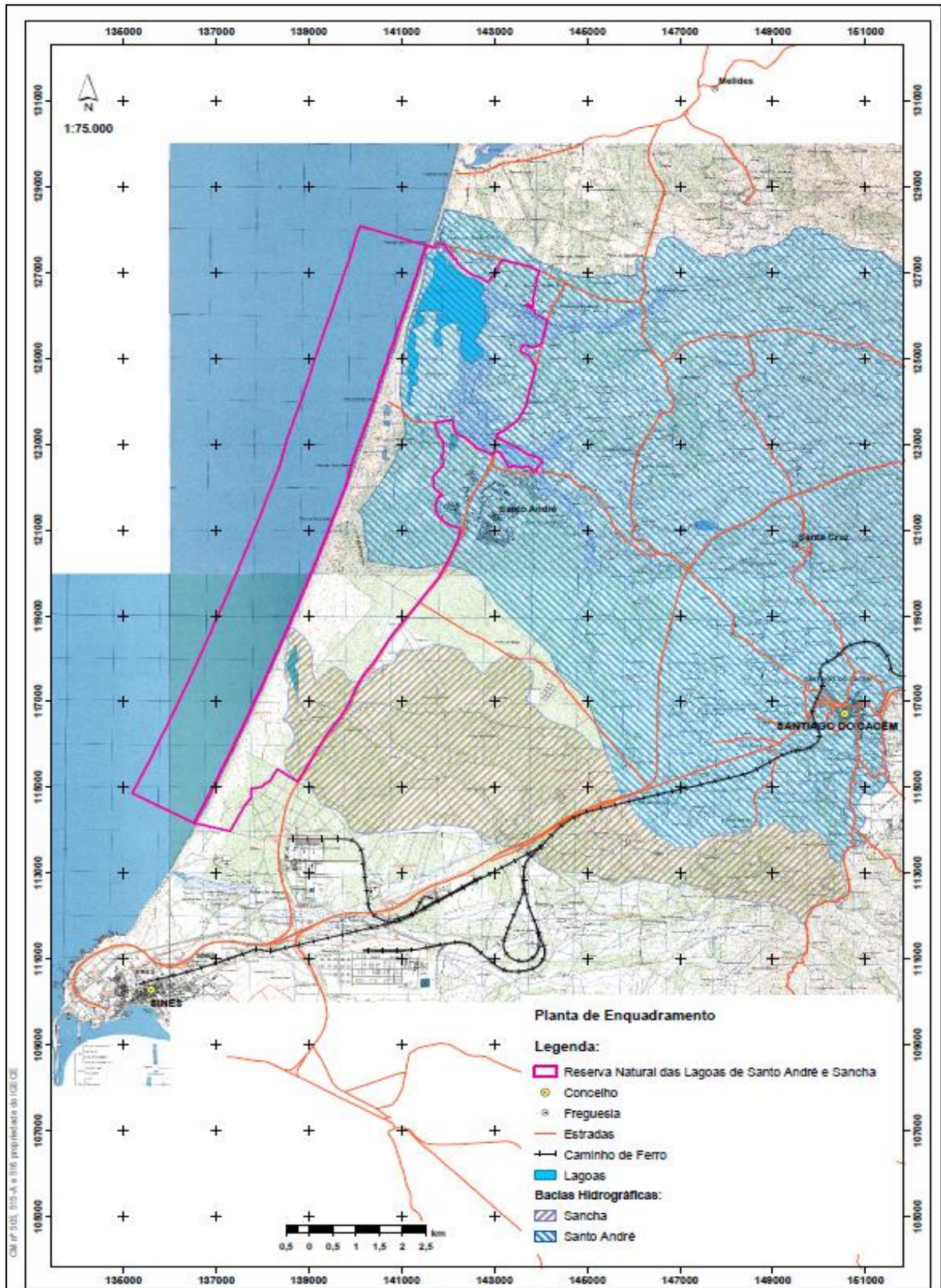


Figura 4.5 - Planta de Enquadramento

Fonte: ERENA (2005)

De acordo com a planta de enquadramento (Fig. 4.5), é nesta zona húmida (Fig. 4.6), ambientalmente complexa, que podemos observar um conjunto diversificado de ecossistemas bem caracterizados, aquáticos e ribeirinhos, influenciados, de certa forma, pelo grau de salinidade das águas salobras, e onde se podem identificar áreas de sapal, salgueirais, caniçais, juncais, urzais palustres e pastagens húmidas, (Ferreira e Gomes 2002).



Figura 4.6 – Zona Húmida

*A conservação do elevado valor ecológico desta zona húmida e da sua área envolvente, nomeadamente enquanto áreas importantes para a reprodução, invernada e migração de aves, foi um dos motivos fundamentais para a criação da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (Farinha e Trindade, 2003) cit. (Pinto 1995, 2000).*

São bastante extensos e bem preservados os seus complexos dunares, sendo esta uma das características da paisagem circundante entre lagoa e mar, em que estes sistemas são estruturados por gradientes ecológicos muito marcados, que podem ser verificados desde as areias das praias até às dunas já arborizadas do interior, com enfoque para as formações arenosas e dinâmicas das dunas primárias (Ferreira e Gomes, 2002), a que corresponde o desenvolvimento de vegetação característica, nas quais se incluem as espécies com valor de conservação muito elevado, tais como os zimbrais de *Juniperus navicularis* (Ferreira e Gomes, 2002). Ao nível da duna secundária e terciária das areias estabilizadas do interior, verifica-se o plantio de pinheiros, apresentando contudo em muitos locais uma cobertura interessante, onde se podem encontrar formações vegetais e espécies florísticas ameaçadas (Ferreira e Gomes, 2002).

*As zonas mais intervencionadas pelo Homem são as várzeas aluvionares dos principais cursos de água que drenam para a Lagoa de Santo André. Nestas zonas praticam-se culturas de regadio (hortícolas e arvenses) e a exploração de bovinos em regime*

*extensivo. Estas atividades contribuem para a diversidade paisagística, devendo contudo, ser ordenadas corretamente por forma a maximizar o seu contributo para a conservação da biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas naturais e seminaturais (Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha – ERENA, 2005).*

#### **4.2 – Contexto Legal – Área Protegida**

O regime fundamental para a conservação da natureza da Lagoa de Santo André, circunscrita na Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, foi estabelecido pelo Decreto Regulamentar nº 10/2000, de 22 de agosto, conforme anteriormente descrito, o qual cria a Reserva e estabelece os seus limites. O Decreto Regulamentar nº 4/2004, de 29 de março, fez posteriormente alguns ajustamentos de limites, sem, contudo determinar qualquer alteração relevante ao regime de proteção da Reserva.

No âmbito do DR 10/2000, de 22 de agosto é estabelecida a relevância da Reserva (Artigo 3º), estabelecendo o contexto no qual deverão assentar o seu planeamento e gestão:

- a) Proteger as zonas húmidas litorais, faixa marítima e o sistema dunar, assim como o património natural a eles associado, incluindo a sua flora e fauna;*
- b) Promover a salvaguarda dos ecossistemas em presença;*
- c) Promover e divulgar os seus valores naturais, estéticos e científicos;*
- d) Promover a valorização dos habitats naturais;*
- e) Promover a utilização sustentada do espaço, compatibilizando os usos e a defesa dos valores naturais;*
- f) Promover ações de sensibilização ambiental.*

No sentido da prossecução destes objetivos, o DR 10/2000, de 22 de agosto, refere nesse âmbito uma multiplicidade de atividades interditas (Artigo 10º) ou condicionadas (Artigos 11º e 12º) na área da Reserva. *As atividades condicionadas apenas podem ser desenvolvidas após parecer favorável da Comissão Diretiva da Reserva. Para algumas*

*atividades específicas como a pesca (Artigo nº 13º) e a Caça (Artigo 14º), o DR estabelece a possibilidade de se publicarem portarias conjuntas com os ministérios respetivos, por forma a determinar condicionamentos ou interdições.*

Estas possibilidades foram efetivamente concretizadas, tendo a Portaria nº 281/2001, 28 de março, interditado a caça na Reserva, e a Portaria nº 86/2004, de 8 de janeiro, criado uma Zona de Pesca Profissional da Lagoa de Stº André.

As normas adicionais de proteção com especial incidência para as áreas da Reserva decorrem das Diretivas Europeias 79/409/CEE (Diretiva Aves) e 92/43/CEE (Diretiva *Habitats*), transpostas para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril, o qual foi recentemente alterado pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de fevereiro, sendo que na primeira destas Diretivas, a Lagoa de Santo André foi formalmente classificada pelo Decreto-lei nº 384-B-99, de 23 de setembro, como Zona de Proteção Especial - ZPE (PTZPE0013 - Lagoa de Santo André), devido à sua importância no campo da proteção e conservação das aves, salientando-se que a proposta para a criação desta ZPEs fora proposta em 1998. Por analogia, toda a área da Reserva foi incluída no Sítio da Comporta/Galé (PTCON0034), proposto como *Sítio de Importância Comunitária a incluir na Rede Natura 2000, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de agosto, ao abrigo da Diretiva Habitats, devido à sua importância para a conservação de um conjunto diversificado de habitats e espécies ameaçados a nível europeu.* (Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha – ERENA, 2005).

Tendo presente que a Lagoa de Santo André está inserida numa Área Protegida, (AP) entendeu-se neste trabalho salientar a relevância e os contornos que definem essa classificação, cujo “core business” visa um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da biodiversidade, dos serviços dos ecossistemas, do património geológico, bem como da valorização da paisagem.

Este processo de criação de Áreas Protegidas é atualmente regulado pelo Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho e tem em conta a classificação das AP de âmbito nacional (Anexo IV), podendo esta ser proposta pela autoridade nacional ou por quaisquer entidades públicas ou privadas.

A apreciação técnica posterior é da responsabilidade do ICNF, sendo a classificação decidida pela tutela, com a particularidade, no que concerne as AP de âmbito regional ou local, a classificação poder ser notada por municípios ou associações de municípios, tendo por observância os termos e demais prerrogativas previstos no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho.

As nomenclaturas existentes ao nível das AP são: Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural, Paisagem Protegida e Monumento Natural.

Com exceção do Parque Nacional as AP de âmbito regional ou local podem adotar qualquer das tipologias atrás referidas, devendo ser acompanhadas da designação “regional” ou “local”, consoante o caso (“regional” quando esteja envolvido mais do que um município, “local” quando se trate apenas de uma autarquia).

O Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, prevê ainda a possibilidade de criação de Áreas Protegidas de estatuto privado (APP), a pedido do respetivo proprietário; o processo de candidatura, a enviar ao ICNF,I.P., está regulado pela Portaria n.º 1181/2009, de 7 de outubro.

As AP de âmbito nacional e as APP pertencem automaticamente à RNAP (Rede Nacional de Áreas Protegidas); no caso das AP de âmbito regional ou local a integração ou exclusão na RNAP depende de avaliação da autoridade nacional.

A Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (RNLSAS) foi criada com o objetivo de promover a conservação de valores de relevante importância biológica, tais como os sistemas lagunares costeiros de Santo André e da Sancha, o complexo dunar envolvente e a faixa marítima adjacente.

Os limites da RNLSAS foram posteriormente alterados pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2004, de 29 de março, dada a necessidade de se proceder ao acerto dos limites terrestres e marítimos desta área protegida, bem como resolver as discrepâncias detetadas entre a descrição dos limites e a carta simplificada.

O interesse na proteção, conservação e gestão deste território encontra-se demonstrado pelo facto de nele se incluírem duas zonas húmidas, as lagoas de Santo André e da Sancha, que constam da lista de zonas de proteção especial para a avifauna nos termos da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, as quais foram ainda designadas

como zonas húmidas de importância internacional pela Convenção de Ramsar e, ainda, pelo facto de o território em causa estar incluído no sítio Comporta –Galé (PTCON0034).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2002, de 23 de abril, determinou a elaboração do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, em conformidade com o disposto no Decreto – Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro, que criou a Rede Nacional de Áreas Protegidas, e no Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que estabeleceu o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

Enquanto plano de ordenamento de uma área protegida, o Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha é, nos termos no Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2007, um plano especial de ordenamento do território, sendo objetivos específicos deste plano especial de ordenamento do território:

- a) Assegurar, à luz da experiência e dos conhecimentos científicos adquiridos sobre o património natural desta área, uma correta estratégia de conservação e gestão que permita a concretização dos objetivos que presidiram à sua classificação como reserva natural;*
- b) Corresponder aos imperativos de conservação dos habitats naturais da fauna e da flora selvagens protegidas, nos termos do Decreto -Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação dada pelo Decreto -Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;*
- c) Estabelecer propostas de ocupação do solo que promovam a necessária compatibilização entre a proteção e valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades humanas em presença, tendo em conta os instrumentos de gestão territorial convergentes na área da Reserva Natural;*
- d) Determinar, atendendo aos valores em causa, diferentes níveis de proteção tendo em consideração as respetivas prioridades de intervenção.*

Para a sua prossecução, foi considerado o parecer da comissão mista de coordenação, da qual fizeram parte os municípios de Santiago do Cacém e Sines, e os competentes serviços da administração central direta e indirecta, que contribuem para assegurar a

prossecução dos interesses públicos sectoriais com incidência sobre a área de intervenção do plano especial de ordenamento do território.

Foi tido ainda, o teor do parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo no que se refere à compatibilização do Plano com os demais instrumentos de gestão territorial com incidência na área de intervenção.

Foram ponderados por fim, os resultados da discussão pública, que decorreu entre 26 de junho e 4 de agosto de 2006, sendo concluída a versão final do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, posteriormente publicado no âmbito da presente Resolução do Conselho de Ministros.

*O direito ambiental é um direito autónomo, apesar da sua natureza eclética, pluridisciplinar, recente, não sedimentado, disperso, experimental, de matriz e base científica ecológica, especialmente vocacionada para a evolução permanente, estratégico, prospectivo, de vocação para-ambientalista, de intervenção radical, aberto à intervenção e participação dos cidadãos em geral, de monogénese global.../..., com pluralização da titularidade acionária e indemnizatória e um direito e sancionamento simultaneamente civil e criminal (Condeso, 2001).*

A (Figura 4.7) e (Anexo V), sumarizam a diversa legislação a que a Lagoa de Santo André esteve sujeita para a criação da Reserva Natural.

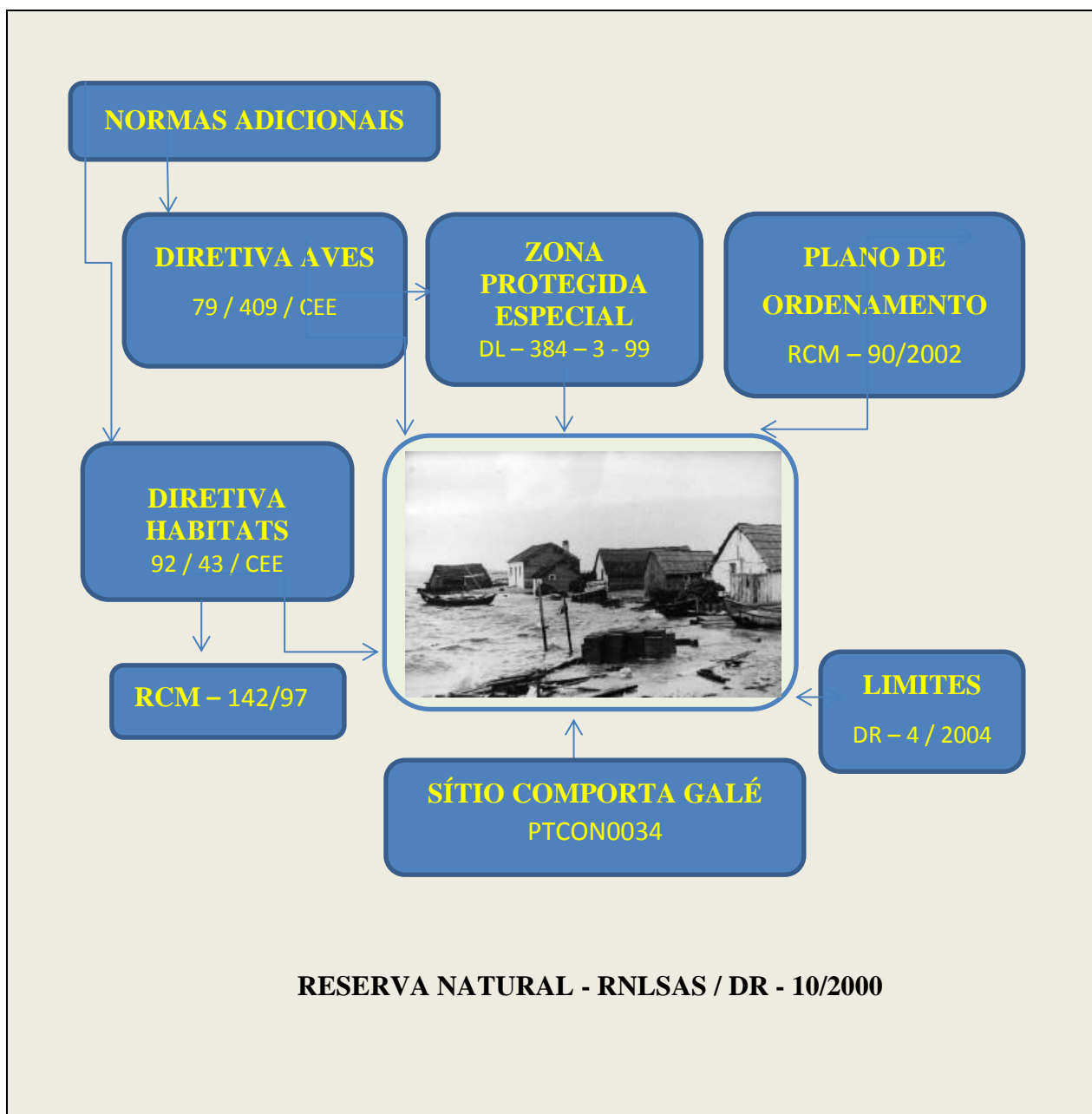


Figura 4.7 - Síntese - Legislação / Reserva Natural das Lagoas de S. André e Sancho

### 4.3 – Geologia

Ao falarmos da caracterização geológica da Reserva tivemos em conta as bacias hidrográficas das ribeiras que drenam para as Lagoas de Santo André e da Sancha, dada a sua importância para os respetivos regimes hidrológicos e qualidade da água, sendo a sua descrição efetuada tendo por base o estudo e trabalhos desenvolvidos nessa matéria, por Oliveira (1984) e Cruces (2001).

Uma das mais importantes coberturas dunares do Sul do país, o arco Tróia, Sines caracteriza-se por apresentar distintas gerações de dunas, na faixa costeira onde se insere a Lagoa de Santo André. Os campos dunares estendem-se por vários quilómetros para o interior, sobrepondo-se a formações plio-pleistocénicas, cobrindo uma grande superfície imediatamente para leste da duna frontal (a S da laguna de Melides) ou ocupando o topo de arribas (a N da laguna de Melides). Esta última posição ocupada pelas dunas a cotas elevadas e distanciadas da atual linha de litoral, sugere condições paleo-geográficas e paleo-climáticas diferentes das atuais para a sua génese. Existem, provavelmente, no sistema dunar de Monte Velho diferentes gerações de dunas, sendo algumas posteriores à formação da laguna. Pertencem ao Holocénico – Quaternário (ERENA, 2005).

A existência de aluviões é determinante, sendo estes constituídos por lodos de cor acastanhada, compactos, com raras lentículas arenosas, raros pedaços de carvão e com componente fóssilífera pouco importante, podendo para a base deste depósito a componente arenosa adquirir maior importância. Estes depósitos encontram-se nos espaços lagunares, que constituem autênticas bacias de decantação, e nas regiões mais a jusante das ribeiras afluentes destes sistemas (ERENA, 2005).

O enchimento contínuo e progressivo dos antigos vales, deu origem a extensas superfícies de várzeas aluvionares, transformando a morfologia dos vales e conferindo-lhe fundo achatado. Na lagoa de Santo André os depósitos lagunares podem atingir espessuras de 24 m podendo posicionar-se a sua base até profundidades de -22 m. Estes depósitos assentam sobre formações plio-pleistocénicas e miocénicas estando cobertos (para W) por depósitos eólicos. Pertencem ao Holocénico – Quaternário, (Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha) (ERENA, 2005).

#### 4.4 – Clima

De forma muito geral, caracterizámos o clima desta área, (Fig. 4.8), como sendo de características mediterrânicas, com forte influência marítima - Verões não muito quentes, prolongados, com fraca precipitação, e invernos suaves, curtos, com precipitação moderada e com preponderância nos meses de dezembro e janeiro (Pinto, 1995).

Junto ao litoral a ocorrência de neblina (visibilidade entre 1 e 2 km) é, em média, de 90 dias por ano, registando-se nevoeiros (visibilidade inferior a 1km) durante 28 dias, por igual período. Os ventos predominantes são do quadrante NW e a insolação é elevada (Pinto, 1995).

De acordo com o Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Sado, a precipitação média anual ponderada é de 621mm. O valor médio da série da temperatura média anual ponderada é de 15,9°C, sendo os meses de julho e agosto os mais quentes, com 22,6°C, e o mês de janeiro o mais frio, com 9,6°C. O valor médio da série da temperatura máxima anual ponderada é de 21,9°C, com valor máximo de 30,5°C em agosto e valor mínimo de 14,4°C em janeiro. O valor médio da série da temperatura mínima anual ponderada é de 9,8°C, com valor máximo de 14,8°C em julho e valor mínimo de 4,8°C em janeiro (Pinto, 1995).

A zona considerada está abrangida por três estações meteorológicas, duas junto ao litoral (Monte Velho e Sines) e outra a cerca de 13 km para o interior a uma altitude de 228 m (Santiago do Cacém). Estas estações posicionam-se no domínio Sub-Húmido do Climograma Pluviométrico do Coeficiente de Emberger (Q), classe de características mediterrânicas (Pinto, 1995).

Considerando o Índice Xerotérmico de Gaussen, esta zona apresenta características meso-mediterrâneas acentuadas (Alcoforado *et al*, 1993).

De acordo com critérios simples de classificação, o clima da área da Reserva (Fig. 4.8), apresenta as seguintes características :

- Quanto à temperatura do ar: *temperado* (temperatura média anual do ar entre 15,4 e 16,4°C);

- Quanto à amplitude média da variação anual da temperatura do ar: *oceânico* (com amplitude entre 7,8 e 8,3°C);
- Quanto à humidade do ar: *húmido* (humidade relativa do ar às 9 horas) compreendida entre 75% e 83%;
- Quanto à precipitação: *pouco chuvoso* (precipitação anual média inferior a 500 mm) (Hidroquatro, 1998).

Segundo a *classificação climática de Köppen*, a Reserva apresenta um clima mesotérmico húmido, com a estação seca (Verão) não muito quente e longa. A incidência da precipitação no Inverno, com um Verão seco, uma insolação elevada, Verões quentes e Invernos suaves, conferem a este quadro climático características mediterrânicas (Fonseca *et al*, 1999).

Do ponto de vista bioclimático, a Reserva situa-se numa área predominantemente termo mediterrânica, sub-húmida a seca. (Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha) (ERENA, 2005).

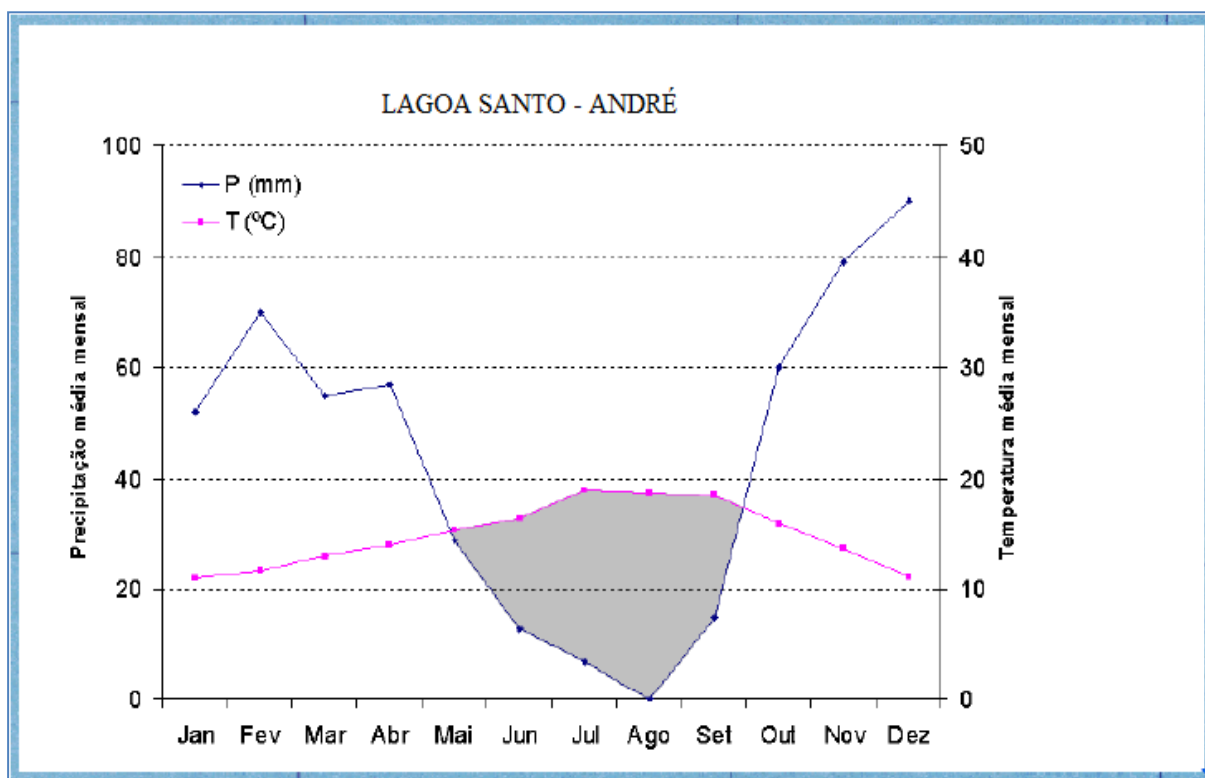


Figura 4.8 - Referência Climática na Lagoa de Santo André

Fonte: ICNF (2004)

#### 4.5 – O Potencial Produtivo

Nos meados do século XVIII, no âmbito de uma descrição do Reino, é destacado sobre a lagoa o seu *especial peixe* (Castro, 1752), tendo uns anos mais tarde sido complementada esta insistência ao sublinhar que *criace nella mto bom pescado que os pescadores reduzem a 13 espécies, Taganas, Robalos, Linguados, Douradas, Patruças, tres qualidades de Eyroses, Bicaes, Bicudas, e Lambareiras, desta espécie houve o ano passado tal abundancia que reputão apanhar se pa sima de mil sacos xeios, as milhores qualidades destes pescados são as Taynhas, apanhão algu´as de 18, 20 e mais arrates, as douradas são excelentes, e milhores, que todos os linguados* (Murzello, 1932).

De outro modo e tendo em consideração que a morfologia da área lagunar tem um carácter moldado pelo maior ou menor afluxo de águas das chuvas e escorrências da serra através das suas ribeiras, tal como é referido em finais do século XVIII, *Muitas e copiazes agoas q´emanão da parte proxima desta serra, formam groças ribeiras q´correm para a campina, fertilizão as margens e vão lançar-se em hu´a grande lagoa q´tem cavado junto a praia do Oceano* (Murzello, 1932), estamos perante um complexo indissociável da lagoa, em que por um lado o “aporte” a situa ao nível da excelência na captura de varadíssimas espécies piscícolas, e por outro, a tem no âmbito da fertilização de terras circundantes sobre as quais se depositam matérias finas, que lhes dão grande fertilidade, devido à carga aluvionar emanada do arrastamento de terras sedimentada nas terras limítrofes, permitindo o seu cultivo.

Cedo o homem verificou a necessidade de proceder à renovação das águas da lagoa, e que a sua execução pela força humana, colocando-a a correr para o mar, constituia uma excelente medida pública (Madeira, 1993), não só pela promoção da entrada de novas espécies piscícolas, como também pela desocupação de um conjunto de terras fertilizadas.

Estas terras desocupadas pela lagoa, já em meados do século XVIII, eram semeados de trigo se a abertura da lagoa fosse realizada mais cedo, ou de milho e feijão, se a abertura se fazia mais tarde, deixando os terrenos com um grau de humidade propícia a este tipo de cultivo (Madeira, 1993).

Ainda no âmbito do potencial produtivo no que concerne à lagoa de Santo André, há a considerar a cultura cerealífera do arroz, uma cultura introduzida em

1810 (Madeira, 1993), e que constituiu *um pequeno ensaio que em continuidade se foi desenvolvendo até 1839; aqui começou a tomar proporção, e para alcançar o desenvolvimento que adquiriu até 1850, e que ainda hoje conserva, não sofreu intermitência em sua progressão* (Rasteiro, 1912).

Tendo a capacidade produtiva da lagoa sido atrás aflorada, no âmbito das suas valências, quanto à qualidade do seu peixe e qualidade agrícola dos campos a ela circundantes, restou ao explorador em complemento, intentar sobre a potencialidade de produção de pescado se configurados procedimentos e estudos já aduzidos e que se passa a referir de seguida.

A importância de zonas lagunares costeiras do tipo da lagoa de Sto. André, é geralmente reconhecida dada a elevada produtividade piscícola nelas contidas, sendo também um suporte importante para a subsistência económica da população circundante. *A progressiva redução de produção piscícola, assim como a alteração de salubridade, levou à elaboração de estudo prévio com o objetivo de propor soluções para o melhoramento da sua situação hidrológica e aumento da sua rentabilidade* (Agropromotora, 1984).

O facto da lagoa mesmo em situação de isolamento do mar, manter uma salinidade residual, permite a produção de espécies eurialinas, exigindo contudo, a manutenção dos índices da referida salinidade, bastando para isso o procedimento de aberturas controladas da lagoa ao mar. Sendo as espécies mencionada, de origem marinha, a entrada na lagoa de larvas, alevinos e juvenis, está condicionada à época e duração das aberturas, facto que se vai refletir no volume da produção. Assim, segundo o estudo prévio, para corrigir a situação do súbito desenvolvimento do povoamento vegetal, que morre após o esgotamento dos nutrientes, entrando em decomposição, potenciando situações de eutrofização, torna-se necessário a renovação da massa de água já aduzida, temporária ou permanente (Agropromotora, 1984).

Da interpretação do explorador sobre os dados constantes no estudo da Agropromotora (1984), concluiu que o potencial pesqueiro se situa no âmbito de alternativas que convirá esclarecer:

### **Abertura Temporária da Lagoa**

Com a realização de aberturas em número e período considerados convenientes, permitido:

- Exploração tradicional simples, ou seja, na manutenção do atual modo de exploração, impondo uma gestão das aberturas em duração e épocas do ano, a permitir uma entrada eficaz de alevinos, com o conseqüente aumento de produção e uma renovação da massa de água, prevendo-se uma exploração das espécies em cerca de 225 Kg/ha/ano, ou seja uma produção global de cerca de 35 toneladas ano.

- Exploração tradicional com melhoramento,

O melhoramento aqui proposto é o repovoamento com espécies de maior valor comercial, oriundas de estação de produção artificial de alevinos de peixe. Nestas condições, a produção prevista para esta alternativa deverá ser de 60 toneladas ano, das quais 25 toneladas provêm do repovoamento (Agropromotora, 1984).

### **Abertura Permanente da Lagoa**

A existência de uma abertura permanente, iria transformar a lagoa numa Ria, ou seja, uma zona de alta produtividade sujeita à influência das marés. Tal situação permitiria uma renovação constante da massa hídrica e uma entrada livre de alevinos e larvas, permitindo o aumento da produção de pesca na lagoa, bem como a produção de aquacultura em regime semi-intensivo, tendo em conta o aproveitamento do movimento das marés, podendo atingir-se cerca de 320 toneladas ano, se 10% da sua área fosse aproveitada para este regime de produção piscícola (Agropromotora, 1984).

## **4.6 – A Lagoa e o Homem – Contexto Histórico**

### **4.6.1 – A População**

As características da costa, onde a riqueza pesqueira da lagoa é aliada à do mar, um valor de manifesta importância, motivaram o deslocamento e estabelecimento de diversas famílias de pescadores nesta zona.

A monografia oitocentista de Santiago do Cacém afirma a certo passo que, *na praia da freguesia de Santo André se acham estabelecidas duas campanhas de pescadores de*

*Aveiro, que também carregam anualmente de sardinha bom número de embarcações costeiras com destino para diversos portos do reino (Silva, 1869).*

Terá sido por volta de 1855 que essas famílias de pescadores aportaram a estes areais, tendo introduzido na região a arte de xávega, (Fig. 4.9) ou pesca de arrasto, sendo as redes puxadas por terra, detendo uma extensão de muitas centenas de metros. Estas campanhas absorviam seguramente os pescadores recenseados em 1863 (Silva, 1869), organizados em campanha, conjuntamente com os lavradores locais.



Figura 4.9 - A Arte de Xávega

Fonte: CMSC, (2003)

A abundância de peixe, quer no mar quer na lagoa, e a necessidade de reforço humano para a faina, levaram a gente do mar a envolver nas suas campanhas, os agricultores estabelecidos nos campos em redor da lagoa, que se terão interessado pela arte da pesca, da mesma forma que aos pescadores foi interessante a busca de outros recursos através da exploração agrícola, com alguma expressão na sua subsistência (Silva, 1869).

À ocupação agrária estava associada um povoamento disperso, com habitações de madeira e barro, sendo de canas e colmo no areal da costa de Santo André. Este tipo de paisagem manteve-se ao longo da primeira metade do século XX (Fig. 4.10).

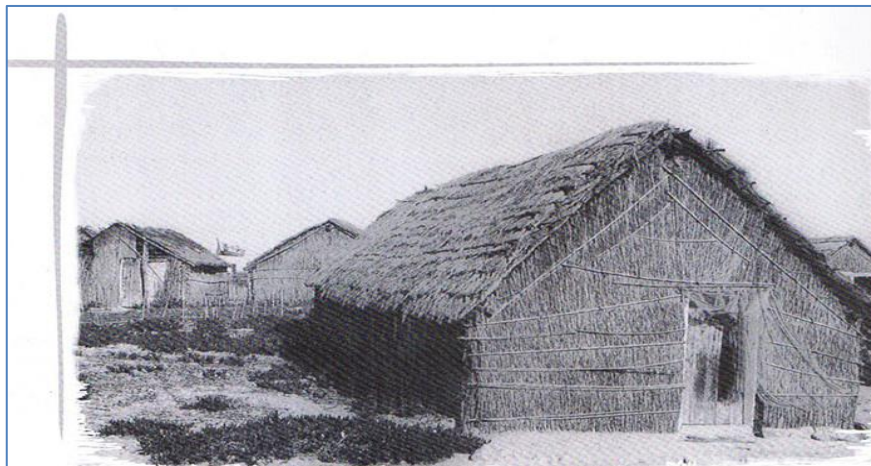


Figura 4.10 - Habitações em Caniço e Mato

Fonte: CMSC, (2003)

Na década de 50, e sobretudo na de 60, verificou-se um decréscimo acentuado da população, facto que vem a ter consequências na ocupação tradicional do solo, nomeadamente pelo abandono progressivo da cultura do arroz e das habitações mais distantes e isoladas (Pinto, 1995).

A construção da estrada que liga a Cascalheira à costa leva, entretanto, a um aumento de construções junto à praia. As casas de junco dos pescadores transformam-se em casas de tijolo e cimento, surgem novas construções com implantação anárquica e com qualidade estética e construtiva muito fraca (Pinto, 1995).

Estas características mantêm-se na zona norte da Reserva, entre a Lagoa e a Estrada Municipal (Madeira, 1993).

Mas esta gente que ocupou inicialmente a duna primária e que edificou um património orlado de ancestralidade, único na sua singeleza, que soube aproveitar os recursos naturais para a construção das suas casas, feitas sobre uma estrutura de paus de pinho cravados no areal, sobre a qual o mato era cosido sobre canas e meias canas, desenvolveu um sistema social organizado, um ecossistema particular, um pulular de vida, num processo socioeconómico de múltiplas valências, com predominância natural para a pesca nas suas várias cambiantes (Madeira, 1993).

Segundo Pereira (2003), o seu relato em *Cadernos do Património – O Homem a Terra e a Lagoa*, aborda isso mesmo, esse património, num legado de memória de afetos, em que as pessoas se enfeitavam de vestes caprichadas para a festa de S. Romão e para o

esperado Banho Vinte e Nove. Qualquer das datas era festejada modestamente em termos de aparato organizado, mas a Costa enchia com os gentios vindos do lado da serra, nas tradicionais carroças carregadas de banhistas de ocasião. *Carros ao alto, bestas atrás à cevadeira, improvisavam uns toldos feitos com colchas de cama, que haviam de servir para resguardar o Sol o lauto almoço, bem regado a vinho tinto, com sobremesa de melancia. Integralmente vestidos, eles de calça preta e camisa branca, elas de saia rodada escura e blusa clara de mangas compridas. Mais tarde, eles de cuecas até aos joelhos e camisola interior, elas de combinação de estemunhita que faziam balão quando se acoravam na água da rebentação das ondas, refrescavam-se no mar...à noite acontecia baile a toque de acordeão numa profusão de gentio local e veraneantes de ocasião* (Pereira, 2003).

*Nas veredas brancas e arenosas, entre os grandes valados de pitas, salpicados do verde de enormes canaviais, paravam as pessoas em repouso refrescante, filtrado na folhagem verde...*

*Lá estavam as cabanas dos pescadores, feitas de caniço, forrado de ripas de pinho caiado, por dentro de “casa”, com as portas protegidas por redes de pescar. Lá dentro, penduravam oleados da pesca e fatos impermeáveis amarelados, com grandes chapéus do mesmo material. À porta, crianças de olhar transparente e pé descalço, exibiam sorrisos por assoar...*

*O fumo das lareiras escapava-se pelos interstícios da cobertura, enquanto se tossia sobre os bancos pequenos apostos sobre a terra batida da dependência. Bóias em vidro e outras em cortiça enfeitavam as paredes dos quartos. Contavam-se histórias com sabor a sal e exibiam-se olhares transparentes como fundos claros...*(Santinhos, sd).

#### **4.6.2 – O Renascer da Tradição e da Memória**

A Junta de Freguesia de Santo André, no concelho de Santiago do Cacém, tem como projecto de recuperação cultural, criar um núcleo museológico, através da construção de três cabanas em lugar a designar, para conservar a memória dos ofícios tradicionais desta zona do litoral alentejano (Anexo VI), e recriar o ambiente em que esta comunidade era constituída por cerca de 400 pessoas, que viviam em cabanas de caniço e mato, e trabalhavam na pesca e na agricultura.

Para tal, adianta contar com o apoio inestimável de elementos da ArqueoMuseum, uma associação de arqueologia e museologia do Litoral Alentejano, e de técnicos da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, bem como da orientação de antigos pescadores que possam instruir a construção das cabanas tradicionais e recriar festejos tradicionais, como o S. Romão, já anteriormente referido (Fig. 4.11).

Ainda sobre a tradição, regista-se o esforço desenvolvido pela Junta de Freguesia de Santo André (JFSA), em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, que mais uma vez apresentam nova candidatura, no sentido da obtenção de verbas para *estimular o desenvolvimento de actividades que valorizem os meios e recursos existentes e corrijam os estrangulamentos estruturais*” e *integra-se na tipologia de “Integração das actividades do sector com outras actividades económicas, nomeadamente através da promoção do ecoturismo, desde que dessas actividades não resulte o aumento do esforço de pesca”*(Candidatura Projeto – Promar) (Anexo VII ).



Figura 4.11 - Festas de S. Romão.

Fonte: JFSA, (2012)

### 4.6.3 – A Pesca

Segundo Madeira (1993), convém distinguir entre a pesca no mar, através dos seus barcos saveiros (Fig. 4.12), preparados para a arte de xávega, que foi introduzida pelos oriundos da zona de Aveiro e da Murtosa, por volta de 1855 e que perdurou até cerca de dos anos cinquenta e princípio de sessenta do século XX, e a pesca na lagoa.



Figura 4.12 – Barco Saveiro

Fonte: CMSC, (2003)

A primeira com bastante expressão em que subsistiam duas campanhas para os lanços de mar, julgando-se concluir um relativo desenvolvimento desta faina ao verificar que em 1875, no recenseamento eleitoral, de base censitária, constavam quatro pescadores colectados, com movimentos financeiros entre 1000 e 6333 réis de décima, valores para rendimento bruto bastante consideráveis à época (Madeira, 1993).



Figura 4.13 – Faina na Lagoa

A pesca na lagoa (Fig. 4.13) torna-se a alternativa para a subsistência das famílias de pescadores em período invernos e, simultaneamente, à medida que se dá o declínio da arte de xávega, ganha maior expressão e acentua a sua importância.

Esta lagoa como qualquer lagoa costeira é um meio que retém grandes quantidades de materiais e simultaneamente um meio produtivo a vários níveis: plantas aquáticas e pequenos organismos em suspensão (algas microscópicas) e organismos de fundo tais como camarões, caranguejos, berbigões, minhocas, entre outros (CMSC, 2003).

A intervenção do homem é crucial para o restabelecimento de condições ambientais e de equilíbrio deste sistema lagunar. A promoção da abertura da lagoa ao mar (Fig. 4.14), que acontece anualmente no início da Primavera, ficando em contacto com o mar durante um período que pode chegar a alguns meses, provoca a exportação de fundos lodosos e de plantas (evitando crises distróficas), o aumento da sua profundidade, a elevação da salinidade e a entrada de larvas e juvenis dos organismos marinhos (enguia, tainhas, robalo, linguado, berbigão, camarão, caranguejo), bem como de zooplâncton e fitoplâncton (CMSC, 2003).

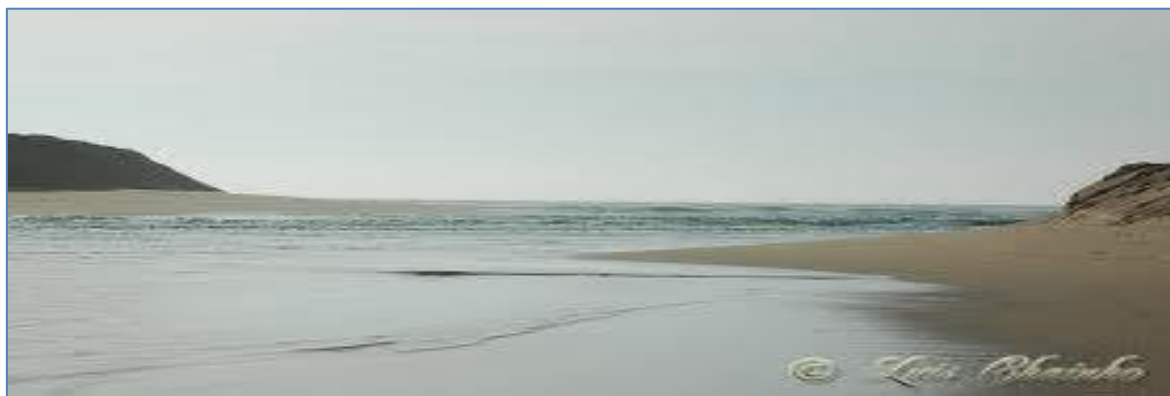


Figura 4.14 – Abertura da Lagoa para o Mar

Malafaia (2004), 91 anos, e neto de um dos pescadores da Murtosa que se estabeleceu nesta costa, no seu relato em Gentes e Culturas da Freguesia de Santo André (Caderno Temático nº. 11 – 2004), diz a dada altura que a pesca no mar era a mais importante e que ao toque do búzio as famílias acorriam ao areal para puxar as redes, duas ou três vezes de dia ou de noite. No Inverno em que as condições de mar se alteravam em presença de grandes temporais, inviabilizando a pesca no mar, viravam-se os pescadores para a faina na lagoa (LASA, 2004).

Segundo as posturas, a pesca não era permitida nos meses de Verão, *por ser o tempo em que o peixe cria* (Silva, 1864), ou estando aberta ao mar, poderia ser permitida a pesca por um período não superior a um dia e meio, logo que se procedia à sua abertura (ACSC, 1993).

No início do século XIX observava-se que *Na lagoa não pôde qualquer livremente pescar, porque a pescaria della he arrendada pela Camara de S. Tiago de Cacém* (ACSC, 1993) cit. (Lobo, 1812).

O arrendamento da lagoa era concedido por períodos de um ou três anos, por arrematação (Anexo VIII). Antes, a edilidade camarária avisava a população, através de editais, nos quais era marcado o dia e a hora em que haveria lugar à arrematação pública, passando o rendeiro a deter em regime de exclusividade, o privilégio da pesca, podendo danificar qualquer barco que não fosse sua pertença, ou não autorizado por si. Normalmente este rendeiro distribuía barcos e redes aos pescadores, que lhe entregavam diariamente metade do pescado. Em contrapartida, uma vez por semana, entre o fim do Verão e a abertura da lagoa, obrigava-se a levar à vila de Santiago do Cacém, uma carga de cerca de quatro arrobas de peixe (ACSC, 1993).

A maior relevância na pesca da lagoa situava-se na apanha de enguias, sendo esta captura a principal actividade. A restante relativa a outras espécies e pouco relevante em termos de dados objectivos e estatísticos, era complementar da anterior, contribuindo para a sobrevivência das famílias, em termos do seu consumo. Para termos em conta um valor aproximado das capturas, o rendimento médio anual, até meados do século XX, era de 150 kg/hectare/ano, ou seja, um total de pescado de mais de 20 toneladas ano (ACSC, 1993).

Segundo Malafaia (2004), um dos rendeiros, em 1972 foram capturadas 46,73 toneladas de pescado, situando-se posteriormente um valor médio de captura entre esta data e a década de oitenta, em cerca de 21,8 t/ano (Fig. 4.15).

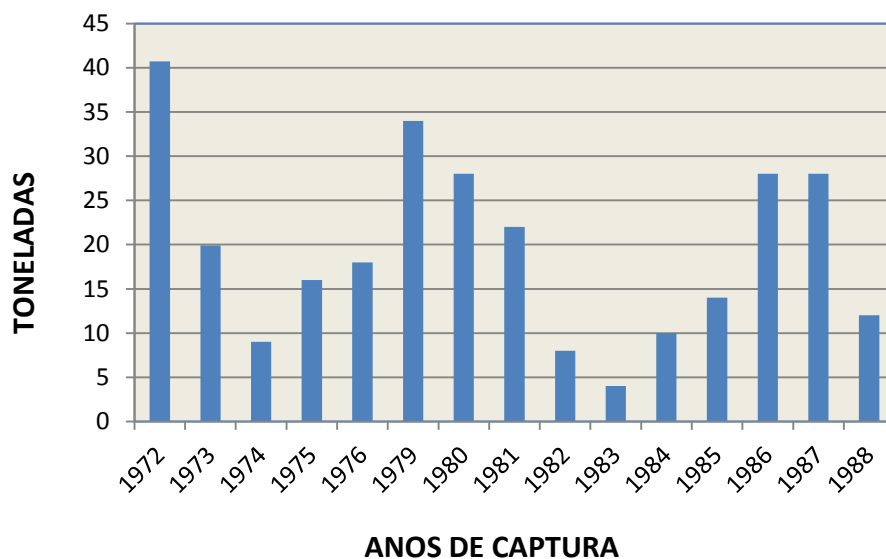


Figura 4.15 - Variação Capturas T/Ano

Fonte: Associação Cultural de Santiago do Cacém, (1993)

De acordo com Silveira (2004), os rendimentos da pesca, bem como as espécies e quantidades capturadas, não são conhecidos desde meados dos anos noventa do século XX, devido ao encerramento da lota. Os dados disponíveis, segundo o autor, reportam-se à década de oitenta do século XX, e revelam um rendimento da pesca bastante variável ao longo dos anos, sendo o seu valor médio, situado em cerca de 74kg/ha/ano. Esta variação afirma, *deveu-se em grande parte ao sucesso da abertura da lagoa ao mar, tendo sido o rendimento maior quando a lagoa permanece aberta durante períodos longos* (Silveira, 2004).



Figura 4.16 - Desemalhar Peixe - Ti Caniço

Fonte: CMSC, (2003)

*Durante este período a espécie mais pescada foi a enguia, com cerca de 80% das descargas e 92% do valor económico. Em bons anos de pesca, as capturas locais de enguia chegaram a representar mais de 50 % das descargas nacionais da espécie. A captura de Robalo *Dicentrachus labrax*, Dourada *Sparus aurata* e Linguado (Fig. 4.16), foi muito inferior, tendo diminuído ao longo do tempo de forma muito acentuada (Silveira, 2004).*

#### 4.6.4 – Mudança de Paradigma – Fatores

##### Acidente de Pesca

Abaixo lápide em pedra em homenagem aos dezassete pescadores que perderam a vida na lagoa, a 09 de janeiro de 1963 (Fig. 4.17), devido às condições de mar de grande agitação e anormalmente alterado, que, galgando a duna, entra na lagoa, precedido de uma vaga de cerca de vinte metros, ceifando a vida dos homens que labutavam nos lances de rede (Calado, 2004).

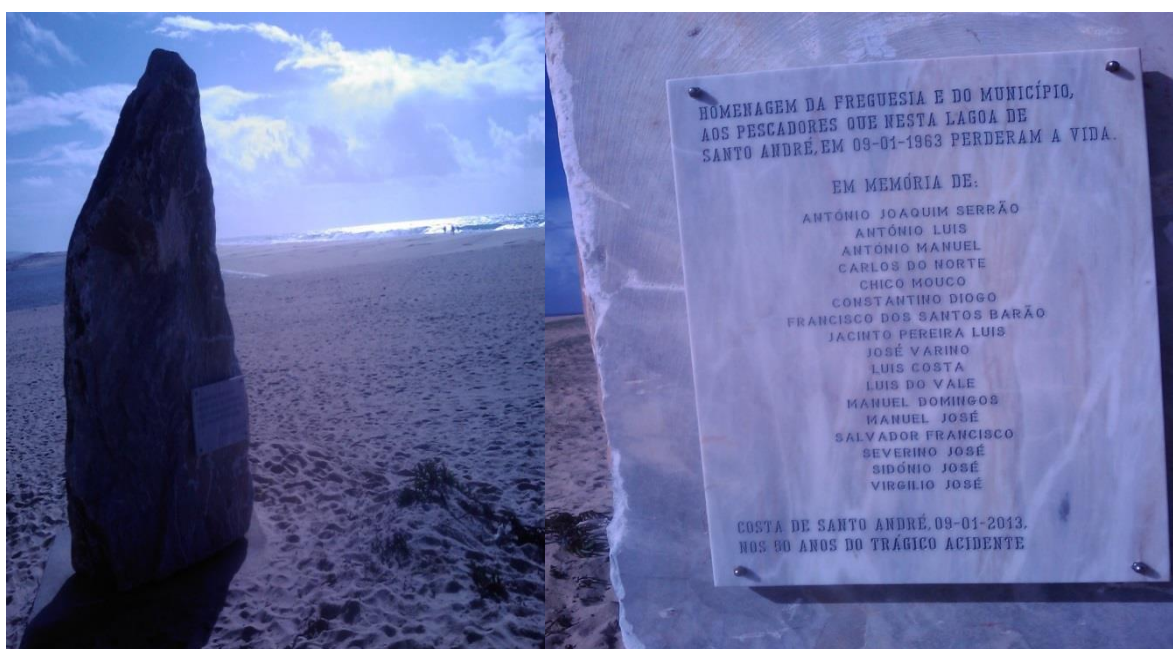


Figura 4.17 - Homenagem às Vítimas do Naufrágio

Calado (2004), no seu trabalho sobre o declínio da pesca em Gentes e Culturas da Freguesia de Santo André (Caderno Temático nº. 11 – 2004) refere a dada altura que, *quando Ernesto Veiga de Oliveira escreve Construções Primitivas em Portugal, cuja primeira edição data de 1969, já a Lagoa de Santo André tinha entrado em decadência* (Calado, 2004).

Adianta ainda que, para a mudança de paradigma nesta sociedade assente numa estrutura social de vocação comunitária, dedicada à pesca e também sazonalmente à agricultura nos campos circundantes, mormente por conta de lavradores locais, não terá sido alheia a tragédia que se abateu sobre os seus homens que labutavam na faina da lagoa em lances de “chinchorro” junto à zona lagunar mais próxima do mar. Uma vaga enorme galga o areal, e enleia em montanhas de água e espuma a cerca de meia centena

de pescadores que pescavam na zona da “aberta”, perecendo na tragédia dezassete dos seus homens, conforme atrás mencionado, entre os quais muita gente jovem (Calado, 2004).

Ainda de acordo com Calado (2004), pelo impacto provocado, dado o número de vítimas, tendo afetado praticamente todas as famílias da região, *a dor colectiva foi demasiado forte para que ali continuassem. E seguiram rumo, principalmente com destino a Sines, em busca de novas oportunidades de pesca, agora oceânica, que lhes proporcionasse uma vida melhor e talvez uma maior segurança, levando a um decréscimo dos pescadores no local* (Calado, 2004).

### **A Zona Balnear**

As transformações da Costa de Santo André em local de veraneio, segundo Malafaia (2004), tinham-se acentuado na década de sessenta do século XX, dada a incessante procura por parte de uma massa turística de origem francesa e mesmo os nacionais, que encontraram nesta região a calma e a tranquilidade em alternativa à zona de veraneio de Sines. Digamos que esta localidade, a Costa de Santo André, perante esta realidade e ainda segundo o autor, mudou a sua face social, passando de centro piscatório, a balnear, numa claríssima alusão à alteração de paradigma, que tinha feito desta localidade (um polo considerável de captura de pescado no mar e principalmente na lagoa, com a grande valência da pesca da enguia, com relevância e ao mais alto nível nacional e internacional), uma localidade de veraneio e lazer (Malafaia, 2004).

De acordo com Escoval (2003), e ainda sobre o advento da procura balnear, a construção privilegiada das cabanas ao abrigo da duna primária, tornou-se apetecível, acelerando ainda mais o processo de transformação deste povoamento. As cabanas vão sendo substituídas por construções mais perenes, à medida que as pessoas melhoram as suas condições de vida, através do surgimento de novas formas de obter resultados lucráveis no turismo e no desenvolvimento da área de Sines (Escoval, 2003).

### **A Instalação da Área Industrial de Sines**

Na década de setenta do século XX, a propósito do reordenamento urbanístico da Costa de Santo André, bem como de aspectos resultantes do êxodo populacional para a construção do grande complexo de Sines, com as suas valências ao nível da componente industrial e portuária, bem como da componente da construção urbana, segundo Cheis

(1993), vereador à época na CMSC, começam a afluir à zona, importantes massas de trabalhadores, com a função de dar início aos trabalhos multidisciplinares do complexo.

A designada área de Sines, na qual podemos incluir, Sines, Santiago do Cacém e Grândola, segundo o autor, não chega para alojar os milhares de pessoas e empresas que nasciam como cogumelos. Também a Costa de Santo André acabou por ser influenciada por esta procura de alojamento, dando-se a explosão do arrendamento das cabanas, dos seus quartos disponíveis e iniciam construções clandestinas de circunstância, de forma desordenada e caótica, subvertendo a espantosa harmonia com o meio ambiente, que na sua ancestralidade se implantara na zona (Cheis, 1993).

Os pescadores da lagoa alteram os seus hábitos e, perante a oferta de vencimentos tentadores e de toda uma nova dinâmica, numa profusão de interesses variadíssimos, mudam de vida radicalmente. Nesta altura existiriam umas dez famílias de pescadores na lagoa, segundo Cheis (1993), as restantes detinham origem exterior.

As construções na primeira duna aumentaram de número e diversificam-se os materiais de construção. O caniço e o mato dão lugar à alvenaria de qualidade duvidosa e à madeira, encavalitando construções sobre outras. Torna-se caótica a ocupação da duna primária e parte da massa crítica ligada à pesca na lagoa, não resiste ao apelo do "novo mundo" (Cheis, 1993).

### **A Desocupação da Duna Primária**

Segundo relato em Boletim Municipal da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, de novembro de 1988, *um clima pacífico, completamente diferente do que se produziu em outras paragens, onde as demolições de clandestinos se efectuaram, tornou-se imediatamente notado, quando a reportagem do DN chegou ao feio aglomerado de 130 casas* (CMSC, 1998).

Segundo a mesma publicação, desde 1980 que a edilidade vinha avisando os ocupantes das casas da Lagoa de Santo André que a situação de habitação caótica e desordenada não se podia manter, e que mais cedo ou mais tarde teria que haver lugar a profunda alteração.

Com efeito, a ausência de planeamento nesta zona do território municipal, aliado ao facto das competências municipais nesta parte do projeto terem sido transferidas para o Gabinete da Área de Sines (GAS), impediram o normal desenvolvimento da povoação.

Por outro lado, a ausência quer de planeamento, quer de permissão da produção de solo urbano, conduziram ao aparecimento de construção clandestina, tanto por pessoas originárias ou radicadas na zona, como por veraneantes (CMSC, 1998).

Em todo este processo, assumia particular importância a desocupação da primeira duna, elemento natural a recuperar e proteger. Esta acção tornou-se possível com a devolução do GAS à CMSC dos assuntos municipais em matéria de planeamento urbanístico e demais competências da autoridade municipal (CMSC, 1998).

Tal facto possibilitou o arranque de um projecto consertado entre a CMSC e o Ministério do Ambiente, na forma de um acordo de cooperação técnica e financeira entre o referido ministério e o município (Anexo IX ), em 1997, plano esse que agora reforçado de poder central, legitimou e tornou exequível a implementação do Plano Geral de Urbanização de Brêscos e Costa de Santo André, visando essencialmente resolver os problemas de habitação dos moradores da duna primária, tendo como objectivo, a este associado, a observância dos deveres de preservação do ecossistema dunar e do ordenamento urbano (CMSC, 1998).

Refere o boletim municipal que *raramente as pessoas residentes em construções ilegais concordam, de boa vontade, em destruir as sua próprias habitações. Mas é isso que está a acontecer em relação em relação às moradias ilegais que inundam a duna primária da Lagoa de Santo André.* O que em verdade se passou é que houve neste processo exemplar, uma negociação com incentivos à população, observando as regras da cidadania participativa, sabendo ouvir a população e apresentando propostas concretas e excelentes contrapartidas (Anexo IX ), (CMSC, 1998).

Com este plano visava a CMSC conseguir o saneamento da lagoa e a respectiva despoluição, acabando com as suiniculturas a montante das linhas de água que nela desaguam, bem como com os esgotos domésticos, numa tentativa de preservar a paisagem, restituindo-lhe a sua vida e mantendo a actividade piscícola, introduzindo a aquacultura e respeitando a agricultura. Indo mais além no seu esforço de recuperação da zona, este projecto ambicionava ser um dos de maior impacto na costa alentejana,

com a introdução de medidas para o desenvolvimento turístico e de desportos náuticos, reforçando o interesse dos pescadores, compatibilizando a pesca com as demais actividades, construindo armazéns para acomodação de aprestos e construindo um pequeno cais de apoio (CMSC, 1988).

Em síntese, o que apurámos nesta incursão pelos boletins da década de oitenta do século XX, é que se tratou de uma desocupação exemplar em termos de cidadania participativa, que a população construiu as novas habitações obedecendo ao plano urbanístico da CMSC e que se tratou de um caso de sucesso, tendo em conta os condicionalismos à época.

#### **4.6.5 – A Pesca na Atualidade**

##### **Legislação**

Neste campo reportámo-nos aos normativos relativos à Pesca Profissional, bem como à ação do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, nesta matéria.

##### **❖ Pesca Profissional na Lagoa de Santo André**

No contexto legislativo que abaixo se transcreve, indexámos a planta com áreas delimitadas e coordenadas, afetas à pesca profissional (Fig. 4.18).

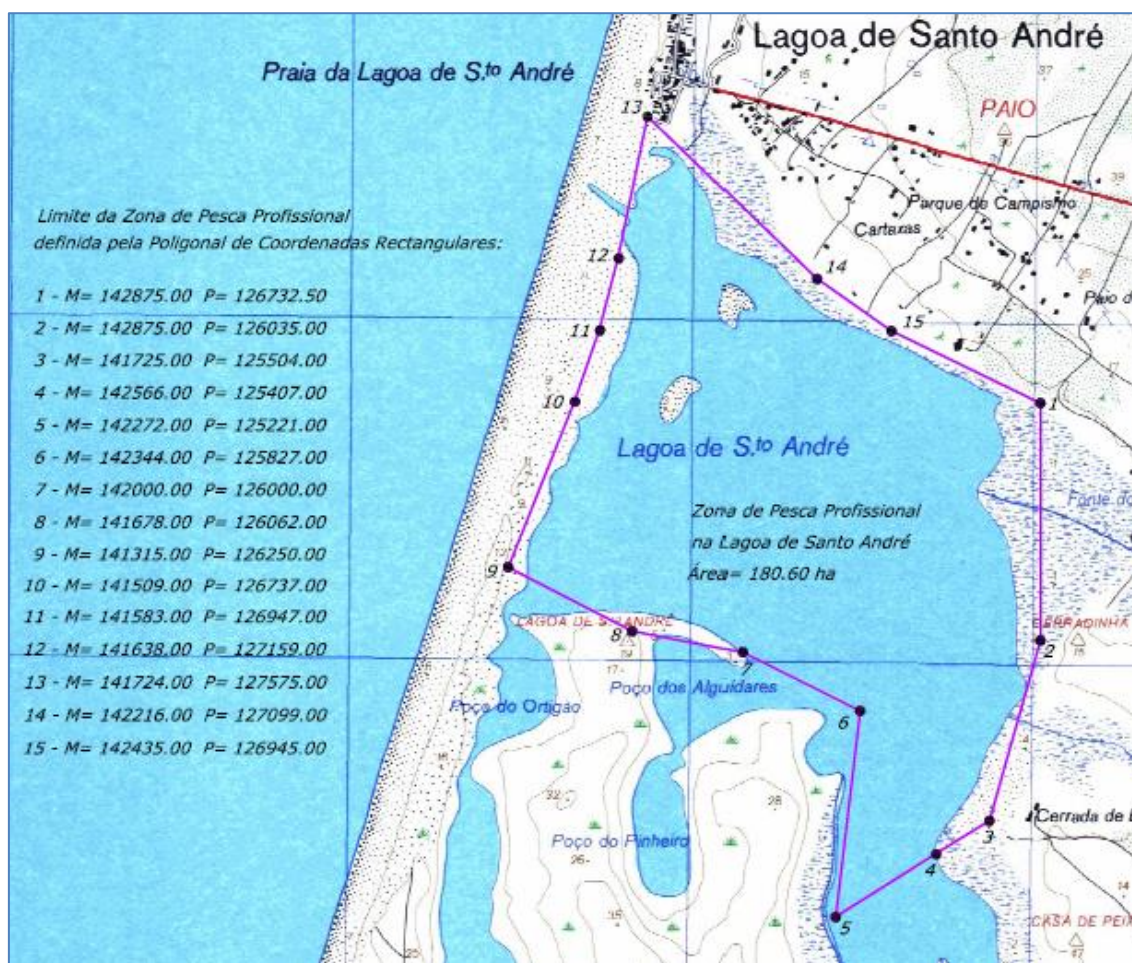


Figura 4.18 - Planta da Área de Pesca Profissional na Lagoa S.to André

Fonte: Portaria nº 86/2004 de 8 jan.

Na determinação de uma zona de pesca profissional na Lagoa de Santo André foi tido em conta o facto desta actividade pesqueira ser uma realidade socioeconómica de importância considerável para a população e também, a necessidade de regulação da gestão ambiental dada a intensidade dessa actividade profissional, tendo em vista o ordenamento e a conservação dos seus valores naturais (Portaria nº 86/2004 de 8 janeiro). A sua área consta na Figura 4.18, numa linha poligonal, referenciada, de acordo com a planta de área de pesca autorizada, e que une os pontos coordenados de 1 a 15.

Assim a actividade da pesca na lagoa, foi formalizada pela Portaria nº 86/2004 de 8 de janeiro, que determina a sua profissionalização, nesta zona húmida, incluída na lista de

importância internacional (sítio RAMSAR) desde 8 de maio de 1996 (Portaria n.º 86/2004 de 8 janeiro).

Para consubstanciação do presente diploma foi ouvida a Reserva Natural da Lagoa de Santo André e da Sancha, nos termos do artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 10/2000, de 22 de agosto (Portaria n.º 86/2004 de 8 janeiro).

#### ❖ ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, (Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001; Decreto-Lei n.º 207/2006 e Decreto-Lei n.º 135/2012), *tendo por missão propor, acompanhar e assegurar a execução das políticas de conservação da natureza e das florestas, visando a conservação, a utilização sustentável, a valorização, a fruição e o reconhecimento público do património natural, promovendo o desenvolvimento sustentável dos espaços florestais e dos recursos associados, fomentar a competitividade das fileiras florestais, assegurar a prevenção estrutural no quadro do planeamento e atuação concertadas no domínio da defesa da floresta e dos recursos cinegéticos e aquícolas das águas interiores e outros diretamente associados à floresta e às atividades silvícolas* (ICNF).

Dentro das suas atribuições tem obviamente a tutela da gestão da reserva Natural de Santo André e Sancha (ver Fig. 4.19).

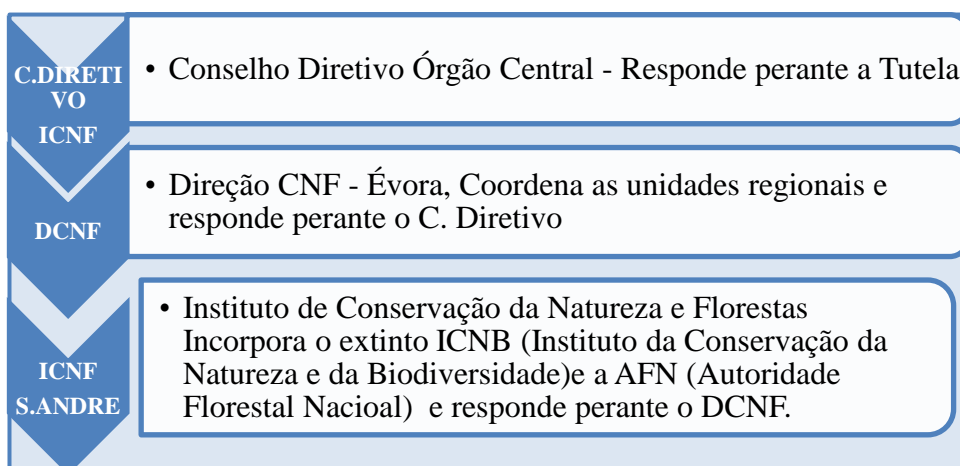


Figura 4.19 - Estrutura Organizativa do ICNF em Relação às Lagoas de S. André e Sancha

Fonte: ICNF, (2013)

Para a perceção quanto aos aspectos legais que determinam e orientam a prática da pesca na Lagoa de Santo André, houve que entender que para além da legislação que determina a pesca profissional, existe um outro organismo – ICNF, que tutela a elaboração de orientações que regulam através da publicação de editais para informação aos pescadores, as disposições inerentes ao exercício da actividade, no início de cada época piscatória.

Neste contexto solicitou-se melhor esclarecimento, por reunião agendada com um dos técnicos superiores responsáveis neste organismo em Santo André, o biólogo Sandro Nogueira, que se disponibilizou a prestar a sua colaboração para uma melhor explanação da temática que nos propusemos estudar, nomeadamente sobre a orientação estratégica na gestão da RNLSAS em geral, e em particular sobre a pesca, sua regulamentação, medidas e elaboração de editais.

Segundo este *toda a orientação e estratégia adotadas nesta gestão do património natural, assenta na implementação em 2007, do plano de ordenamento para a lagoa de Santo André*, que mereceu um estudo e trabalho científicos aprofundados e que situam esta área protegida ao melhor nível organizativo (Nogueira, 2013).

A pesca e suas particularidades têm, segundo Nogueira (2013), a este nível de intervenção, um merecimento que deriva da vontade da aplicação de medidas que versem a sustentabilidade da actividade, nomeadamente ao nível de três grandes áreas a ter em conta, ao que sublinhou:

*A Fiscalização – Visa o cumprimento da uniformização de artes de pesca, através de bóias e marcações identificativas dos seus proprietários, bem como das áreas demarcadas para o exercício da pesca, licenciamentos, identificação, entre outros.*

*A Produtividade – Obriga a que o pescador seja portador de ficha de pesca na qual constem as espécies e quantitativos discriminados, extensivos ao mês anterior, bem como a apresentação de resultados globais, na formulação de novo licenciamento.*

*A Conservação da Natureza – Tenta tornar a pesca compatível com a conservação da natureza.*

Para estes aspectos que visam a obtenção de elementos palpáveis no sentido da melhor gestão deste vasto património, em que a questão da pesca é também salvaguardada,

*todas as “démarches” realizadas ao nível da fiscalização, do apuramento de resultados e valores capturados, a par de estudos científicos envidados ao nível da investigação multidisciplinar, são determinantes para a execução de regras para a pesca na lagoa.* (Nogueira, 2013).

Tendo em conta a preservação do ecossistema com bastante enfoque para a salvaguarda de espécies, muitas vezes novas neste *habitat*, em que pontuam aves que chegam e muitas vezes ficam num processo de acasalamento e nidificação, da entrada de juvenis que se desenvolvem e multiplicam, entre tantos outros, esta sensibilidade de envolver todas as partes sem prejuízo para qualquer delas, acresce um sentir em responsabilidade traduzida nas determinações colocadas aos homens da pesca através dos editais anteriormente referidos e de um processo de fiscalização, com vigilantes no terreno, que evitam más práticas, delimitam espaços, fazem contagem de aves e exercem a sua autoridade (Nogueira, 2013).

Para a redução de impactes neste ambiente, adiantou que os editais no que refere à pesca, são portadores de informação suficientemente esclarecedora e abordam temas como, o nº de artes autorizado, os períodos de pesca – que podem ser anuais e diários, a área de pesca (derivada de portaria), as espécies – quantidades e dimensões, critérios de atribuição de licenças, a exigência de registo de pescado, entre outros, eventualmente.

Para a elaboração destes editais, segundo o entrevistado, o Instituto reúne estrategicamente com investigadores científicos, com a Associação de Pescadores local que detém alguns associados oriundos da pesca da lagoa por si representados, e na posse dos elementos anteriormente referidos, traduzidos em análise para decisão, produz o edital a ser afixado em zonas estratégicas da zona de pesca, para que se cumpra o normativo articulado (Nogueira, 2013) (Anexo X).

Em anos anteriores o período de pesca era medido entre o fim de setembro e a abertura da lagoa ao mar, que acontece em março, seguindo-se um período de defeso, entre março e setembro subsequentes. Este ano e os vindouros, segundo Nogueira (2013) e porque está proibida por lei a pesca da enguia entre outubro e dezembro, o período autorizado deverá situar-se em setembro e posteriormente entre janeiro e a abertura da lagoa, a acontecer em março (Fig. 4.20). O período seguinte será de defeso até setembro, conforme prática em anos anteriores (Nogueira, 2013).



Figura 4.20 - Períodos de Pesca/Defeso na Lagoa S.to André

Fonte: ICNF, (2013)

### **Pescadores e Artes**

Relativamente aos pescadores atualmente, em exercício, calcula-se que rondarão um número situado entre 30 a 35 licenciados, sendo que em funções, dado saber-se que nem todas as licenças especiais atribuídas são traduzidas em número efectivo de pescadores, este número poderá sofrer alteração para uma relação algébrica inferior.

Existem alguns condicionalismos relativos ao modo e forma dos equipamentos e da pesca autorizados, pelo que da interpretação do edital vigente, transcrevemos parte dos artigos que no contexto do trabalho, pudessem ilustrar a imposição de algumas regras que no futuro desenvolvimento, pudessem ser alvo de contestação, ou de aceitação, conforme a justiça da sua aplicação e a envolvente síncrona entre ambiente e economia.

*É proibida a pesca profissional a menos de 10 m das de embarcadouros, a menos de 50 m da zona de praia e a menos de 25 m das linhas delimitadoras das ilhas do corpo central da lagoa.*

*É obrigatória a declaração das capturas efetuadas por espécie, preenchida mensalmente.*

*As licenças especiais de pesca serão atribuídas a um número máximo de 40 licenças - 87,5% , ou seja 35 aos pescadores cumpridores da legislação e que obtiveram licença especial no ano anterior; - 12,5%, ou seja, 5 licenças aos que não obtiveram licença anterior.*

*Constituição dos aparelhos de pesca:*

Nassa (ou galricho) – Comprimento máximo do saco – 2 m

Comprimento máximo de cada alar – 5 m

Altura máxima de cada alar – 1,5 m

Malhagem mínima – 18 mm

Rede de emalhar – 1 pano

Comprimento máximo – 50 m

Altura máxima de rede – 2 m

Malhagem mínima de rede – 80 mm

As nassas podem pescar isoladas ou em grupo até cinco unidades, devendo estar afastadas de uma distância nunca inferior ao comprimento do grupo maior ( Edital/ICNF - 2012).

Ainda sobre as artes utilizadas e porque nem sempre os organismos competentes detêm uma visão particular, objectiva e com sentido do tão propalado ordenamento e qualificação de áreas sob a sua jurisdição, ou por imperativos de outra ordem que não cabem neste trabalho, em boa verdade é que, no que aos arrumos e organização de aprestos de pesca diz respeito, (Fig. 4.21) na Lagoa de Santo André, o que se pode ver, são soluções alternativas de ocasião, que em nada dignificam o pescador, a paisagem e, naturalmente, quem tem a chancela de por dever, alterar esse estado de coisas.



Figura 4.21 - Buracos no Areal para Aprestos de Pesca, Junto à Lagoa.

Ainda é autorizada a designada pesca do remolhão, uma pesca lúdica, autorizada entre uma hora antes e uma hora depois do por do Sol, que consiste, mergulhando nas águas turvas, um novelo de minhocas presas a um fio, pendente de uma cana de valado. As enguias caem neste engodo rudimentar não largando o isco ou novelo, sendo retiradas da água e colocadas no fundo das bateiras. Contudo o pescador terá que ser portador de

licença especial de igual modo, ainda que não pratique o cerco com nassas nem redes de tresmalho.

### **O Pescado**

No sentido de uma interpretação, tanto mais possível próxima dos valores pescados na atualidade, relativos à captura por espécie, e quantidade do pescado na lagoa, houve que reunir informação que credibilizasse este estudo, na medida em que por falta de outro tipo de elementos, e conscientes de que por via oral, os elementos carecessem de credibilidade e fundamentação científicas, envidamos reunião com a AFN (Autoridade Florestal Nacional – agora integrada no ICNF), que tutela a emissão de licenças especiais aos pescadores desta área de pesca profissional, que nos remeteu o quadro abaixo (Quadro 4.1), com os valores declarados pelos pescadores e que agora são obrigatórios para obtenção da renovação das licenças de pesca anuais.

Estes elementos são posteriormente tratados em sede de análise, e servirão, entre outros, para aquilatar aspectos relativos à elaboração de editais anuais para a pesca na lagoa, sendo parte fundamental, entre outras para a decisão proferida pelo ICNF.

Reconhecendo que existe na informação recolhida um espaço temporal considerável, praticamente de quinze anos, em que os elementos não foram trabalhados, nem registados, detemos contudo, no mínimo, a informação já mencionada e que reporta a um período considerável da década de setenta e oitenta do século XX, e os últimos oito anos do século XXI, razão que considerámos ilustrativa e demonstrativa de tendências e valores que interpretámos de acordo com a sensibilidade aferida de todos os elementos constantes deste trabalho.

Mais se adiantou que os elementos relativos aos quantitativos pescados e por espécie, são agora de registo mensal obrigatório e que o valor do pescado durante a época a declarar, mais não será que o somatório dos elementos mensais registados obrigatoriamente e objeto de fiscalização pela autoridade competente (GNR/BF), sujeitando o pescador a coima, se não cumprida a legislação.

## Espécie e Dimensão do Pescado, Sujeito a Fiscalização

Tendo presente o último Edital sobre a pesca, época 2012, relativamente às espécies e dimensões mínimas autorizadas, segundo publicação do ICNF, estas são respectivamente:

Choupa (*Spondyllosama cantharus*) 23cm; Congro ou safio (*Conger conger*), 58cm; Dourada (*Sparus aurata*), 19cm; Linguados (*Solea spp*), 24cm; Robalo legítimo (*Dicentrarchus labrax*), 36cm; Robalo – baila (*Dicentrarchus punctatus*), 20cm; Salema (*Sarpa salpa*), 18cm; Salmonete (*Mullus surmuletos*), 15cm; Sargos (*Diplodus spp*), 15cm; Solha (*Pleuronectes platessa*), 25cm; Tainhas (*Mugilidae*), 20cm; Enguia (*Anguilla anguila*) 22cm, com exceção da enguia prateada cuja pesca é proibida.

Quadro 4.1 – Capturas por Espécie e Ano Lagoa S. André – Fonte : ICNF, (2013).

CAPTURAS POR ESPÉCIE - Kg - 2004 / 2012														
Épocas	Choupa	Congro/safio	Dourada	Enguia	Linguado	Robalo	Salema	Sargo	Solha	Tainha	Chocos	Polvo	Totais	Lic.Esp.Pesca
2004/2005	0	1	1	1.492	341	139	0	0	0	283	-	-	2.257	30
2005/2006	0	0	0	1.875	347	43	0	0	1	383	-	-	2.648	44
2006/2007	0	0	0	634	34	202	0	100	0	330	-	-	1300	47
2007/2008	0	29	48	3.418	451	550	0	60	0	1.119	45	3	5.723	44
2008/2009	10	13	48	7.238	279	556	0	5	0	1.532	0	0	9.681	40
2009/2010	35	123	1.072	9.130	663	1.086	0	245	15	2.825	0	0	15.194	40
2010/2011	5	71	703	8.080	437	855	0	49	0	3.551	15	10	13.776	35
2011/2012	29	44	1.827,30	6.105	232,5	1.354,85	129	50	3	2.057,10	0	0	11.832	35
2012/2013														

Veja-se o aspeto singular da análise do quadro acima, em que revela um valor médio de capturas de cerca de 8 t/ano – um valor muito aquém do praticado até finais dos anos oitenta do século XX, registando, no entanto, um acréscimo interessante a partir de 2008 (ver adiante, Fig. 4.23), sendo a captura mais significativa ao longo dos anos, a da enguia, bastião da cultura piscatória da Lagoa de Santo André, com uma média de cerca de 5 t/ano, o que representa cerca de 63% do valor global das espécies capturadas.

Sendo do senso comum sabermos que, os valores declarados, por motivos a que nos pretendemos alhear neste momento, poderão conter alguma imprecisão, dada a ausência de registos obrigatórios e naturalmente questionáveis, serviram no entanto para que nos situássemos numa linha interpretativa que nos conduziu a conclusões que em tempo foram afloradas como coerentes e determinantes neste estudo.

Por outro lado e tendo como referência os elementos pescados em mar, na zona pesqueira de Sines, declarados em lota, e em conta que a frota pesqueira – a avaliar pelo gráfico abaixo (Fig. 4.22), diminuiu a nível local as suas de unidades de pesca, (registo de saídas e entradas de embarcações em actividade em Sines), considerámos ter havido um aumento significativo nos últimos anos, do volume de captura, principalmente ao nível das unidades também destinadas à indústria conserveira e de transformação (sardinha e cavala) (Quadro 4.2 e Fig. 4.24).

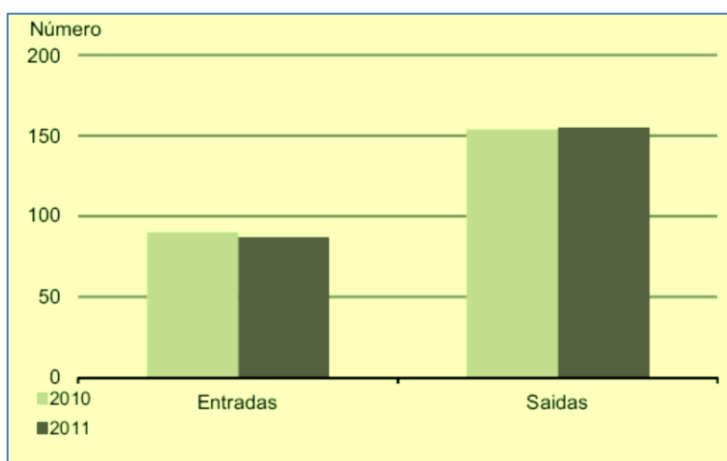


Figura 4.22 - Entrada e Saída de Embarcações Pesca - Biénio 2010/2011

Fonte: DOCAPESCA - Sines, (2013)

## Quadro 4.2 – O volume de Captura, de Pescado por Espécie – Sines, (kg)

Triénio 2009/2011

(Fonte: DOCAPESCA – Sines, 2013)

ESPÉCIE	2009	2010	2011
ABROTEA DA COSTA	5.687	13.292	10.187
BESUGO	20.709	11.758	5.459
BOGA DO MAR	56.054	55.426	103.081
CARAPAU (CHICHARRO)	202.091	178.925	126.943
CARAPAU NEGRÃO	244.999	94.670	89.393
CAVALA	1.428.997	2.308.201	3.130.149
CHOCO		4.481	12.408
CHOUPA	5.565	8.592	
DOURADA	5.595	4.901	8.116
LINGUADO LEGÍTIMO	8.743	6.681	
OUTRAS	281.407	349.856	303.630
PAMPO	32.384	39.453	5.671
PATA ROXA			3.579
PESCADA BRANCA	5.559	60.101	51.369
POLVO	199.519	153.932	112.610
RAIA		3.801	7.673
ROBALO	4.885		
SAFIA	17.921	14.000	21.914
SAFIO	46.482	49.142	41.220
SALEMA	35.865	3.197	12.023
SARDINHA	6.153.325	5.266.689	4.192.580
SARGO	2.048	2.646	7.145
SERRAJÃO	8.281	66.341	7.058
TAMBORIL	8.954	9.125	36.120
VERDINHO	515.864	611.959	41.790
<b>TOTAL</b>	<b>9.290.934</b>	<b>9.317.169</b>	<b>8.330.118</b>

Representação Gráfica – Quadro 4.1 – Captura por Espécie/Ano – Lagoa S. André

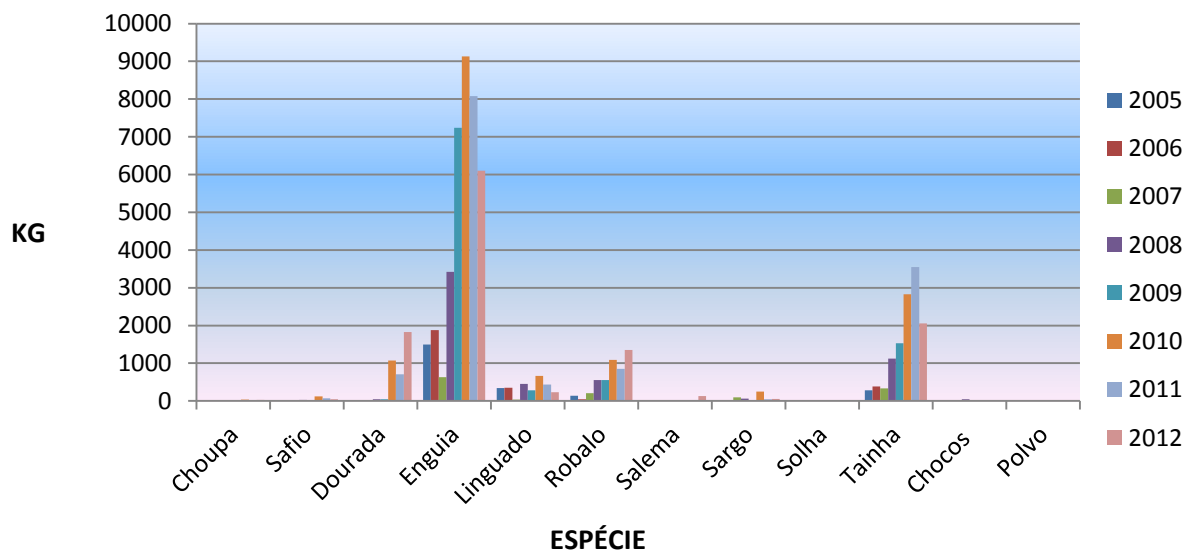


Figura 4.23 - Gráfico Síntese das Capturas Declaradas na Lagoa S.to André

Fonte: ICNF (2013)

Representação Gráfica – Quadro 4.2 – Área de Sines – Triénio 2009/2011

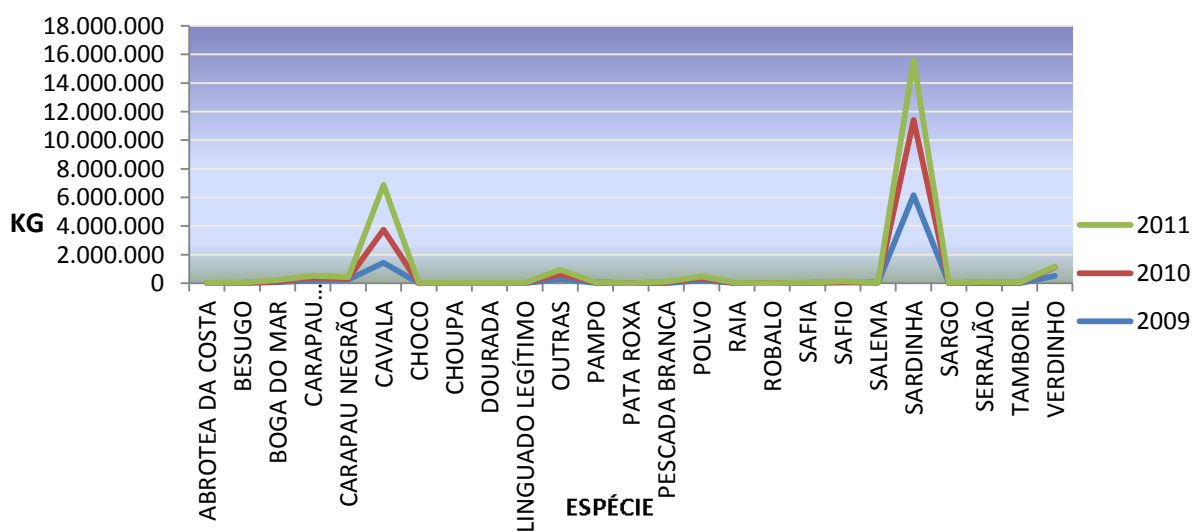


Figura 4.24 - Volume de Captura de Pescado por Espécie - Sines

Fonte: DOCAPESCA – Sines (2013)

### **Avaliação Sobre a Caracterização da Pesca e Respetivas Artes**

Iniciámos este estudo com o fito de uma investigação que pudesse traduzir as alterações operadas no seio de uma comunidade piscatória, sobre a percepção das populações locais face à sustentabilidade dos serviços das zonas costeiras, o caso da Lagoa de Santo André, tendo como sustentação para esse mesmo estudo, toda uma alteração e assunção de novas dinâmicas que pudessem estar relacionadas com este propósito de ordenamento, com vista à sustentabilidade, cuja face visível e de maior impacto, assentou sobre a demolição de toda uma estrutura populacional e urbana.

No decorrer deste estudo exploratório, os elementos contidos numa análise sequencial, sugerem uma outra realidade, a alteração profunda nesta comunidade, suscitada pela alteração do seu paradigma. Respalhando na anterior subjacência, o explorador, dando cumprimento à abordagem ora em apreciação, direccionou os critérios anteriormente aduzidos na avaliação da pesca e artes que agora são praticadas, e sua caracterização.

Nesse sentido foi realçada a interpretação dos dados relativos ao volume do pescado declarado, por comparação com os elementos históricos, nos quais se encontrou uma proporcionalidade digna de registo, ou seja, os totais atuais, situam-se nos 36% dos totais anteriores (8 t, para 22 t/ano), levando a questionar, embora isentando os aspectos conclusivos tratados posteriormente, a relação entre pescadores e pesca, versus sustentabilidade e legislação, tendo em conta a regulação da actividade, derivada e imposta por organismos decisores com destaque para o ICNF, sem esquecer as dimensões das nassas e redes de emalhar (ver Fig. 4.26), cuja utilização passou a ser confinada à utilização de apenas um pano (altura – 1,80m).

Ou seja, a pesca na actualidade, encontra-se circunscrita a uma zona autorizada, submetida a regulação e processos de orientação normativa, derivada da publicação de Editais, que a captura da enguia continua a ser a mais significativa e que existe uma tendência para que estes valores declarados não sofram alteração assinalável em volume nos tempos mais próximos, tendo-se registado algum equilíbrio ao nível dos três últimos anos declarados – 13 t/ano, de total das espécies capturadas na lagoa.

Não obstante outros elementos eventualmente mais representativos, concluiu-se existir uma tendência para os resultados obtidos na pesca, quer no mar em Sines, quer na Lagoa de Santo André que apontam uma subida interessante desses valores nos últimos

anos para algumas espécies, naturalmente em contra-regra com a ideia adquirida e generalizada de algum desnorte instalado nesta disciplina e actividade económica. A análise destes dados, veio abrir um leque de novas realidades em função das quais se pesquisou e traduziu na relação seguinte, as questões multidisciplinares derivadas da actividade da pesca e da relação entre a comunidade piscatória e processos de enquadramento legal, bem como relacional entre os atores chave do processo, de acordo com os objectivos do presente estudo.

#### **4.7 – Perceção da População Local e dos Decisores**

##### **4.7.1 – População Local**

Para que, no âmbito deste estudo pudéssemos identificar vetores que estabelecessem marcada diferença entre o que se pratica hoje em termos piscatórios e o que resta da memória deste povo estabelecido nas beiradas e no areal da Costa de Santo André, houve que entrevistar Luís Domingos, ou Luís Caniço, conforme é conhecido na terra, filho do decano pescador e figura típica, ” Ti Caniço” – que simbolizava o povo da Murtosa no seu caminhar ao longo da costa, com fixação nesta lagoa, nas condições possíveis e numa simbiose entre homem e meio, – bem como Carlos Manuel Domingos, de uma geração mais recente, oriundo e residente na povoação, pescador na lagoa, tendo sido presidente da Associação de Pescadores de Sines, e de ” know how” reconhecido pelos seus pares.

Teve-se em conta a idoneidade dos entrevistados, bem como a circunstância de, dentro do universo de pescadores actualmente no ativo e residentes locais, não se dispor de outros que garantissem relatos fidedignos da ancestralidade e da ponte entre o relato histórico e a actualidade, no que à pesca na lagoa refere.

Esta entrevista semi estruturada (mas com perguntas de resposta aberta) teve por objectivo geral tecer uma panorâmica sobre o vivenciamento da população local numa época anterior ao propósito de ordenamento da orla litoral, e por objetivo específico a descrição das artes e métodos utilizados para captura do pescado na lagoa nessa altura, derivando para uma informação mais abrangente de acordo com o elaborado na grelha temática que abaixo designámos, (Quadro 4.3).

Quadro 4.3 – Guião da Entrevista Semiestruturada Efectuada a Luís Caniço e Carlos Domingos

<b>AS ARTES – PESCA NO MAR (XÁVEGA) – MODUS VIVENDIS</b>
Altura do seu declínio
Caraterísticas da Última Arte
Se a Sua Extinção Contribuiu Para a Migração de Pescadores
Que Alternativa a Esta Arte
Último Mestre

<b>AS ARTES – PESCA NA LAGOA – MODUS VIVENDIS</b>
Artes e Caraterísticas
Que População Piscatória Envolvia
O Arrendamento da Lagoa
O Volume do Pescado - Noção
Migração de Pescadores
Períodos de Pesca
A Economia e Subsistência das Famílias – Que Alternativas
Introdução de Novas Artes

### **Resultados da Entrevista a Luís Caniço e Carlos Domingos**

Na entrevista aos pescadores, Caniço (2013) começou por tecer considerações gerais sobre a vinda das gentes deste lugar e que dada a abundância dos recursos piscatórios, as “companhas” asseguravam a pesca no mar através da arte de xávega no Verão e da pesca na lagoa nos restantes meses. Uma particularidade interessante do seu relato é a de que, não obstante *o fim da arte de xávega no mar que acontece por volta dos anos sessenta do século XX*, ele próprio ainda ter insistido na compra de uma arte semelhante, *de menor porte* utilizando agora um “*saveiro*” *mais curto*, relança esta tradição milenar em 1974, mas que por imperativo da sua proibição uma meia dúzia de anos depois seria ele *o último mestre* que encerraria definitivamente a campanha de pesca no mar na Costa de Santo André (Caniço, 2013).

Com o fim desta arte, que se tinha verificado anos antes desta sua aventura de reinventar a xávega, relata, *já parte dos pescadores profissionais demandavam a pesca de mar em Sines, ficando os restantes a pescar na lagoa por conta de rendeiros, cuja exploração por concessão finda com a queda do Estado Novo, ou seja na revolução de abril de*

1974. Dado o volume de pescado, extraordinariamente abundante na lagoa, mesmo sem a xávega no mar, os pescadores, *em alternativa, reinventam nova arte do cerco, através da utilização de “chinchorros” curtos na lagoa* ( Fig. 4.25), que consistia em lances distantes com rede e saco, cujo arrasto era assegurado de terra por duas ou três dezenas de homens (Caniço, 2013).

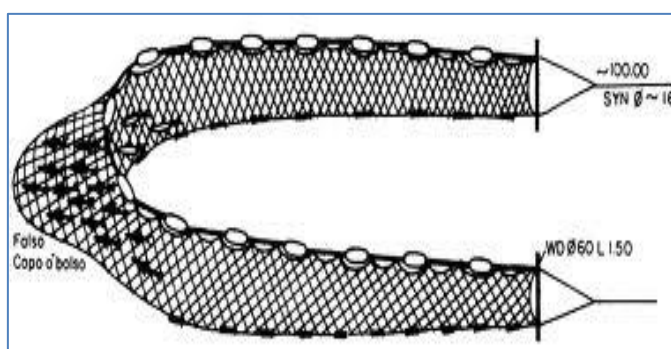


Figura 4.25 - Cinchorro

Fonte Google Images, (2013)

Domingos (2013), recordou, tendo presente outras pescas no interior deste considerável espelho de água, *a arte da pesca por redes branqueiras, ou redes de três panos ou de tresmalho, com mais de cinquenta metros de comprimentos, e ainda a utilização de chinchorros de porte bem mais reduzido que os anteriormente referidos, que pescavam muito bem*, e para os quais bastava uma “companha” de sete homens para proceder ao arrasto, adiantando que, na década de setenta do século passado, responsáveis do Gabinete da Área de Sines lhes *pediam para lançar estas redes para limpeza do fundo da lagoa*, cuja deposição orgânica sobre o areal era posteriormente recolhida com tratores, para posterior fertilização das terras (Domingos, 2013).

Com a interdição destes aparatos de pesca, *os moços de lagoa de Melides é que trazem para a lagoa, uma nova arte da pesca com nassas e nassas de alares, um pouquinho antes da década de oitenta* confidencia (Caniço, 2013), (Fig. 4.26).

Nessa altura o período de pesca situava-se entre outubro e março, ficando em defeso a pesca entre março e setembro. *Aquilo ia quase tudo para o rendeiro (eram uns gatunos), mas dava para a bucha e vivia-se da lagoa o ano inteiro e depois cada um tinha a sua hortinha, umas sementeiras, em alternativa à pesca, Era peixe com fartura,*

*era levado em camionetas para Lisboa e outras terras, relembra (Domingos, 2013). A dada altura, com a morte dos moços na lagoa, com a vinda dos banhista, a partir da década de sessenta do século XX, em que as pessoas alugaram as barracas e mais tarde com as obras de Sines, muita gente “abalou” ou deixou de pescar na lagoa como actividade principal ...,a pesca na lagoa diminuiu muitíssimo, e ainda sobre eventuais alternativas à actividade da pesca ou complementar a esta, temos muita pena que não haja projectos para desenvolver aquilo..., não fazem nada, nem para os banhistas, nem para os homens dos restaurantes, nem acessos, nada, poderia até ajudar o pescador, não é verdade? Agora vejam o estado a que chegou a zona da antiga povoação, é uma vergonha. Não pensam no desenvolvimento, é só promessas e andamos nisto há anos e anos; como é que uma pessoa resolve a vida sem ser na pesca? Não há alternativas (Domingos, 2013).*



Figura 4.26 - Luís Caniço - Rede de Emalhar e Nassa de Alares

#### **4.7.2 – Decisores Locais**

Conscientes e aduzindo critérios encontrados e interpretados até esta fase do projecto em estudo, coube ao explorador, promover em reunião informal com entidades ligadas aos organismos decisores locais – Câmara Municipal de Santiago do Cacém e ICNF, no âmbito de entrevista dirigida, segundo Quivy e Van (1998), centrada na questão única e

direccionada, sobre a existência ou não de projectos ou estudos relativos ao desenvolvimento económico da Lagoa de Santo André.

### **Resultado da Entrevista a Decisores Locais**

Inquirida Elsa Grade, Chefe de Divisão da Gestão Urbanística da CMSC, respondeu ter conhecimento de um plano de pormenor *aprovado irá para mais dez anos, com uma visão voltada para o turismo, mas que dadas as condicionantes sócio económicas anteriores e vigentes, não foi possível avançar no terreno, dadas as onerosas infra estruturas necessárias e incomportáveis para o município em termos financeiros e pela inexistência de parcerias com entidades privadas* (Grade, 2013).

Inquirido Sandro Nogueira, Técnico Superior (biólogo) do ICNF, sobre o mesmo assunto, referiu *desconhecer qualquer plano de reabilitação ou de promoção da economia local, adiantando estar em curso para breve, a criação de uma carta de desporto na natureza, reguladora de actividades de animação ambiental, turística e desportiva* (Nogueira, 2013).

**Tais declarações são reveladoras da ausência de uma estratégia coerente para o desenvolvimento económico da região, em particular nas artes de pesca sustentável.**

### **4.7.3 – Resumo**

Em resumo, pudemos concluir haver até à década de sessenta do século passado campanhas de pesca na lagoa, compostas por cerca de 80 pescadores, muitos deles vivendo desta actividade em regime de quase exclusividade sob o protectorado e as regras impostas por rendeiros da lagoa, pescadores esses que também praticavam uma agricultura sazonal ou outra de subsistência como complemento do seu ganha-pão, que era abundante o volume do pescado e que as artes sofreram alteração por imperativo legal, observando-se a inclusão de novos aparatos de pesca nessa altura: as nassas.

Também e porque se revestiu de importância fundamental neste estudo, se verificou que com o declínio da arte de xávega no mar, começa a migração de pescadores profissionais para a pesca de mar em Sines, e **que a anterior importância da pesca na lagoa, acabou por perder o anterior protagonismo**, muito por força do acidente de pesca na lagoa que dizimou dezassete pescadores, do novo estatuto balnear da Costa de

Santo André, da migração de mão-de-obra para os trabalhos no Complexo de Sines, no início da década de setenta e **da ausência de projectos de desenvolvimento para esta região.**

Do exarado concluímos que, na generalidade, o relato oral não conflitua e complementa a informação colhida de publicações que, igualmente credíveis serviram de fonte para consulta no contexto da elaboração deste trabalho.

## 5 – PERCEÇÃO DOS PESCADORES

### 5.1 – Caraterização Geral

Os pescadores inquiridos são uma população envelhecida, em que encontrámos dois jovens, e os demais, todos a partir dos 40 anos, até acima dos 60 anos, sendo esta faixa a mais populosa, com cerca de 48 % do total (Fig. 4.27).

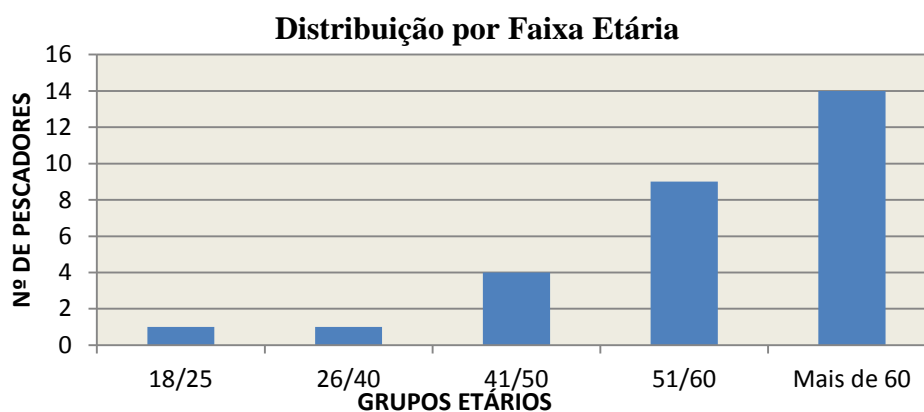


Figura 4.27 - Estrutura Etária do Grupo Entrevistado

#### O seu agregado familiar médio, é constituído por 3 pessoas

Esta distribuição por áreas de residência vem demonstrar que a população piscatória mais presente neste universo – 19, é a que reside na Freguesia de S. André, os pescadores “do lado de lá”, ou da zona dos grandes caniçais e lameiras. Da localidade Lagoa de S. André, a que foi deslocalizada da duna primária, conta com 6 pescadores, sendo os restantes 4, residentes na Freguesia vizinha de Melides (Fig. 4.28).

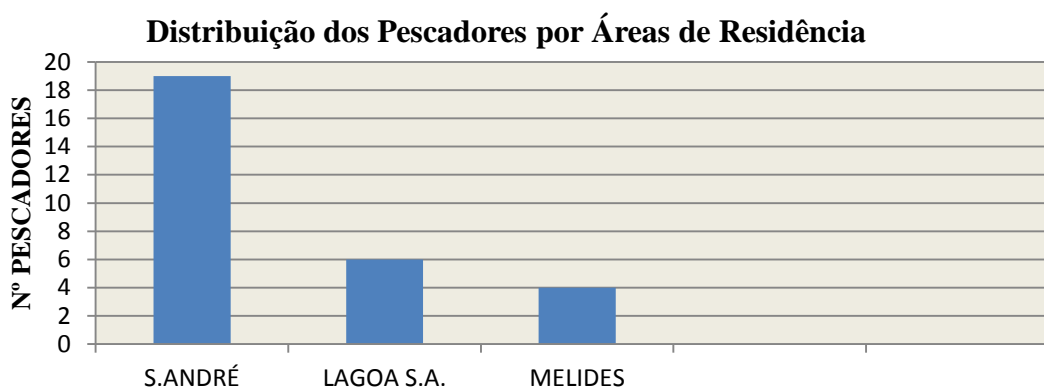


Figura 4.28 - Área de Residência dos Entrevistados

A escolaridade dos pescadores aponta o ensino básico como o mais presente (69%), sendo que apenas 3 têm o 6º ano, 5, o 9º ano e 1, o 12º ano (Fig. 4.29).

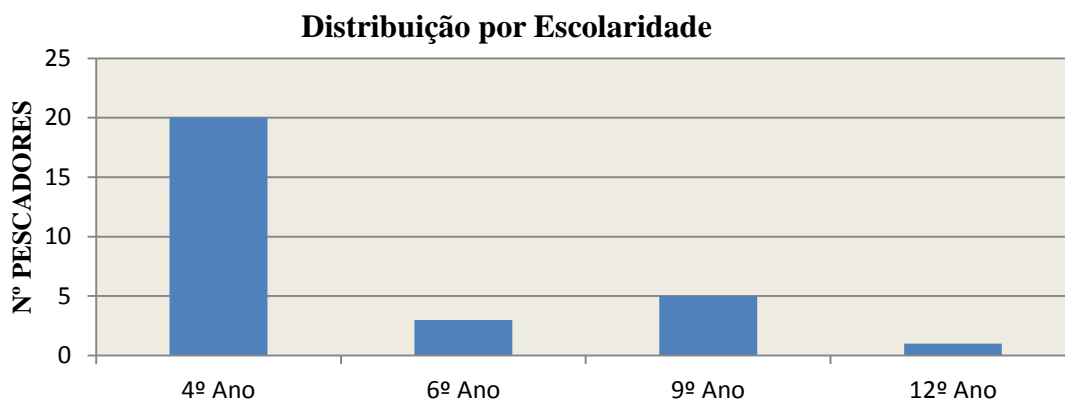
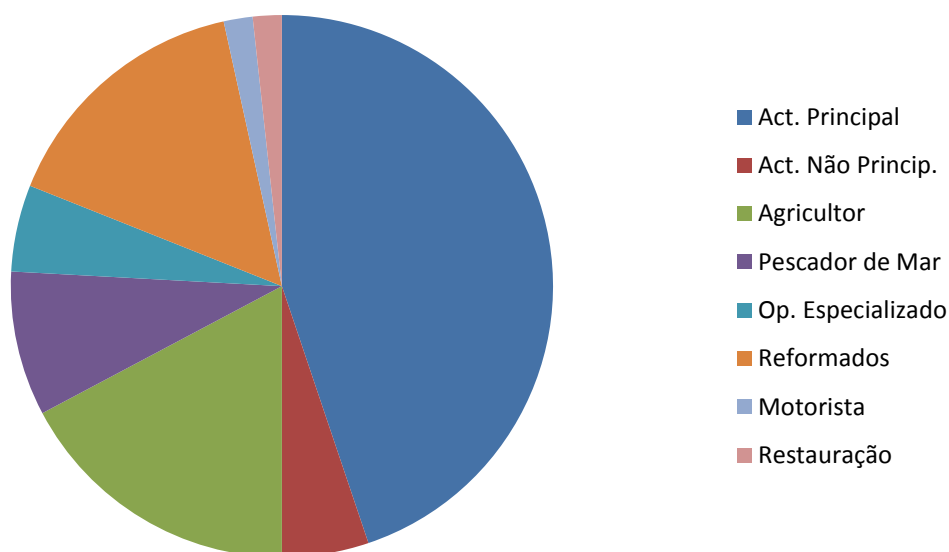


Figura 4.29 - Distribuição por Escolaridade

Segundo os elementos colhidos, em que 26 dos inquiridos declararam ser a pesca na lagoa a sua actividade principal, temos uma distribuição de outras actividades que estes desenvolvem complementarmente, percebendo-se claramente que a segunda actividade declarada é maioritariamente dedicada à agricultura, com 10 elementos, seguida da situação de aposentado, que não sendo na realidade uma actividade, não deixa de ter importância neste contexto, dado ser uma fonte de rendimento, com 9 pescadores nestas condições.

É representativo da realidade, a análise destes valores, ou seja, 66% dos pescadores, são também agricultores, ou estão aposentados. São operários especializados, 3 elementos, 1 trabalha em restauração e 1 trabalha como motorista. Os restantes 5 são também pescadores de mar em Sines (Fig. 4.30).

### Distribuição Pescadores da Lagoa, por Profissão



Atividades	Pescadores
Act. Principal	26
Act. Não Princip.	3
Agricultor	10
Pescador de Mar	5
Op. Especializado	3
Reformados	9
Motorista	1
Restauração	1

Figura 4.30 - Os Pescadores e Outras Profissões para Além da Pesca

## 5.2 – Desocupação da Duna Primária

A desocupação da duna primária em princípios da década de oitenta do século passado reveste-se de uma particularidade interessante: é que nessa altura já só existiam meia dúzia de famílias dedicadas à pesca na lagoa, tendo em conta todos os relatos e conclusões a que chegámos aquando da abordagem à Mudança de Paradigma, neste trabalho.

Neste inquérito foi possível concluir que os pescadores atualmente a residir no designado Bairro Novo da Costa de Santo André, ou Lagoa de Santo André, são em número de 6 elementos, representantes de uma classe, claramente minoritária neste acontecimento excepcional de ordenamento do território, referindo estes terem tido contrapartidas por parte da CMSC, que se tratou de um processo concertado e pacífico, tendo apenas questionado alguns critérios, não considerando a sua equidade, revelando ter havido algum tratamento diferenciado nalguns casos porque, justamente, as centenas

de habitantes daquele lugar sobre a duna, há muito que não eram originários dos antigos pescadores e há muito que o aldeamento se havia descaracterizado. Este processo que envolveu negociações e procedimentos díspares, dada a plêiade multicultural e étnica desta localidade, não deixa no entanto de ser um exemplo de cidadania e concertação.

Dos 6 pescadores inquiridos, 3 deles responderam ter mantido a traça ancestral das suas habitações no aldeamento primitivo, tendo no entanto alterado a estrutura interior das mesmas, enquanto os outros 3, procederam a alterações na estrutura exterior e interior das suas casas (Fig. 4.31).

### Desocupação do Aldeamento - Duna Primária

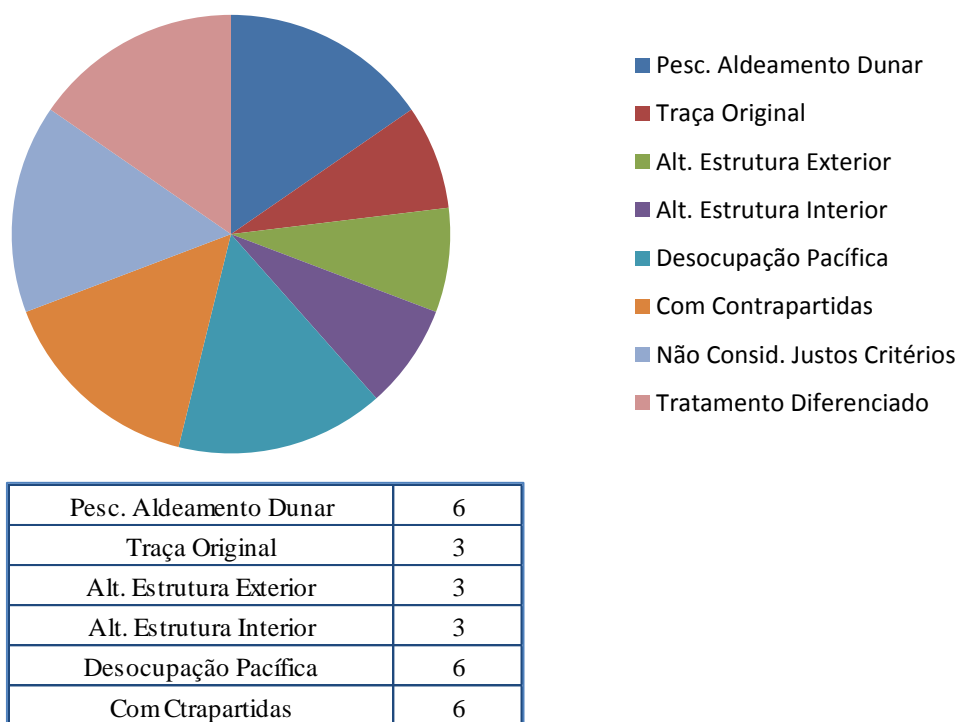


Figura 4.31 - A Resultante da Desocupação da Duna Primária

### 5.3 – Relação Com Organismos Tutelares

Tendo presente a necessidade de fazer ouvir a sua voz, os pescadores profissionais da lagoa, estão organizados e desta relação pudemos concluir que mais de metade – 16 elementos, fazem parte ou estão associados na Associação de Armadores de Pesca Artesanal e do Cerco do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – AAPACSACV, sendo

que 3 deles pertencem aos corpos gerentes deste organismo, os quais estão sempre presentes nas reuniões com o ICNF, aquando da elaboração de novos editais de pesca, ou outros. Três quartos destes elementos estão associados há mais de cinco anos, estando os restantes há menos de cinco anos.

Dos inquéritos registámos que nas reuniões exclusivas ao nível da AAPACSACV, a grande maioria dos associados está sempre presente, registando uma participação de 14 elementos, contra 2 que referiram apenas estar quase sempre presentes.

Os atrás referidos, afirmam estar presentes nessas reuniões de modo próprio e não por quem eventualmente os possa representar.

Quanto à pertinência das suas declarações e se as mesmas são traduzidas no sentido da melhoria organizativa, a totalidade dos associados responde positivamente, indiciando um clima de excelente cooperação entre todos os elementos da AAPACSACV.

Quanto às reuniões entre os membros da associação e o ICNF, declaram que 8 pescadores estão presentes episodicamente ou fazem-se representar pelos pescadores que fazem parte dos órgãos directivos da AAPACSACV. Ainda assim, 2 não associados referiram estar por vezes nas reuniões magnas do ICNF, sempre que disso têm conhecimento (Fig. 4.32).

No âmbito das reuniões entre a AAPACSACV e o ICNF, é que surge o grande problema e que é traduzido no mínimo, na falta de comunicação entre as partes, em que os pescadores se queixam peremptoriamente que a sua voz não é ouvida ou tida em conta no processo de decisão sobre a elaboração do documento anual, determinante para as regras da pesca na lagoa, o Edital. E que, naturalmente, por esse motivo, as decisões já vêm construídas a montante pelo ICNF, não restando espaço de manobra para o diálogo e participação concertada das partes, numa clara alusão ao desrespeito pela cidadania participativa dos pescadores, por parte de quem representa no terreno o ICNF.

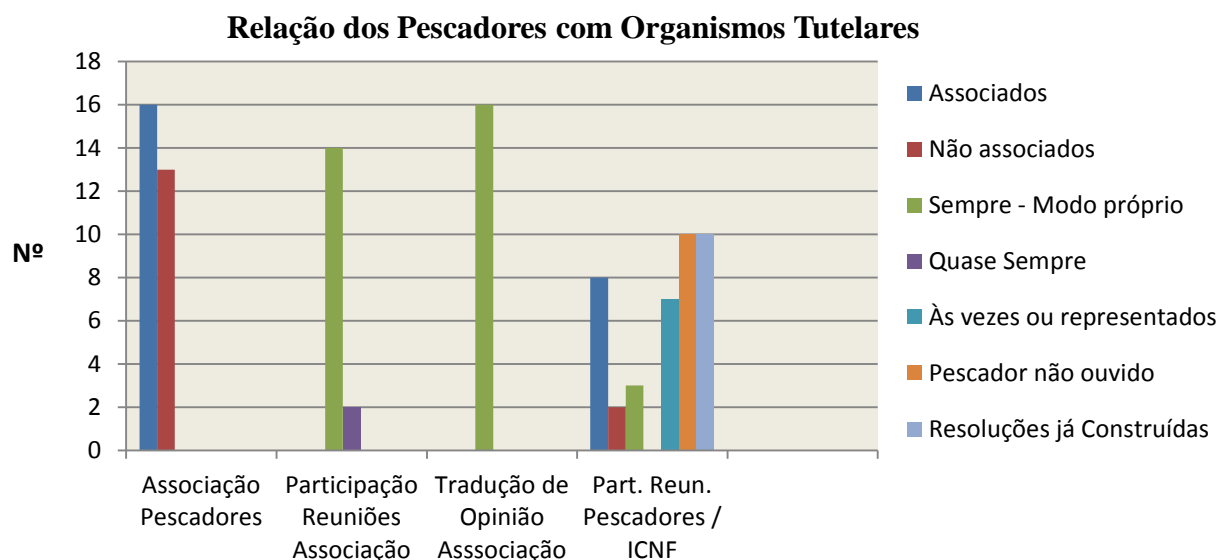


Figura 4.32 - A AAPACSACV, o ICNF e a Relação Entre Atores

**Os motivos que levaram 13 pescadores a optar pelo não associativismo, derivam de dois vectores: Não acreditar na força representativa dos pescadores e pela falta de informação aos seus associados**

#### 5.4 – Exercícios de Opinião

Aduzem os pescadores de forma síncrona que as áreas marcadas para o exercício da pesca, são calculadas em função do afastamento exagerado das margens da lagoa, e que a colocação dos marcos delimitadores leva por vezes a que surjam erros de posição na colocação dos seus aparelhos de pesca, sujeitando-os a pesadas multas. Também referem os mesmos, que tais coordenadas os colocam em zonas de pouco pescado e fundos exagerados, e que deveria haver uma maior aproximação a terra, em função da volumetria da lagoa, que é variável ao longo do ano; *andam com uns aparelhos de medir, os tais GPS e uma pessoa quando sabe, ou não sabe, tá a “levar com eles”* (Inquirido nº 2).

Todos os inquiridos revelaram aspirar pela antiga metodologia de defeso, ou seja: poderem pescar a partir de agosto até à abertura da lagoa ao mar, *que foi muito tempo assim e é quando a gente tem algum defeso, por via do turismo no Verão* (Inquirido nº 4), ficando a pesca em defeso a partir dessa data e até finais de julho, por afirmarem que o período especial de três meses – outubro a dezembro, em que é

proibida a pesca da enguia, devido à sua migração para desova no Mar dos Sargaços, não deter qualquer semelhança com a realidade lagunar, tendo em conta tratar-se de um meio fechado ao mar e, por isso, a defesa da espécie no âmbito da sua migração, não fazer sentido nesta realidade.

Também por unanimidade referem os inquiridos a necessidade e pertinência no estudo e colocação por parte dos decisores, de estruturas de apoio para salvaguarda dos seus equipamentos de pesca, cuja colocação deveria situar-se em dois lugares estratégicos no contexto da distribuição de áreas de pesca, ou seja:

- Colocação na zona do Parque de Campismo (na direcção da zona balnear).
- Colocação junto à Casinha do Peixe (área de caniçais e lameira).

Já referimos neste trabalho, com fotos ilustrativas (ver Fig. 4.1) as condições em que os pescadores “arrumam” os seus aprestos junto à lagoa, *ele já houve dinheiro para isso, agora o que lhe “fizeram”...*(Inquirido nº 8).

Os inquiridos contestam fundamentalmente duas situações que na sua opinião merecem ser corrigidas, em relação às artes de pesca a saber:

- i) A altura dos panos de alares das nassas, que deveria ser de dois panos (cerca de 4m).

Porque, referem, a área em que lhes é permitido pescar, detém grande profundidade e tendo os alares das nassas a altura de 1 pano (2m aprox.), o peixe não é canalizado eficazmente para o saco da captura; *querem é acabar com os pescadores e que a gente morra ali. Quem é que consegue espetar uma cana numa fundura daquelas? Não percebem nada de nada e não ouvem a gente* (Inquirido nº 22). *Tal seria ultrapassado, deixando pescar mais junto às margens, orientando o pescador as dimensões destes aparelhos, em função da necessidade da pesca e não por imposição avulsa e prejudicial, o pescador é que sabe e escolhia a rede segundo e conforme a posição junto à terra* (Inquirido nº 19).

- ii) A permissão de utilização de, até 60 nassas por pescador, entre janeiro e a abertura da lagoa, não sendo então permitida a utilização de mais de 40 nassas, no período compreendido entre agosto e dezembro.

Na generalidade e mais uma vez, a unanimidade presente na classificação da água da lagoa, que a consideram boa no âmbito da sua actividade.

Mais informam que o pior período no que à qualidade da água refere é traduzido aquando a ocupação de grande parte da área lagunar, por aves de arribação, nomeadamente o galeirão, que chegam a uma ocupação de alguns milhares, alterando a tonalidade e qualidade da água nas áreas em que se movimentam, pela existência dos dejectos de forma excessiva e constante, *a cor da água até muda ali onde eles andam, tal é a actividade dos bichos, aquilo são aos “milhêros”*( Inquirido nº 8).

Os pescadores são da opinião que, sendo o homem um agente também regulador do ambiente e do seu equilíbrio, devia ser promovida a tradição - com regras definidas e salvaguardando os aspectos primordiais do equilíbrio do ecossistema, da caçada a estas e outras aves, uma vez por ano, no dia de Todos os Santos, conforme se praticou durante um tempo imemorial e que contribuiu para a fama aquém e além-fronteiras, com proveitos económicos e turísticos inestimáveis para esta região *e era uma riqueza para a região, vinha gentio de todo o lado, traziam “algum” e era uma animação...tudo com regras não é verdade, não podiam andar ali numa matança, tudo com regras*, (Inquirido nº 27).

Registámos opinião comum aos 29 pescadores, de que a lagoa necessita ser desassoreada de forma cirúrgica, sob pena de daqui a poucos anos, a termos apenas na memória, transformando-se num charco infecto, se não forem tomadas medidas urgentes.

Apontam entre outras razões, a falta de limpeza dos cursos de água que nela desaguardam, não permitindo o seu enchimento em plenitude, a falta de fiscalização relativa a descargas de efluentes nas suas ribeiras, com a conseqüente deposição de matéria lodosa no seu fundo, a abertura ao mar em condições pouco estudadas, em que o fecho da lagoa permite a deposição de toneladas de areia vinda do mar, fruto de maresias lentas e marés pouco propícias, encurtando a área de banhos e diminuindo drasticamente a profundidade na zona leste, ou lameira; *aquilo tem mesmo precisão de ser visto, a “alagoa” está cada vez mais baixa, qualquer dia é um rolo de mato molhado, aquilo bastava tirar a areia onde a água corre para o mar, ali nos “urinos”* (Inquirido nº 14).

Depois a incerteza de Invernos chuvosos que, ainda que o sejam, pouco crescem ao volume necessário para o arrasto e transporte de matéria lodosa para o mar aquando da abertura da lagoa; *o volume de água que se precipita para o mar não tem peso*

*suficiente para transportar os elementos lodosos a montante da sua abertura* (Inquirido nº 14).

De um modo geral os pescadores estão de acordo com as dimensões permitidas quanto à captura do pescado, com exceção para a pesca do robalo legítimo (*Dicentrarchus labrax*) 36 cm, uma vez que, por ser criado em águas interiores e fechadas, e por isso as suas dimensões serem normalmente inferiores aos do mar, deveria, segundo opinião unânime dos inquiridos, ser reduzida a sua bitola para dimensões compatíveis com a realidade desta espécie capturada na lagoa; *nada a dizer das medidas do peixe pois apanhar “iroses” de um certo calibre, pequenas, é um crime, deviam fiscalizar a pesca do remolhão que apanha todas e não sei se eles respeitam medidas, agora as nassas e as redes branqueiras têm aquela medida, que tá boa assim...o robalo é que devia ser mexido, uma dose boa já dá uma medida abaixo da autorizada, isto é água interior, o peixe nunca cresce tanto, mas “atão”, dizer-lhes ou nada é igual* (Inquirido nº 15).

Dos pescadores inquiridos, apenas 1 está de acordo com a renovação da arte da chinha na lagoa, por permitir no seu arrasto, a limpeza dos fundos da lagoa e mesmo algum desassoreamento, embora essa tarefa, ou esta pesca, tivesse que envolver a constituição de uma campanha, restando a dúvida na sua rentabilidade; o rácio – trabalho/produção/rentabilidade, talvez não justificasse a empresa, sendo a resultante ou lucro, traduzido em vontade de contribuir para outro tipo de economia, a ambiental. Os demais declinam essa possibilidade. *Aquilo sempre ajudava a limpar o fundo e se calhar nalguns pontos, desassoreava, arrastando tudo é certo, mas fazia-se a escolha do peixe, e eu que nasci dentro de água, custa-me ver isto cada vez a pior, deixaram chegar a uns pontos, veja-se a abertura deste ano, marés mansas, tempo demais aberta, toneladas de areia entrada e a aberta ficou assim quase seca...estes “gajos”, andam, andam, só lhes resta a passarada e mais nada* (Inquirido nº 17).

Todos eles gostariam de um melhor esclarecimento e mais aprofundado, sobre a renovação das espécies, aquando da abertura da lagoa ao mar, as regras do defeso, e outras de marcado interesse para o entendimento da biodiversidade e equilíbrio, ajustado à sua realidade, enquanto pescadores da lagoa.

Ainda unanimemente, para além dos apelos já descritos anteriormente, apelam para que seja alterada a regra que determina as áreas de permissão de pesca, bem como o número

de nassas já anteriormente descrito ou seja, passarem para 60 unidades, com uma utilização inicial com regras de apenas 40 unidades, a par da autorização de utilização de rede de 2 panos.

Nada mais referem, nesta parte do inquérito, a não ser o carácter negativo e autoritário que todos eles apontam, à acção de responsáveis do ICNF, que os não têm sabido ouvir e que não têm valorizado as suas opiniões válidas, tendo em conta que estas poderiam levar a entendimentos, para defesa dos interesses de todas as partes envolvidas no processo: *falar com aquela gente é letra morta, mandam-nos calar, que não sabemos das coisas, que é como eles dizem e querem e acabou-se. De que serve uma pessoa ir às reuniões? Eles fazem as leis como bem querem e entendem, só querem saber de anilhar pássaros e se calhar, comer alguns... o resto é mato à volta das cabanas deles, aquilo é uma pocilga* (Inquirido nº 20).

Face a este último aspeto do questionário, voltámos a realçar a opinião comum a todos os inquiridos, que se situa numa toada em que apontam o descrédito total na organização ICNF, que as perdas avultadas na qualidade da sua actividade enquanto pescadores são no fundo consentâneas ou resultam de imposições normativas, sentindo, por parte destas autoridades, a vontade subliminar de lhes acabar com a classe.

Depois afirmam que antes deste ordenamento territorial, havia muita gente a viver exclusivamente da pesca na lagoa e que nunca ouviram falar em crise de enguias ou de outras espécies. O período de defeso era respeitado, as aberturas da lagoa ao mar eram eficazes e o homem enquanto agente regulador do equilíbrio na natureza, promovia uma caçada anual aos galeirões, harmonizando a sua existência. Abordaram também a migração dos corvos marinhos que vêm a instalar-se na lagoa, pois, *são às centenas, caçam em grupo e entram dentro das nassas estragando tudo, levando o pescado, isto só visto, os bichos trabalhando em equipa, e uma pessoa tem que forrar parte das nassas com um tubo de plástico, para o peixe não ser retirado e ninguém faz nada, “atão” uma pessoa queixa e volta a queixar-se e olha do que nos serve? Mais valia acabar com isto tudo* (Inquirido 16).

Queixam-se de ser letra morta as suas opiniões quanto aos aspectos mais importantes na elaboração dos editais de pesca, nas reuniões com o ICNF, em que se fazem representar pela Associação de Armadores de Pesca Artesanal e do Cerco do Sudoeste Alentejano e

Costa Vicentina – AAPACSACV, e na qual figuram três dos pescadores mais esclarecidos, integrados no quadro desta associação.

Referem que a vedação do perímetro da lagoa efectuada pelo ICNF contribui para o aprisionamento de espécies, entre as quais as lontras selvagens, que esbarram na rede mal dimensionada e que lhes não permite a livre circulação, sendo que esta vedação deveria ser reposicionada junto à via municipal e não junto à lagoa.

Esclarecem que a proibição do gado apascentar junto à lagoa, em que o caniçal e demais componentes lagunares eram ingeridos por este, promovendo a sua renovação e, não o sendo, acontece o crescimento desordenado de caniçais que, sem renovação, entram num processo de eutrofização, não restando vestígios de elementos botânicos típicos da região, dada a intransigência técnica mal sucedida do ICNF.

Queixam-se dos valores envolvidos em coimas em que um pequeno delito, como por exemplo o delito de posição de uma nassa (dada a ineficácia dos pontos de referência), poder dar lugar a uma coima ao nível de crime ambiental, chegando aos 30.000 €.

E que a protecção levada a extremo, no caso do corvo-marinho, tem permitido a migração de centenas de aves desta espécie, que caçam em grupo, eliminando grande parte do pescado, chegando a retirá-lo com mestria de dentro das nassas a pescar.

Sentem-se em suma, o elo mais fraco deste sistema, preocupados com a evolução do assoreamento da lagoa, sentindo por parte do ICNF, total cobertura para a protecção das aves, esquecendo que as áreas protegidas também o não deixam de ser, se ouvidos os naturais, os residentes, os pescadores e demais interessados: *isto é tudo malta velha, que gostaria de não ver morrer esta arte e trazer mais juventude, que fosse uma coisa mais rentável e ele há peixe para isso, sempre houve, tá bem, deixassem lá os poços descansados em reserva, que aquilo até bole de peixe, mas que não cortassem as pernas ao pescador, eles querem é que a gente morra, os mais velhos primeiro, claro está, e depois deixarem tudo ao abandono, vocês logo veem, se não lhe “arreganharem os dentes”, dão cabo do resto* (Inquirido nº 14).

## **5.5 – Discussão dos Resultados Obtidos com o Inquérito**

Face à interpretação dos resultados obtidos no inquérito, concluiu-se pela existência de problemática, ao nível ambiental e ao nível das condições da pesca, tendo sido elaboradas as listagens de problemas sujeitos a discussão, que abaixo transcrevemos:

### Qualidade do Ambiente

1º- Excessivo assoreamento.

2º- A falta de limpeza dos cursos de água que nela desaguam, não permitindo o seu enchimento em plenitude.

3º- A falta de fiscalização relativa a descargas de efluentes nas suas ribeiras, com a consequente deposição de matéria lodosa no fundo.

4º- A abertura ao mar em condições pouco estudadas, em que o fecho da lagoa permite a deposição de toneladas de areia vinda do mar, que provoca uma diminuição da área de banhos e da profundidade na zona leste, ou lameira.

5º- Ausência de Projetos / Planos de desenvolvimento local.

### A Pesca

6º- Existência de falta de diálogo entre, os atores chave locais.

7º- Sustentabilidade económica da pesca (baixo custo do pescado).

8º- A Regulamentação da pesca.

8.1º- A acomodação das suas redes e aparelhos.

8.2º- Melhor definição do modo como é permitida a pesca, nomeadamente possível alteração nas dimensões e número de aparelhos autorizados.

8.3º- Alteração do período permitido para a pesca do “remolhão” (atualmente, uma hora antes e depois do por do Sol).

8.4º- Alteração do período de defeso.

8.5º- Melhor definição do perímetro delimitado de pesca.

## 6 – WORKSHOP

### 6.1 – Realização e Resultados

A realização do workshop decorreu numa das salas de aula do Instituto Piaget, em Vila Nova de Santo André, no dia 20 de setembro de 2013, tendo começado pelas 10.30h e terminado cerca das 13.00h.

Para o evento, que se pretendia de carácter abrangente, de modo a que fossem afloradas diversas sensibilidades, traduzidas noutros tantos problemas encontrados pelo explorador foram convidados diversos organismos para participação na qualidade de atores chave do processo, cuja presença, pudemos traduzir da seguinte forma.

Entidade Organizadora – Representada pelas Professoras Doutoradas, Sandra Caeiro e Ana Paula Martinho, na qualidade de facilitadoras, e pelo apresentador, o mestrando Armando Santinhos.

Organismos Convidados (na qualidade de atores chave) – Os pescadores da lagoa, Associação de Pescadores – AAPACSACV, Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), a Quercus, a Junta de Freguesia de Santo André, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Agentes económicos locais, (Anexo XI).

Organismos Convidados – O Instituto Piaget, a Imprensa local (Jornal o Leme).

Entidades Presentes (na qualidade de atores chave):

Pescadores da lagoa – 16  
AAPACSACV – 2 (de entre os pescadores presentes)  
APA – 1  
ICNF – 0  
Quercus – 1  
JFSA – 1  
CMSC – 0  
Agentes económicos locais – 2

Total – 21

## Organismos Convidados – Instituto Piaget – 1

### Jornal o Leme – 1

Para início dos trabalhos foi feita uma primeira apresentação em “power point” pelas facilitadoras, tendo as mesmas referido em detalhe a estrutura do referido workshop os timings a observar e os passos subsequentes do mesmo, referindo que o orador se iria pronunciar sobre a caracterização do objecto de estudo, bem como da problemática encontrada no mesmo.

De seguida seguiu-se a apresentação do orador, igualmente sob o mesmo formato em “power point” (Anexo XII), em que numa primeira abordagem se generalizou sobre conceitos subjacentes ao estudo – teorização de sustentabilidade das zonas costeiras, seguido de explicação das vertentes – Pesca, Ambiente e Desenvolvimento Económico, e naturalmente a suscitação e identificação de problemas, objecto de análise no âmbito do workshop. Foram evidenciadas as valências e o potencial da lagoa e sua envolvente, deixando perceber algum criticismo construtivo e os agradecimentos finais pela presença e colaboração dos atores chave e outros convidados, a bem do interesse da Reserva Natural, da Tradição e do Homem.

O passo seguinte consistiu no agrupar dos atores chave, de forma aleatória, por sorteio na atribuição de símbolos relativos à faina na lagoa, conjugando-se a formalização de quatro grupos de trabalho, designados nessa alusão, como da **enguia**, do **robalo**, da **dourada** e da **tainha**, respectivamente.

No mesmo propósito, foram distribuídos pelas moderadoras a cada elemento atrás referido, dois conjuntos de três autocolantes diferenciados pela cor, para que, na prossecução dos trabalhos, pudessem em devido tempo, votar e eleger com isso os problemas mais prementes na sua ótica, como também e posteriormente, as soluções encontradas e propostas colegialmente para a sua resolução. Ao disporem de três votos por elemento para cada lista sujeita a votação, poderiam optar pela distribuição dos seus votos, da forma que melhor traduzisse a sua intenção, sem sujeição a qualquer outra regra.

O orador face ao trabalho já produzido nesta fase do estudo exploratório, tendo presente a recolha documental e processos de investigação no terreno, bem como os resultados de inquéritos, elaborou e entregou aos grupos referidos, uma listagem dos problemas

que considerou principais (Anexo XIII) para que fossem analisados e votados três deles, com vista ao apuramento das respectivas soluções e que abaixo designamos:

#### Os Três Problemas Mais Votados

- 1º - Regulamentação da Pesca – **19 votos**.
- 2º - Falta de diálogo entre os atores chave – **15 votos**.
- 3º - Excessivo assoreamento – **13 votos**.

#### As Soluções

O passo seguinte consistiu na discussão em grupo para a obtenção de soluções várias para cada problema dos três mais votados (Anexo XIV), soluções, que mereceram posteriormente o voto individual dos atores (Anexo XV) da forma que se transcreve:

#### Regulamentação da Pesca

- 1º - Começar a faina da pesca a 15 de setembro, até a abertura da lagoa ao mar – **11 votos**.
- 2º - Revista a regra da pesca do remolhão até às 22.00 h – **10 votos**.
- 3º - Aumentar a altura das redes – nassas e tresmalho, para 2 panos (4 m) e permitir 40 a 60 nassas para os períodos autorizados (inicial e de continuidade) – **8 votos**.
- 4º - Delimitação e aumento do perímetro de pesca – **6 votos**.
- 5º - Agilizar o Regulamento de Pesca adaptando-o à realidade – **4 votos**.

#### Falta de Diálogo

- 1º - Retomar o convívio do dia 1 de novembro para a promoção do diálogo, com o recomeço da caçada na lagoa neste dia de tradição – **5 votos**.
- 2º - Gestão de diálogo pela autarquia – **2 votos**.

#### Excessivo Assoreamento

- 1º - Dragar as areias desde a zona da aberta até à Cabano do Peixe – **7 votos**

2º - Boas práticas agrícolas a montante da Bacia Hidrográfica – **2 votos**.

3º - Arrasto antes da abertura ao mar – **1 voto**.

## **6.2 – Parecer do ICNF Face aos Resultados Obtidos**

Depois de ter entregue ao ICNF, por e-mail o relatório do workshop, em que para a listagem de problemas encontrados, foram votadas pelos atores chave as soluções atrás referidas, solicitámos parecer sobre as mesmas, a este organismo, na pessoa de Ana Maria Vidal (arquitecta), técnica superior do ICNF e anterior diretora deste Serviço em Santo André (ainda ICNB, até 2007), logo, um elemento importante a considerar, dado o manancial de conhecimentos que detém, bem como um vivenciamento no terreno que se têm consubstanciado ao longo da sua vasta participação nestas matérias, que dificilmente seria, poder encontrá-los noutra entidade.

### Regulamentação da Pesca

A primeira questão a ser debatida e, naturalmente sobre as soluções apresentadas, pelos atores chave, referiu: - *estamos perante um rol de pretensões já anterior e amplamente discutidas nas reuniões que em tempo foram desenhadas entre o ICNF e os pescadores, através dos seus representantes, e que nada poderá agora ser alterado, dados os condicionalismos legais, mormente o Plano de Ordenamento implementado por este organismo em 2007, e a lei que determina as condicionantes da pesca profissional na lagoa, e citando, adiantou a – Portaria n.º 86/2004 de 8 de janeiro, bem como a Portaria n.º 180/2012, de 6 de junho, que estabelece a proibição de captura, transporte e comercialização de enguia durante os meses de outubro, novembro e dezembro, restringindo a sua captura no meio natural designadamente aos exemplares provenientes da pesca em águas interiores nacionais, mais adiantando que a restante pesca, a de tresmalho pode ser praticada nestes meses (Vidal, 2013).*

### Falta de Diálogo

Não entende esta pretensão de reativar a tradição da caçada na lagoa, no dia de Todos os Santos, *porque se trata, de uma Reserva Natural e, neste contexto, sem estudos que o justifiquem, até prova em contrário, a população migratória de aves, não é considerada excessiva e como tal, completamente desajustada esta solução (Vidal, 2013).*

Não considerou igualmente pertinente a intervenção de um outro organismo, a Junta de Freguesia de Santo André, que mediasse reuniões entre o ICNF e outras entidades, nomeadamente a Associação dos Pescadores, dado o fraco empenhamento dos elementos directivos da JFSA na participação de eventos anteriores, aliado à *sua falta de conhecimento sobre as matérias habitualmente postas a discussão* (Vidal, 2013).

#### Excessivo Assoreamento

Vidal (2013) mostrou estar de acordo com a necessidade premente da dragagem cirúrgica da lagoa, *contrariando o processo natural que tende para o desaparecimento destas zonas húmidas e lagoas costeiras, tendo presente o seu envelhecimento, cuja vida não ultrapassa normalmente os quatrocentos e cinquenta anos*, referiu.

*Contudo estes estudos e trabalhos são onerosos, adiantou, e deverão ser muito bem estudados para que o processo seja eficaz, melhorando a qualidade lagunar, permitindo novas dinâmicas e evitando-se processos eutróficos* (Vidal, 2013).

As boas práticas agrícolas são no seu ponto de vista, necessárias, na medida em que iriam minimizar o transporte de sedimentos arenosos, sem esquecer que se requiere uma eficaz fiscalização que não permita a descarga de efluentes resultantes de actividades ligadas à suinicultura e de produção de azeite, cujos resíduos potenciam a deposição de lamas e outros inertes nocivos.

Quanto ao desassoreamento pontual por intervenção da “pesca à chincha”, ou arrasto, declarou *que se poderia estudar essa possibilidade, dentro de regras a estabelecer após reflexão e estudo de entidades competentes* (Vidal, 2013).

Sendo que o processo para elaboração de editais sobre a pesca na lagoa detém o parecer do Serviço ao qual Ana Vidal pertence, que pode alterar sobre proposta, disposições e aspectos normativos nos mesmos editais, foi-lhe perguntado se em algum momento as pretensões dos pescadores foram tidas em conta, tendo esta respondido que sim, *a abertura da pesca este ano de 2013, teve início em agosto, por solicitação dos pescadores, tendo referido que o processo de negociação inúmeras vezes tentado, encontra difícil interlocução, dado o carácter agressivo, irreduzível, pouco esclarecido e pouco participativo deste grupo*. Tendo-lhe sido transmitido de seguida o carácter cívico, interessado e participativo dos elementos presentes no workshop, referiu, *se em*

*realizações futuras, o autor do presente trabalho se encontraria em posição de prestar a sua intermediação e conhecimentos perante plateia tão “suigeneris”, pois que seria naturalmente um mais-valia (Vidal, 2013).*

Perante tais considerações, foi respondido que sim, adiantando o explorador, *sermos poucos para elevar a dignidade e qualidade ambiental, e que a idiosincrasia deverá ser determinada pela mudança, buscando-se sempre a melhoria contínua.*

## 7 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De um modo geral, as grandes transformações operadas no seio das comunidades são fruto de tendências e de uma visão cada vez mais voltadas para a globalização, em que os Estados por força de estratégias e planos de pendor empresarial e económico equacionam, muitas vezes, a requalificação de zonas de excelência ambiental e social, em áreas de grande potencial produtivo e/ou turístico. Essas áreas que se revestem de uma ancestralidade enriquecida pelos saberes tradicionais ficam, por maioria de razão, em nome do progresso e do ordenamento territorial, irremediavelmente descaracterizadas, fruto do défice cultural, social, económico e perda de riqueza etnográfica, muitas vezes irrecuperáveis, a que essas alterações estruturantes muitas vezes conduzem.

De acordo com a explanação da legislação analisada para a elaboração deste estudo, se verifica que em Portugal o reconhecimento da importância estratégica da faixa costeira, sua protecção e gestão integrada, têm suscitado a publicação de inúmeros diplomas e desenvolvidas diversas iniciativas legislativas. Coube-nos neste propósito, ao nível do projecto em estudo, evidenciar o que em termos legislativos poderá ter contribuído para uma análise mais assertiva da zona alvo deste estudo exploratório,

No caso presente, a Lagoa de Santo André, assistimos a um processo quase natural, evidenciado de grande necessidade de ordenamento costeiro, que suscita na edilidade local e demais organismos do Estado, na década de setenta do século XX, a assunção de modelos e Planos de Protecção da fauna e da flora, de acordo com a explanação legislativa já anteriormente referida, cuja face visível determinou, na década de oitenta do século XX, um plano Diretor Municipal de ordenamento urbano que em rigor a CMSC, de parceria com o Ministério do Ambiente, executou de forma brilhante, mas aquém das expectativas do desenvolvimento aguardado pela população, a um outro nível.

Esta povoação tem a particularidade de ter no seu domínio territorial um espaço lagunar inserido na Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha, sendo nesta simbiose de conceitos, espaço lagunar e povoação do mesmo nome, que centrámos este estudo, tendo como matriz a referida percepção das populações face à sustentabilidade das zonas costeiras. Tendo presente a multidisciplinaridade de conceitos relativos à questão da sustentabilidade, direccionámos o objeto deste estudo, na questão relativa à pesca na lagoa, sem desmerecimento de uma plêiade conceitual que emerge de dinâmicas

derivadas de interpretações sociológicas, técnicas, económicas, de relação e tantas outras.

A povoação nasce de grupos migratórios de gentio vindo do Norte, de Aveiro, da Murtosa, e instala-se neste local, percebendo que seria do mar e da lagoa, bem como das terras de beirada, produtivas, que viria o seu sustento, tendo aqui construído umas largas dezenas de cabanas de caniço e mato rasteiro, estabelecendo relações naturais entre gente com saberes do mar e gente com saberes da terra, os agricultores da região. O pescador cultivará a terra e o agricultor será também pescador.

Criam-se campanhas de pesca de mar – arte xávega, e campanhas de pesca na lagoa, dada a impossibilidade de pescarem no mar em período tempestuoso e a lagoa ser uma alternativa credível, dado a sua riqueza em peixe, em que pontua consideravelmente o peixe de escama, e a enguia, cuja captura determina a maior riqueza desta actividade.

Cessa a xávega no mar, a pesca na lagoa como recurso tornou-se na primeira pesca, dada a riqueza extraordinária dos seus recursos piscatórios.

A modernidade assentou nesta localidade quase medieval, em que os homens e mulheres desta terra, com origem no Norte Litoral, aqui organizaram a sua vida, construindo os barcos saveiros que, emoldurados do saber enfrentar o mar, foram o sustento, a organização harmónica, deste povo, que implantou saberes e tradição e trouxe a si o melhor deste mundo restrito, que foi a partilha do saber do mar, recebendo em troca, o saber da terra, conforme anteriormente referido. Aqui, homens e mulheres pescadores e lavradores semearam e colheram o benefício dessa união também cultural.

Com a marcha inevitável do tempo, sucedem-se os anos e com eles a alteração de paradigma desta gente e desta povoação. Vieram os turistas, a zona balnear passa a ser uma realidade, o polo industrial de Sines suscita que se acomodem milhares e milhares de trabalhadores, e a Lagoa de Santo André, abre mão das suas habitações, construindo outras clandestinamente, alterando-se o tecido urbano de uma ingenuidade ancestral, para uma imagem de desordenamento gritante que urgia resolver.

E as cabanas desaparecem, sendo substituídas por construções anárquicas e clandestinas. Contudo a pesca na lagoa continua e o número de pescadores mantém-se quase sem alteração. São os homens do outro lado da lagoa, os naturais da Freguesia de

Santo André, residentes dispersos, e que ainda hoje representam o maior número de pescadores, cuja área de pesca é tradicionalmente confinada ao lado leste, da “lameira” até à “casinha do peixe”.

O ordenamento costeiro, versus sustentabilidade, determina a demolição desta povoação, arquetizando-se uma outra, longe da duna primária inicialmente ocupada, a umas centenas de metros acima, de geometria variável, retilínea, de gosto discutível, mas que acomoda pescadores e não pescadores, numa profusão de casos que a esta distância podemos classificar de bem conseguidos.

Os pescadores da lagoa já são em número bastante reduzido, uma “meia dúzia” de famílias, quando é iniciado o processo de demolição das suas casas.

Os homens do povoado antigo, com a passagem para o bairro novo, pouco perderam no que à pesca na lagoa refere. A profunda alteração de paradigma, levou consigo as práticas e a cultura deste povo que se não quer perder no tempo, assistindo-se agora a uma vontade colectiva de renovar a tradição centenária dos festejos do dia de S. Romão, do banho a 29 de agosto, bem como das festas e romarias próprias daquele lugar antigo.

Ou seja, este estudo demonstra que a deslocalização das centenas de moradores da localidade da Lagoa de Santo André, ou Costa de Santo André, pouco contribuiu para a perda do seu potencial pesqueiro, dado a maioria significativa dos antigos moradores, já não exercer esta actividade. Infere-se que, a maioria dos seus habitantes, passou a ser constituída por uma mole de ocupação sazonal e outra derivada da fixação aquando do complexo de Sines.

Os homens da pesca migram para Sines, para a pesca de mar, candidatando-se também aos serviços que as indústrias oferecem, em busca de vida melhor.

**A antiga povoação oferece agora um ar desolador e não se vislumbra no imediato que se altere este estado de coisas, carecendo esta zona de um projecto de recuperação que vise a sustentabilidade, e o pendor ambiental e económico que dignifique a zona costeira e que com isso promova a equidade social.**

No mesmo contexto de ordenamento é, criada a Reserva Natural da Lagoa de Santo André e Sancha e posteriormente o ICN, ICNB e finalmente o ICNF, entidade / autoridade determinante de novos procedimentos no que à área protegida concerne. A

pesca passa a ser regrada sob a chancela legislativa cujas determinações são veiculadas em editais de pesca todos os anos.

A pesca na lagoa continuou e continua, da forma que agora se apresenta. Foi criada a Zona de Pesca Profissional, os pescadores organizaram-se, associaram-se e, acima de tudo, interessam-se não só pelos seus recursos, enquanto esta actividade lhes pode trazer algum proveito, como pela preservação da lagoa e das espécies que nela habitam.

Este estudo não encontra uma problemática derivada do conceito inicial que apontava a deslocalização da povoação, como fator determinante para que se perdesse com isso, a tradição, os saberes, e o legado da tradição oral, aliados à perda da identidade que caracterizava esta gente. A profunda alteração de paradigma, na qual se inclui a deslocalização desta povoação é que foram determinantes para que fosse esquecida a memória e a tradição, que agora se procura recuperar e preservar.

Na realidade, no âmbito do propósito da referida percepção das populações face à sustentabilidade, encontramos neste estudo exploratório, matéria digna de nota no que à pesca da lagoa refere, mas também iniciativas autárquicas louváveis, para a preservação da identidade, dos saberes e tradição do povo antigo da lagoa.

Os pescadores são agora uma população envelhecida vindos na sua maioria da área circundante, em detrimento de uma meia dúzia originária da Lagoa de Santo André, que luta obstinadamente para que a pesca continue, para que seja possível trazer gente nova a esta faina antiga e para que a lagoa não morra, asfixiada em processos de ordenamento e conservação da natureza que embora fundamentais, tendo em conta, garantir a continuidade dos serviços dos ecossistemas, geram conflito com as populações locais devido a uma ausência de diálogo aberto entre as partes interessadas.

Os resultado dos inquéritos aos pescadores, mostram a necessidade de maior discussão, desencantados com o estado a que se chegou, mormente pela falta de diálogo existente entre o ICNF e a sua representante AAPACSACV, conscientes de que unidos e sendo ouvidos, pode muita coisa mudar e melhorar a bem do interesse geral, disponibilizando-se para estarem presentes sempre e quando instados a fazê-lo, para que alguns dos seus anseios possam ser ouvidos ou possam ser esclarecidos para um entendimento cabal das limitações impostas pelo ICNF, através dos seus Editais.

Algo na realidade mudou de forma inequívoca. Veja-se que ao manterem-se cerca de trinta a trinta e cinco pescadores no ativo, pese o registo discutível das suas capturas, podemos concluir, que o valor médio do total pescado por ano, se nos centrarmos apenas nos últimos três anos (os melhores), rondará as 13 t/ano.

Se considerarmos um valor médio de 10 €, o preço kg do pescado no seu todo, chegamos ao seguinte raciocínio:  $1300/35 \times 10/12 = 309$  €, que é o rendimento mensal, sujeito a carga fiscal, não frequentes vezes, dado que grande parte do pescado entra directamente na alimentação das famílias. Ou seja, o investimento em embarcações e aprestos, licenciamentos e outros, financiam também esta arte antiga generosamente, não deixando morrer a tradição, sendo pouco compensatória em termos de proveitos, só sendo possível, porque na sua maioria os pescadores detêm outras fontes de rendimento para a sua subsistência.

Os pescadores pretendem que se criem condições para a acomodação das suas redes e aparelhos, e sejam estudadas alterações ao regulamento da pesca, nomeadamente no que refere às dimensões e número de aparelhos autorizados, ao período permitido para a pesca do “remolhão”, à alteração do período de defeso, ao perímetro delimitado de pesca, e que olhem para as condições de equilíbrio do ecossistema, permitindo a intervenção sustentável do homem para o seu restabelecimento, e que acima de tudo, o saber científico, não descure a sabedoria popular e saibam comunicar sem complexos, para que se não perca esta jóia lagunar, berço milenar de tradições, de um equilíbrio extraordinário e de fonte de rendimento para os homens e mulheres que souberam em tempos idos, dignificar a arte da pesca na lagoa, levando o seu pescado ao reconhecimento da sua superior qualidade, apreciado aquém e além-fronteiras.

Em síntese, existe na comunidade piscatória a consciência e uma preocupação ambiental no que ao equilíbrio e manutenção do ecossistema lagunar diz respeito, a par de uma preocupação económica que vise a recuperação do espaço envolvente e uma outra, porventura mais premente tendo em conta a sua actividade, que aponta a regulamentação da pesca, que consideram lesiva dos seus interesses, acentuando a manifesta falta de diálogo entre a sua associação e o ICNF.

**O problema ligado à pesca surge de forma abrangente, multidisciplinar, ou seja: ele centra-se em três eixos, nomeadamente, a pesca, o ambiente e o**

**desenvolvimento económico, que os atores chave do referido workshop elegeram como prioritários.**

O ICNF refuta parte das propostas colocadas pelos pescadores, considerando algumas dignas de nota, mas diz-se desencantado pela incapacidade criada no processo de comunicação entre os atores.

Para que fossem aclaradas as discussões sobre este relato, entendemos, sobre múltiplas ópticas, listar as soluções que no parecer do explorador, se adequam aos problemas encontrados e que a nível central, se situam:

- ❖ No desenvolvimento de uma estratégia ou um plano de cariz ambiental, social, e económico, que promova a qualidade a todos os níveis desta zona do país de reconhecido potencial.
- ❖ Na requalificação da bacia hidrográfica, ao nível da recuperação da área volumétrica da lagoa, bem como no restabelecimento de procedimentos que evitem a degradação das suas águas em processos de eutrofização, promovendo regras e fiscalização a montante.

E que no terreno o ICNF possa articular a melhor solução e procedimentos que promovam, respectivamente:

- ❖ A fiscalização e controlo de efluentes lançados nas linhas de água que desaguam na lagoa.
- ❖ A execução de boas práticas agrícolas, bem como a intervenção e acompanhamento dos trabalhos ao nível da limpeza de margens de cursos de água, ou outros que, potencialmente possam provocar o transporte de matéria residual para a lagoa.
- ❖ O diálogo e participação efectiva de todos os atores chave na elaboração de regulamentos de pesca profissional.

- ❖ A avaliação de opiniões de cariz popular, sustentadas em saberes ancestrais, quer sobre a pesca, quer sobre o ambiente.
- ❖ O esclarecimento oportuno dos pescadores sobre a determinação de atitudes legislativas e outras de formação que possam na ausência de informação poder geral conflitos.
- ❖ A comunicação, na vertente relativa à eficiência e eficácia para que se não perca o diálogo.
- ❖ Pugnar pelos legítimos interesses do ambiente e pela preservação e melhoria da qualidade do espelho de água lagunar.
- ❖ A resolução da problemática pesca e pescadores, consensualizando soluções que satisfaçam as partes, propondo, pela justeza argumentativa, alterações ao quadro legislativo, sempre que o momento o justifique, tornando os modelos harmonizados, não estáticos e não redutores.
- ❖ A participação de entidade exterior que modere a discussão dos problemas ou que facilite a interlocução entre os atores chave, no sentido da resolução de diferendos resultantes de falha na comunicação entre as partes.

*A Constituição portuguesa estabelece um conjunto de princípios fundamentais em matéria de ambiente – como seja o da prevenção, o do desenvolvimento sustentável, o do aproveitamento racional dos recursos...um processo forçosamente lento de consciencialização social e de integração efectiva no ordenamento jurídico de novas ideias (Silva, 2003).*



## 8 – CONCLUSÕES

A percepção das populações locais face à sustentabilidade das zonas costeiras: o caso da Lagoa de Santo André foi o tema escolhido para a elaboração deste estudo exploratório.

A conclusão final deste projecto demonstra inequivocamente que, a percepção das populações face à sustentabilidade da zona costeira em estudo, se situa num nível de enorme contestação relativamente à gestão do ICNF, que no entender do explorador, **deriva de uma má estratégia ao nível da comunicação entre os atores chave do processo**, não encontrando na investigação, correspondência, participação e interesse da população em realizações de formação e esclarecimento promovidas pelo ICNF, para os pescadores e demais atores. Ou seja, instalou-se o descrédito na população, relativamente a projetos que visem a preservação ambiental no que ao espelho de água refere, assim como à implementação de iniciativas que potenciem o desenvolvimento económico desta região, ou que promovam a informação sobre a actividade de seu interesse, a pesca na lagoa.

Podemos concluir estar em presença de um caleidoscópio de problemas que são sentidos por todas as partes envolvidas no processo da sustentabilidade desta zona costeira, direccionada para a lagoa de costa da faixa dunar, e que são aguardadas com premência, decisões e projectos emanados da gestão pública e organismos ao mais alto nível, tendo, sido apresentadas neste estudo exploratório, possíveis soluções que podem levar a uma melhor gestão desta zona da orla marítima no quadro da área lagunar.

Realçamos a importância de ser equacionada a participação de uma entidade facilitadora que modere a discussão dos problemas, ou que facilite a gestão de conflitos entre os atores chave, concluindo-se ser a falha na comunicação entre atores, o principal problema encontrado pelo explorador neste projeto.

**No quadro de desenvolvimentos futuros, é reconhecida a premência de estudos continuados que avaliem e monitorizem a efectivação de editais e o grau de satisfação das partes envolvidas no processo, com enfoque para a comunidade piscatória da Lagoa de Santo André.**



## 9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSC (1993), Associação Cultural de Santiago do Cacém - *Encontro sobre a Lagoa de Santo André*.

Agropromotora, Cooperativa Produtora de Projetos Agrícolas, SCRL (1984) - *Estudo Prévio do Fomento da Atividade de Aquacultura na Lagoa de Santo André*, p., 60-100.

Alcoforado, M. J., Alegria, A. R., Pereira C. (1993) - *Domínios Bioclimáticos em Portugal, definidos por comparação dos índices de Gaussen e de Emberger* (reedição), Centro de Estudos Geográficos, Linha de Ação de Geografia Física, Relatório n.º 33. Lisboa.

Aledo, A. (2008) - *De la tierra al suelo, La transformación del paisaje y el Nuevo Turismo Residencial*, Alicante, Ap 99 Universidad de Alicante.

Bohgdan, R., Biklen, D. (1994), Metodologias de Investigação, Opções metodológicas - *Paradigma de investigação e design do estudo*, p., 163-175, disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>, consultado em 2012-05-26.

Calado, D. N. (2004), Trabalho sobre Gentes e Culturas da Freguesia de Santo André (Caderno Temático n.º. 11 – 2004) - *O declínio da pesca*, p., 10-16.

Campos, E. N. (2002), O lugar do cidadão nos processos de integração - *O défice social da Comunidade Europeia e do Mercosul*. p., 373, Belo Horizonte. ISBN: 8587054775

CMSC (1998), Câmara Municipal de Santiago do Cacém - *Boletim Municipal de novembro de 1988*.

CMSC, Câmara Municipal de Santiago do Cacém - *Laboratório de Análises*.

CMSC (2003), Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Cadernos do Património - *O Homem a Terra e a Lagoa*, p., 9-40, Gráfica Santiago, Lda., Santiago do Cacém, Dep. Legal 197790/03.

Candidatura à Ação 2 - *Diversificação e Reestruturação das Atividades Económicas e Sociais*, GAC, *Além Tejo*, Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca, Promar, Eixo 4.

Cândido, A. (1964) - *Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, Rio de Janeiro disponível em: [http://www.ourosobreazul.com.br/conteudo/catalogo\\_release/parceiros\\_riobonito.pdf](http://www.ourosobreazul.com.br/conteudo/catalogo_release/parceiros_riobonito.pdf), consultado em 2013-02-04.

Caníço, L. (2013), *Comunicação Pessoal - Relato sobre as artes de pesca e as gentes do lugar da Lagoa de Santo André*.

Castells, M. (1996) - *The Rise of the Network Society* In: *The Information Age Economy, society and culture*, Vol I, Oxford: Blackwell Publishers.

Castro, J. B. (1752), *Mapa de Portugal - Estatística Agrícola do Concelho de S.Thiago de Cacém* In: *Boletim da Direção Geral de Agricultura*, nº 9, 1892.

Cheis, J. E. E. F. (1993), In: *Santo André no século XIX: O Homem e a Lagoa - Encontro sobre a Lagoa de Santo André*, Associação Cultural de Santiago do Cacém p., 83-92. Gráfica Santiago Lda., Santiago do Cacém, Dep. Legal 63 127.

Condesso, F. R. (2001) - *Direito do Ambiente*, p., 481. Coimbra, Livraria Almedina. ISBN: 972-40-1558-0.

*Conferência Internacional sobre Conservação e Gestão Costeira no Atlântico e Mediterrâneo (ICCCM)*, organizada pela Cascais Atlântico e Cascais Energia 12-04-2010, disponível em: <http://www.dnacascais.pt/Default.aspx?ID=1725&M=News&PID=8441&NewsID=1910>, consultado em 2013- 06- 04.

Creighton, J. L., (1986) - *Managing Conflict in Public Involvement Settings*, p., 213-219., In: *Journal of Environmental Management* (Vincent Luyet, Rodolphe Schaeffer, Marc B. Parlange, Alexandre Buttler, 2012).

Cruces, A. (2001), *Estudo a Micro e Meso-Escala Temporal de Sistemas Lagunares do SW Alentejano (Portugal) - As Lagunas de Melides e Santo André*, Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Decreto - Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro - *Rede Nacional de áreas Protegidas*.

Decreto - Lei nº 140/99, de 24 de abril - *Revisão da transposição para o direito interno das seguintes diretivas comunitárias:*

a) *Diretiva nº 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril (diretiva aves)*.

b) *Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio (diretiva habitats).*

Decreto - Lei n.º 380/99, de 22 de setembro - *Revisão do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode*, Projeto Plano, Relatório Síntese.

Decreto - lei n.º 384-B-99, de 23 de setembro - *Zonas de Proteção Especial*.

Decreto - Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro - *Assegura a biodiversidade, através da conservação ou do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagens num estado de conservação favorável, da proteção, gestão e controlo das espécies, bem como da regulamentação da sua exploração*.

Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de outubro - *Foi decidida a manutenção e reestruturação do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), refundado com a componente da Biodiversidade e redominado Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB)*.

Decreto - Lei n.º 142/2008, de 24 de julho - *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*.

Decreto-Lei n.º 135/2012 - *Aprova a Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.(ICNF)*

Decreto Regulamentar n.º 10/2000, de 22 de agosto - *Cria a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha*.

Decreto Regulamentar n.º 4/2004, de 29 de março - *Altera o Decreto Regulamentar n.º 10/2000, de 22 de agosto – Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha*.

Dias, J.A., Carmo, J.A., Polette, M. (2009) - *As Zonas Costeiras no contexto dos Recursos Marinhos*, Revista da Gestão Costeira Integrada, 9(1): p., 3-5.

Dias, J. A., Michel M. M., e Alejandro, C. (2012), Revista da Gestão Costeira Integrada / Journal of Integrated Coastal Zone Management - *Resultado de uma Relação Dúbia entre o Homem e a Natureza* 12(1):p., 3-6.

Docapesca, disponível em: <http://www.docapesca.pt/pt/comunicacao/publicacoes.html>, consultado em 2013-04-23, 2013- 05-15.

Domingos, C. (2013), Comunicação Pessoal - *Relato sobre as artes de pesca e as gentes do lugar da Lagoa de Santo André*.

ERENA - *Empresa dedicada ao estudo do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha*, setembro 2005.

Escoval, A. I. M. (2003), In: *Cadernos do Património - O Homem a Terra e a Lagoa*, p., 34-36, Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira de Portugal, disponível em: [http://www.inag.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=202:engizc](http://www.inag.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=202:engizc), consultado em 2012-05-23.

Farinha, J.C., Trindade, A. (2003) - *Contribuição para o inventário e caracterização das zonas húmidas em Portugal Continental*, Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa, Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha.

Fazenda, I. (2005), *Empowerment e Participação - Uma Estratégia de Mudança* p., 1-5, Centro Português de Investigação de História e Trabalho Social. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/EMPOWERMENT.pdf>, consultado em 2013-12-10.

Ferreira, R. P. e Gomes, C.P. (2002) - *O interesse da fotossociologia na gestão e conservação do litoral alentejano: praia do Monte Velho* (Santiago do Cacém), Direcção Regional de Ambiente e Ordenamento do Território do Alentejo, Évora – ICNB. Relatório não Publicado.

Fonseca, L., Costa, A. M., Magalhães, F., Cristo, M. (1999) - *The benthic macro invertebrate community of Lagoa da Sancha*, A coastal lagoon In: SW Portugal. *Limnetica* 16: p., 39-48.

Fonseca, L. Q. C. (1989), Tese de Doutoramento - *Estudo da Influência da Abertura ao Mar, Sobre um Sistema Lagunar Costeiro: A Lagoa de Santo André*.

Fotografia da Capa - *Ti Caniço*, Fonte: Redes do Tempo, Jornal do museu de Sines. disponível em: <http://www.sines.pt/PT/Viver/memoria/redesdotempo/Documents/.pdf>, consultado em 2012-07-03.

Fottler, M. D., Elliot, C., Schlaepfer, R. (2001), *Assessing Key Stakeholders - Who matters to hospitals and why?* p., 213-219, In: *Journal of Environmental Management* (Vincent Luyet, Rodolphe Schaefer, Marc B. Parlange, Alexandre Buttler, 2012).

Freitas, R. R., Barroso, G. F. (2006), *Conflitos de uso dos recursos costeiros - Desafios para a sustentabilidade do cultivo de moluscos*, *Caderno Virtual de Turismo*, Vol. 6, Nº 2 ISSN: 1677- 6976, p., 1- 9, e p., 43-50, disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1154/115416203006.pdf>, consultado em 2013-09-12.

Gerhardt, C. H., Almeida J., (2005), *A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental - Uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais*, *Ambient. soc.* 2005, vol. 8, n.2: p., 53-84, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>, consultado em 2013-03-23.

GET (1979) - *Programa-base da piscicultura e fomento piscícola nas zonas sob jurisdição do G.A.S.* (anteprojeto), Relatório não publicado, Sines.

Google Images - *Description de las Artes y Metodos de Pesca*, disponível em: <http://www.fao.org/docrep/008/s7088s/S7088S03.htm>, consultado em 2013-03-12

Grade, E. (2013), *Comunicação Pessoal - consultado em entrevista sobre o desenvolvimento económico da Lagoa de Santo André.*

ICNF (2013) - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P., disponível em: <http://www.icnf.pt/cn/ICNPortal/vPT2007/>, consultado em 2012-11-04; 2012-12-08; 2013-01-18; 2013-02-24; 2013-03-06.

Hidroquatro (1998) - *Recuperação das Lagoas de Melides e Santo André*, Programa Base – Diagnóstico e Ações a Implementar, Relatório não publicado para o INAG- Ministério do Ambiente.

Joseph, J. F. (1754 // 1824) *Ensaísta, Moralista, Citador*, disponível em: <http://www.citador.pt/frases/quem-tem-imaginacao-mas-nao-tem-cultura-possui-joseph-joubert-95>, consultado em 2013-07-27.

LASA (2004), Liga dos Amigos de Vila Nova de Santo André - *Gentes e Culturas* , Freguesia de Santo André, (Caderno Temático nº. 11 – 2004), Dep. Legal 214600/04.

Leal, C. R. B. (2012), Comunidades tradicionais da zona costeira cearense - *Uma análise da percepção dos diferentes atores sociais de Canoa Quebrada e Vila do Estevão sobre o processo de modernização vivenciado por essas populações*, p., 30-120, disponível em :<http://hdl.handle.net/123456789/4022>, consultado em 2012-12-18.

Lemos, A. (2002) - *Cibercidades*, disponível em:  
<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/pdf>, consultado em 2012-12-05.

Lobo, C. B. L. - *Sobre a Decadência das pescarias em Portugal* In: Memórias Económicas da Academia das Ciências, vol. IV, Typ. da Academia das Ciências, Lisboa, 1812.

Luyet, V. (2005) - *A Framwork for the Participative Process in a Large Environmental Project*, p., 213-219, In: Journal of Envirinental Managemente (Vincent Luyet, Rodolphe Schaefer, Marc B. Parlange, Alexandre Buttler, 2012).

Madeira, J. (1993), Santo André no século XIX: O Homem e a Lagoa. In: - *Encontro sobre a Lagoa de Santo André*. Associação Cultural de Santiago do Cacém p., 45-64. Gráfica Santiago Lda., Santiago do Cacém, Dep. Legal – 63 127.

Malafaia, L. (2004), In: Trabalho sobre, Gentes e Culturas da Freguesia de Santo André (Caderno Temático nº. 11 – 2004) - *O declínio da pesca*, p., 10-16.

Moretz, S., Clarissa D., Thaysa, P. C., Francisco, J. N. S. F., Francisco, G. C. Gastão., Danielle, S. G., Marcelo, O. S. (2013), In: - *Pescadores artesanais e a implementação de áreas marinhas protegida, Estudo de caso no nordeste do Brasil*, Revista da Gestão Costeira Integrada, 13(2), p., 193-204.

Murzello, B. F. (1932) - *Memórias Sobre a Antiga Miróbriga* In: Nossa Terra, nº 28 de 31 de julho de 1932.

Neves, A. F. S., Silva, L. J., Oliveira, L. (2009) - *Cidade Digital 2.0*, p., 4975-4988, disponível em:  
[http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/392\\_PAC\\_34\\_2009.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/392_PAC_34_2009.pdf), consultado em 2012/12/06.

Nogueira, S. (2013), Comunicação Pessoal - *Consultado em entrevista sobre o funcionamento do organismo e das regras para a formalização de editais sobre a pesca na Lagoa de Santo André e desenvolvimento económico*.

Oliveira, J.T. (Coord.) (1984) - *Carta Geológica de Portugal*, Escala 1/200 000. Notícia Explicativa da Folha 7, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

Pereira, F. M. (2003), *Cadernos do Património - O Homem a Terra e a Lagoa*, p., 8-10, Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

Pinto, C. (1998) - *Empowerment, uma Prática de Serviço Social*, Política Social, Lisboa: ISCP.

Pinto, O.A. (1995), *Lagoas de Santo André e Sancha - Proposta de classificação como Reserva Natural ao abrigo do Decreto-Lei nº 9/93 de 23 de janeiro*, Relatório não publicado, Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa.

Plano de Acção para o Litoral 2007-2013, aprovado por despacho do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, de 9 de outubro de 2007 - *Identifica as acções que, no âmbito nacional, assumem um carácter prioritário, identificadas como “Prioridades Intervenção”* (do nível nacional).

Portal do Município de Santiago do Cacém, disponível em: [www.cm-santiagocacem.pt/](http://www.cm-santiagocacem.pt/) consultado em 2012-05-24.

Portaria nº 281/2001, 28 de março - *Interdita o exercício da caça dentro dos limites da área da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha*.

Portaria nº 86/2004, de 8 de janeiro - *Cria uma zona de pesca profissional na lagoa de Santo André*.

Portaria n.º 1181/2009, de 7 de outubro - *Estabelece o processo de candidatura e reconhecimento de áreas protegidas privadas*.

Portaria n.º 180/2012, de 6 de junho - *Estabelece a proibição de captura, transporte e comercialização de enguia durante os meses de outubro, novembro e dezembro, restringindo a sua captura no meio natural designadamente aos exemplares provenientes da pesca em águas interiores nacionais*.

Quivy, R., Van, C. L. (1998) - *Manual de investigação em ciências sociais*. p., 4- 34, disponível em:

<http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/manualinvestig.pdf>, consultado em 2013-12-09.

Rasteiro, J. (1912) - *Elements pour une Memoire sur la Culture du Riz en Portugal*, Tip. Universal, Lisboa.

Recuero, R. (2003) - *Redes Sociais na Internet: considerações iniciais*, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-redes-sociais-na-internet.pdf>, consultado em 2012-12-06.

Reino, J. P., Duarte, L., Coutinho A., Manuel, A. (2008). Mitos e Realidades - *De Vilarinho da Furna à Aldeia da Luz*. VI Congresso Português de Sociologia, Desenvolvimento Sustentável e Ambiente de 25 a 28 junho 2008 - Nº 319, p., 2-15, disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/319.pdf>, consultado em 2012-12-08.

Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de agosto - *Aprova a lista nacional de sítios* (1.ª fase) prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei nº 226/97, de 27 de agosto (transpõe para o direito interno a Diretiva nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens).

Resolução do Conselho de Ministros nº 86/98 de 10 de julho - *Sobre a Estratégia para a Orla Costeira*.

Resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de outubro - *Adota a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*.

Resolução do Conselho de Ministros nº 90/2002, de 23 de abril - *Elabora o Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha*.

Resolução do Conselho de Ministros nº 117/2007, de 23 de agosto - *Aprova o PORNLSAS - Planeamento e Ordenamento do Território, Planeamento e Gestão Ambiental, Ordenamento das bacias hidrográficas, Ordenamento da paisagem*.

Santinhos, A. (sd) - *Campo Velho*, (Romance por publicar).

Santos, A. (2011), Dissertação de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação - *O papel dos conhecimentos e dos modos de vida local no desenvolvimento sustentável, estudo exploratório sobre o impacto da Reserva Natural das Ilhas Berlengas na Comunidade Piscatória*.

Santos, B.S. (1997) - *Por uma Conceção Multicultural de Direitos Humanos*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 48, 1997, p., 11-32.

Santos, B. S. (2004) - *Reconhecer para Libertar*, Porto: Afrontamento.

Sennet, R. (1995) - *The Flesh and the stone*, Nova York: Norton.

Serrano G. P. (2004), Metodologias de Investigação - *Opções metodológicas*, p., 202-249, disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>, consultado em 2012-05-26.

Silva, A. M. (1869) - *Annaes do Município de Sant'iago de Cacem*, Imprensa Nacional, Lisboa.

Silva, V. P. (2003) - *Verde Cor de Direito*, Lições de Direito do Ambiente, p., 65 Livraria Almedina, Coimbra. ISBN: 972-40-1652-8.

Silveira, M.V.S. (2004) - *Caracterização da pesca na área marinha da RNLSAS*, Relatório de estágio profissional. Relatório não publicado, Instituto da Conservação da Natureza, Santo André.

Tippett, J. (2007), Harmonic, C.O.P. (2005), Richard, C. (2004), Van, A. (2001), OECD. (2001), Rowe, G., Frew, L. J. (2000) In: - *Journal of Environmental Management*, p., 213-219 (Vincent Luyet, Rodolphe Schaeffer, Marc B. Parlange, Alexandre Buttler, 2012).

Vasconcelos, L. T. (2006), O exercício da cidadania pela participação popular, In: - *Um outro mundo é possível...mas não será fácil!* p., 21-27, Edições Colibri, set. 2006 (ISBN 972-772-663-1).

Vasconcelos, L. T., Caser, U. (2011), Participação e Métodos Interativos na Decisão Ambiental - *Teoria e Prática*, UAB, maio 2011. Vasconcelos L.T., Caser U., Ramos Pereira M.J., Gonçalves G., Sá R. (2012) - *MARGOV building social sustainability*. *Journal of Coastal Conservation: Volume 16, Issue 4 (2012)* p., 523-530.

Vidal, A. M. (2013) - Comunicação Pessoal, *Entrevista sobre resultado obtido de realização workshop em 2013.09.20*.

Vivacqua, M., Santos, C. R., Vieira, P. F. (2009), Governança territorial em zonas costeiras protegidas - *uma avaliação exploratória da experiência catarinense*, *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 19, p., 159-171, disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/13759>, consultado em 2013-11-25.

Wakashima, M. A., Capellari, B. ( 2010). Globalização e Deslocalização – *Uma Análise do Crescimento do Turismo Residencial do Mediterrâneo Espanhol e no Litoral Nordeste e Seus Impactos Socioambientais*, Revista Iniciação – S. Paulo. Vol 1, Nº1, p., 33-41, disponível em:

<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ic/article/view/12/52>, consultado em 2013-01-04.

## **ANEXOS**



## ANEXO I – Inquérito



### Inquérito por Questionário

O presente questionário enquadra-se no âmbito de uma investigação que estou a desenvolver, no que refere ao trabalho final do Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação da Universidade Aberta e que incide sobre a Perceção das Populações Face à Sustentabilidade das Zonas Costeiras: O caso da Lagoa de Santo André

O **objetivo geral** do questionário é aferir, no âmbito das alterações de ordenamento e socioeconómicas operadas ao nível da localidade e na população residente na Lagoa de Santo André, ou Costa de Santo André, a partir de meados do século XX, que tipo de correspondência se registou nessa mesma população, ao nível da actividade económica traduzida na pesca da lagoa, entre outras, de manifesto interesse para a comunidade piscatória, tendo por **objectivo final**, a obtenção de consensos entre os atores – chave deste processo, que possam de algum modo contribuir para a sustentabilidade dessa actividade económica, sendo as respostas ao questionário da máxima importância para conclusão deste trabalho.

As respostas são confidenciais, anónimas e não condicionadas a um só item.

Agradeço-lhe desde já a sua colaboração e disponibilidade, pedindo-lhe que seja o mais sincero possível nas suas respostas.

Armando José Santinhos

## I - Caracterização

### 1) Idade.

- 18 aos 25 anos.
- 26 aos 40 anos.
- 41 aos 50 anos.
- 51 aos 60
- Acima dos 60

**2) Sexo.**

- Masculino.
- Feminino.

**3) Freguesia de Residência.**

- Santo André
- Santiago do Cacém.
- Sines
- Melides
- Outra -

**4) Habilitações literárias** (indique, por favor, o nível de escolaridade mais elevado que concluiu).

- (a)  4º Ano      (e)  Bacharelato
- (b)  6º Ano      (f)  Licenciatura
- (c)  9º Ano      (g)  Mestrado
- (d)  12º Ano    (h)  Doutoramento

**5) Qual a constituição do agregado familiar – N° Total Pessoas \_\_\_\_\_**

**6) Pescador na lagoa é a sua profissão principal ? \_\_\_\_\_**

**7) Que outra profissão exerce \_\_\_\_\_**

**8) Número de anos em que pesca na lagoa.**

- 0 a 5 anos.
- 6 a 10 anos.
- 11 a 15 anos.
- 16 a 20 anos.
- Mais de 20 anos.

## II - Desocupação da Duna Primária

### 1) Residiu no aldeamento típico da Costa de Santo André ?

- Nunca residiu
- Só por períodos determinados como em férias
- Era primeira habitação
- Era uma segunda habitação

### 2) No caso de ter residido, responda:

- Manteve a traça do aldeamento original
- Alterou a estrutura interior mantendo a traça exterior
- Alterou a arquitectura exterior

Outros \_\_\_\_\_

### 3) Acordou com a CMSC a sua passagem para o Bairro Novo ?

- Através de um acordo pacífico
- Com acordo de difícil resolução
- Com algumas contrapartidas
- Sem contrapartidas

### 4) Qual a sua opinião de como o processo decorreu ?

- Considerou justos os critérios aplicados
- Não considerou justos os critérios aplicados
- Foi tratado de forma diferenciada
- De um modo geral os residentes tiveram um papel ativo nas negociações

Outros \_\_\_\_\_

## III - Relação com Organismos Tutelares

### 1) Está inscrito ou é sócio em alguma associação de pescadores ?

Sim  Não

2) Se sim, qual e há quanto tempo ? \_\_\_\_\_ Anos

3) Costuma participar em reuniões ?

Sempre.

Quase sempre.

Às vezes.

Raramente.

Nunca.

4) E vê traduzidas as suas opiniões ?

Sempre.

Quase sempre.

Às vezes.

Raramente.

Nunca.

Obs: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5) Se não está inscrito em nenhuma associação de pescadores indique um motivo

• Não acreditar na força representativa dos pescadores

• Não representar a classe nem os seus interesses

• Falta de interesse e comunicação entre os atores

• Não manter informados os seus associados

Outros

\_\_\_\_\_

**6) Tem participado em reuniões como o ICNF para esclarecimento de dúvidas ou apresentar propostas de melhoria no que refere à pesca na lagoa e na elaboração de Editais ?**

- Sempre.
- Quase sempre.
- Às vezes.
- Raramente.
- Nunca.

**7) Como tem participado?**

- De forma individual
  - Fazendo-se representar
  - Outros
- 

**8) Se está presente ou faz representar nas reuniões para elaboração de Editais pelo ICNF, pode especificar:**

- A sua voz ou de quem a representa não é ouvida
  - As resoluções já vêm construídas
  - A sua voz ou de quem a representa é tida em conta
  - As resoluções são tomadas colegialmente
  - São-lhe explicados os motivos para a decisão final
  - Encontra coerência e sustentação nessas explicações
  - Não percebe as razões invocadas nem as considera pertinentes
  - Outros \_\_\_\_\_
- 

**9) Se responde não, esclareça o(s) motivo(s):**

- Falta de interesse da sua parte

- Falta de Comunicação do ICNF
- Outros que entenda relevantes:

---

---

---

#### IV - Exercício de Opinião

**Veja nos aspectos seguintes, dando a sua opinião, se os mesmos deviam ser alterados ou melhorados.**

**1) Áreas de permissão da pesca \_\_\_\_\_, se sim,**

esclareça: \_\_\_\_\_

---

---

---

**2) Períodos de pesca e defeso \_\_\_\_\_, se sim,**

esclareça: \_\_\_\_\_

---

---

---

**3) Instalações de apoio ao pescador e seu equipamento \_\_\_\_\_, se sim,**

esclareça: \_\_\_\_\_

---

---

---

**4) As artes de pesca \_\_\_\_\_, se sim,**

esclareça: \_\_\_\_\_

---

---

---

**5) A qualidade da água \_\_\_\_\_, se sim,**

esclareça \_\_\_\_\_

---

---

---

**6) O assoreamento \_\_\_\_\_, se sim,**

esclareça \_\_\_\_\_

---

---

---

**7) As dimensões do pescado \_\_\_\_\_, se sim,**

esclareça \_\_\_\_\_

---

---

---

**8) Gostaria de ver renovada a arte do chinchorro na lagoa ? \_\_\_\_\_**

Justifique: \_\_\_\_\_

---

---

**9) Gostaria de ter um esclarecimento mais aprofundado sobre o ciclo e renovação das espécies piscícolas aquando da abertura da lagoa, bem como as regras do defeso e outras de marcado interesse para a biodiversidade e equilíbrio, com benefício também para a economia ambiental e da pesca ? \_\_\_\_\_**







ANEXO II – Realização de Workshop – Notícia Publicada no Jornal O Leme.

4 **O Leme** Jornal 609 ★ 1ª Quinzena de outubro de 2013

## Lagoa de Santo André é tema de tese em que busca soluções

**A Percepção das Populações Face à Sustentabilidade das Zonas Costeiras: O Caso da Lagoa de Santo André – é o tema da tese de Armando Santinhos no âmbito do curso de Mestrado de Cidadania Ambiental e Participação, da Universidade Aberta.**

Gisela Benjamim

Para a concretização do trabalho realizou-se, no passado dia 20, um workshop em que participaram cerca de duas dezenas de pescadores da Lagoa de Santo André, assim como o presidente da junta de freguesia Jaime Cáceres, um representante da Agência Portuguesa do Ambiente, da Quercos, da Associação de Pescadores do Litoral Alentejano e Costa Vicentina, da Instituto Piaget e as duas coordenadoras de mestrado da Universidade Aberta. A sessão de

Segundo Armando Santinhos, signatário da tese, este trabalho pretende “apurar quais são os principais problemas daquele território, e junto dos agentes locais, autoridades e população, encontrar a melhor forma de gerir a Lagoa de Santo André com benefício para todos”.

Os presentes nesta iniciativa, depois da apresentação de um resumo do trabalho de Armando Santinhos, organizaram-se em grupo de trabalho dos quais saiu uma listagem dos principais problemas



Armando Santinhos

seguintes problemas: Excesso de assoreamento, a falta de limpeza dos cursos de água, a regulamentação da pesca, falta de so-

mento para aquele território, falta de diálogo dos intervenientes na gestão e uso do território; ainda a necessidade de um plano de gestão do recurso; e a abertura da Lagoa ao mar em condições pouco estudadas.

Para os problemas enumerados foi apresentado um conjunto de soluções que passam por: realizar uma dragagem da costa até à casinha do peixe; implementar boas práticas agrícolas na zona da bacia hidrográfica a montante; arrasto antes da abertura ao mar, para resolver a questão do assoreamento. Ao nível da regulamentação da pesca: iniciar a pesca a 15 de Setembro até a abertura da Lagoa ao mar; rever a regra da pesca ao remelhão até às 22 horas; aumentar a altura das redes para dois panos (quatro metros) permitir num primeiro período de pesca com 40 e num segundo 60 nassas; delimitação física das zonas de pesca e au-

mento do perímetro de pesca;

Para ultrapassar a falta de diálogo o grupo de trabalho propôs: retomar a iniciativa de convívio do dia um de Novembro, para a promoção e diálogo para a realização da Caçada da Lagoa de Santo André; a autarquia assumir-se como intermediário entre as diferentes partes com interesse na Lagoa de Santo André.

Durante a sessão foi abordada a questão da sustentabilidade económico da pesca, “segundo cálculos efectuados, tendo em conta os quilos de pescado capturados pelos pescadores da lagoa mensalmente e o seu preço de mercado, chega-se ao valor de trezentos euros por pescador. Se fizerem contas ao investimento feito em embarcações, os aprestos e licenciamentos chega-se à conclusão que não compensa a pesca na Lagoa de Santo André” sublinhou Armando Santinhos. Cerca de 66% da população que pesca esta na faixa etária dos 50 e 60 anos, há pouca gente nova. “A lagoa de Santo André já foi responsável por 50% do pescado de enguia que fornecia Portugal inteiro. Ouvir as pessoas é essencial para que se melhore a actividade da pesca e se recupere a capacidade da zona, para desta forma estancar a debandada geral da população.”

Para Armando Santinhos “é uma pena que se deixe morrer uma jóia de recursos naturais, tradições e rendimentos.”

Fotos: Gisela Benjamim



Os presentes nesta iniciativa

trabalho decorreu nas instalações do Instituto Piaget, em Vila Nova de Santo André

encontrados na Lagoa de Santo André e sua solução. Como situações mais prementes de ser resolvidos foram enumerados os

problemas dos predadores nomeadamente o corvo-marinho, ausência de um plano de desenvolvi-

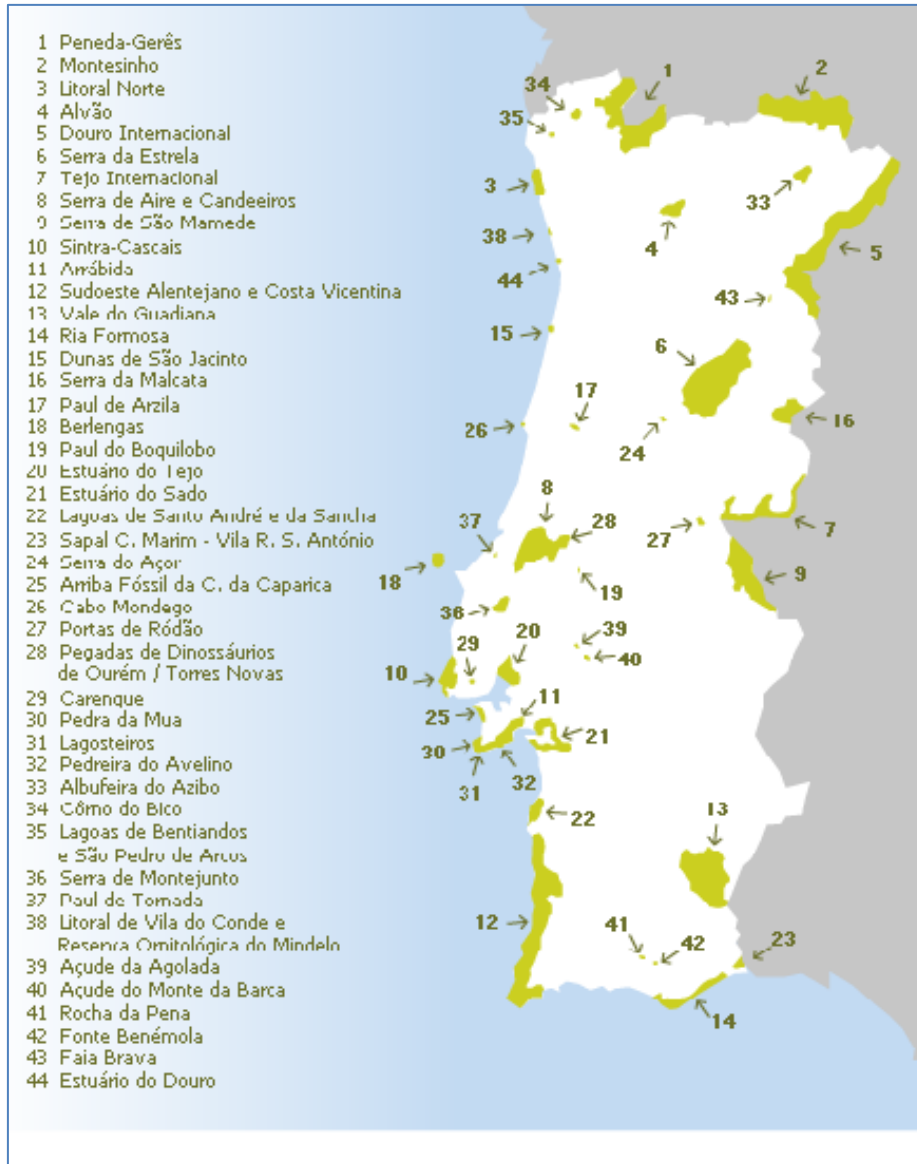


## ANEXO III – Qualidade da água – Análises – CMSC

Ano 2005												
Lagoa de Santo André - Zona Banear (1ª)												
Código de Amostragem	Ponto de amostragem	Data	Lab.	Controlo de Monitorização (1)								
				Coliformes totais	Coliformes locais	Estreptococos locais	pH	Condutividade	Turvação	Fosfatos*	Nitratos	Temperatura
				N/100mL	N/100mL	N/100mL	Unidades pH	mS/cm, 25°C	UNT	mg/L P <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	mg/L NO <sub>3</sub>	°C
			VMR	500	100	100	-	-	-	-	-	
			VMA	10 000	2 000	-	6 - 9 (0)	-	-	-	-	
	Zona banear	20050314	LAB CMSC	6000	2100	224					18,0	
		20050411		60	16	37						
		20050613		760	440	Inc.						
		20050704		100	100	19						
		20050718		4	4	6						
		20050801		4	9	13						
		20050905		Inc.	5	5						
Média:				1155	382	51					18,0	
Nº de Análises:				7	7	7					1	
Lagoa de Santo André - Zona Banear (2ª)												
Código de Amostragem	Ponto de amostragem	Data	Lab.	Controlo de Monitorização (1)								
				Coliformes totais	Coliformes locais	Estreptococos locais	pH	Condutividade	Turvação	Fosfatos*	Nitratos	Temperatura
				N/100mL	N/100mL	N/100mL	Unidades pH	mS/cm, 25°C	UNT	mg/L P <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	mg/L NO <sub>3</sub>	°C
			VMR	500	100	100	-	-	-	-	-	
			VMA	10 000	2 000	-	6 - 9 (0)	-	-	-	-	
	Zona banear	20050314	LAB CMSC	1200	810	146					18,0	
		20050411		5	8	15						
		20050613		820	254	212						
		20050704		100	100	12						
		20050718		2	5	11						
		20050801		Inc.	7	17						
		20050905		10	1	3						
Média:				356	169	59					18	
Nº de Análises:				7	7	7					1	

ID da Amostra	Data	Lab.	Coliformes totais	Coliformes fecais	Enterococos intestinais	pH	Condutividade	Turvação	SST's	Fosfatos	
			N/100mL	N/100mL	N/100mL	Unidades pH	µS/cm, 20°C	UNT	mg/L	mg/L P <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	
			VMR	100	100	-	-	-	-	-	
		VMA	10 000	2 000	-	6-9 (0)	-	4	-	-	
250/2008	12-02-08	LAB CMSC	260	250	610	7,9	20400		26	0,043	
454/2008	10-03-08					8,0	18690		23	<0,0048	
522/2008	12-03-08		16000	120	1800						
598/2008	24-03-08		1800	120	54						
692/2008	07-04-08		4700	84	320	8,1	20800		7,0	<0,0048	
914/2008	05-05-08		640	38	15	8,4	31100		7,0	<0,0048	
1112/2008	26-05-08		0	0	0	8,6	29600		1,2	<0,0048	
2139/2008	06-10-08		14	13	0	8,7	37300			0,0051	
549/2009	30-03-09		56	13	15	8,0	47300		6,8	0,015	
2165/2009	14-12-09		164	48	52	8,4	36900		8,0	<0,011	
210/2010	8-Fev-10		80	70	14	8,0	9470		2,8	<0,011	
Média:			2371	76	288	8,2	27951		10,2	0,021	
Nº de Análises:			10	10	10	9	9		8	3	
<b>Anos 2011 - 2012 - 2013</b>											
Lagoa de Santo André - Zona Banear											
ID da Amostra	Data	Lab.	Controlo de Monitorização								
			E coli	Enterococos intestinais							
			N/100mL	N/100mL							
		Valor Limite	1200	300							
11/765 (zona Oeste)	25-05-2011	LAB CMSC	180	144							
11/765 (zona Este)	25-05-2011		130	18							
11/1149 (zona balnear)	17-08-2011		2	7							
11/1283 (zona balnear)	20-09-2011		8	22							
12/649 (zona balnear)	29-05-2012		10	1							
12/787 (zona balnear)	26-06-2012		6	2							
12/873 (zona balnear)	17-07-2012		8	19							
12/1060 (zona balnear)	21-08-2012		4	18							
13/552 (zona balnear)	27-05-2013		10	3							
Média:			40	26							
Nº de Análises:			9	9							
<p>Notas:</p> <p>(1) Anexo XV do Decreto Lei n.º 236/98 relativo à qualidade da água balnear.</p> <p>VMR: Valor Máximo Recomendado</p>											

ANEXO IV – Áreas Protegidas em Portugal – Fonte ICNF





## ANEXO V – Súmula Instrumentos Legais - RNLSAS



## ANEXO I

Instrumentos legais particularmente relevantes para o Ordenamento e Gestão da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha.

Diploma	Assunto
Resolução do Conselho de Ministros nº 77/97, de 14 de Maio	Delimitação da REN no Concelho de Santiago do Cacém
Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto	Inclui a área correspondente à Reserva num Sítio proposto para integração na Rede Natura 2000 (PTCON0034 – Comporta/Costa da Galé)
Resolução do Conselho de Ministros nº 62/93, de 3 de Novembro	Plano Director Municipal de Santiago do Cacém
Resolução do Conselho de Ministros nº 119/2000, de 13 de Setembro	Determina a elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal
Resolução do Conselho de Ministros nº 66/2001, de 6 de Junho	Determina a elaboração do Plano Sectorial para a Rede Natura
Resolução do Conselho de Ministros nº 4/2002, de 8 de Janeiro	Determina a revisão do PROT do Alentejo Litoral
Resolução do Conselho de Ministros nº 138/99, de 29 de Outubro	POOC Sado-Sines
Lei nº 49/98 de 11-08-1998	Lei de bases da política de ordenamento do território e urbanismo
Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril	Transposição das Directivas Aves e Habitats
Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro	Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial
Decreto-lei nº 394-B-99, de 23 de Setembro	Cria as Zonas de Protecção Especial da Lagoa da Sancha (PTZPE0014) e da Lagoa de Santo André (PTZPE0013)
Decreto Regulamentar nº 10/2000, de 22 de Agosto	Cria a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha
Decreto Regulamentar nº 6/2002, de 12 de Fevereiro	Plano de Bacia Hidrográfica do Sado
Decreto Regulamentar nº 4/2004, de 29 de Março	Altera os limites da Reserva
Portaria nº 623/90, de 26 de Outubro	Plano Director Municipal de Sines
Portaria nº 281/2001, 28 de Março	Interdição da Caça na Reserva Natural
Portaria nº 88/2004 (2ª série), de 8 de Janeiro	Cria a Zona de Pesca Profissional da Lagoa de Santo André



**ANEXO VI** – Recuperação do património cultural – Notícia publicada em diáriOnline (diáriOnline RS com Lusa - 17:56 quarta-feira, 13 fevereiro 2013).

## **Santo André, no litoral alentejano, projeta museu em cabanas na praia**

A Junta de Freguesia de Santo André, no concelho de Santiago do Cacém, quer criar um núcleo museológico, em três cabanas, junto à praia, para conservar a memória dos ofícios tradicionais desta zona do litoral alentejano.

O projeto inclui a construção das cabanas, uma vez que estas já não existem na Costa de Santo André desde o início dos anos 80 do século XX, explicou hoje à agência Lusa o presidente da autarquia, Jaime Cáceres.

A pesca, a agricultura de subsistência e o desenvolvimento da freguesia de Vila Nova de Santo André nos últimos 50 anos serão os temas de cada uma das três cabanas, adiantou o autarca.

Segundo Jaime Cáceres, o projeto irá permitir reunir objetos que estão dispersos por vários museus e arquivos, contribuindo também para valorizar a praia do ponto de vista turístico

Com um custo estimado em 50 mil euros, para que o núcleo museológico possa “sair do papel” a autarquia está a preparar candidaturas a fundos comunitários

Caso tenha de avançar apenas com fundos próprios, a Junta de Freguesia de Santo André tem um “plano B”, de cerca de 15 mil euros, que consiste numa única cabana, “transportável”, que poderá ser levada a feiras e exposições.

Para a concretização do núcleo museológico, a autarquia conta com o apoio de elementos da ArqueoMuseum, uma associação de arqueologia e museologia do Litoral Alentejano, e de técnicos da Câmara Municipal de Santiago do Cacém

No final do século XIX, contou Jaime Cáceres, um grupo de pescadores de Ílhavo (distrito de Aveiro) fixou-se na Costa de Santo André, “à procura de mares mais calmos”

Há cerca de meio século, esta comunidade era constituída por cerca de 400 pessoas, que viviam em cabanas de colmo e trabalhavam na pesca e na agricultura

No inverno, os homens pescavam na lagoa de Santo André (chinha e chinchorro) e, no verão, praticavam a arte xávega no mar, enquanto as mulheres trabalhavam nos arrozais das redondezas

A 09 de janeiro de 1963, 17 pescadores perderam a vida durante a faina, o que levou muitas pessoas a abandonar aquela praia em direção a outras paragens, nomeadamente a Sines

Com o tempo, as cabanas foram desaparecendo, tendo para tal contribuído também a ação do Gabinete da Área de Sines, criado em 1971 para gerir a instalação do complexo industrial e portuário naquela zona

Jaime Cáceres espera que, com o núcleo museológico de Santo André, toda esta história sobreviva para as próximas gerações.

---

**ANEXO VII** – Candidatura - Diversificação e Reestruturação das Atividades Económicas e Sociais

GAC – ALÉM TEJO  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ZONAS DE PESCA



## Costa de Santo André, (O Homem), entre o Mar e a Lagoa

*Memória Descritiva*

Freguesia de Santo André

Maio/2013

## INTRODUÇÃO

O presente documento constitui-se como a memória descritiva do projecto de intervenção e animação cultural e turística, cuja finalidade é a de obter apoio ao investimento que visa o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade da vida da zona e comunidade piscatória da Costa de Santo André, para o efeito inserida no Grupo de Ação Costeira GAC-Além Tejo, de acordo com o Aviso nº 2, da Ação 2 – Diversificação e Reestruturação das Atividades Económicas e Sociais, do Eixo 4 do PROMAR.

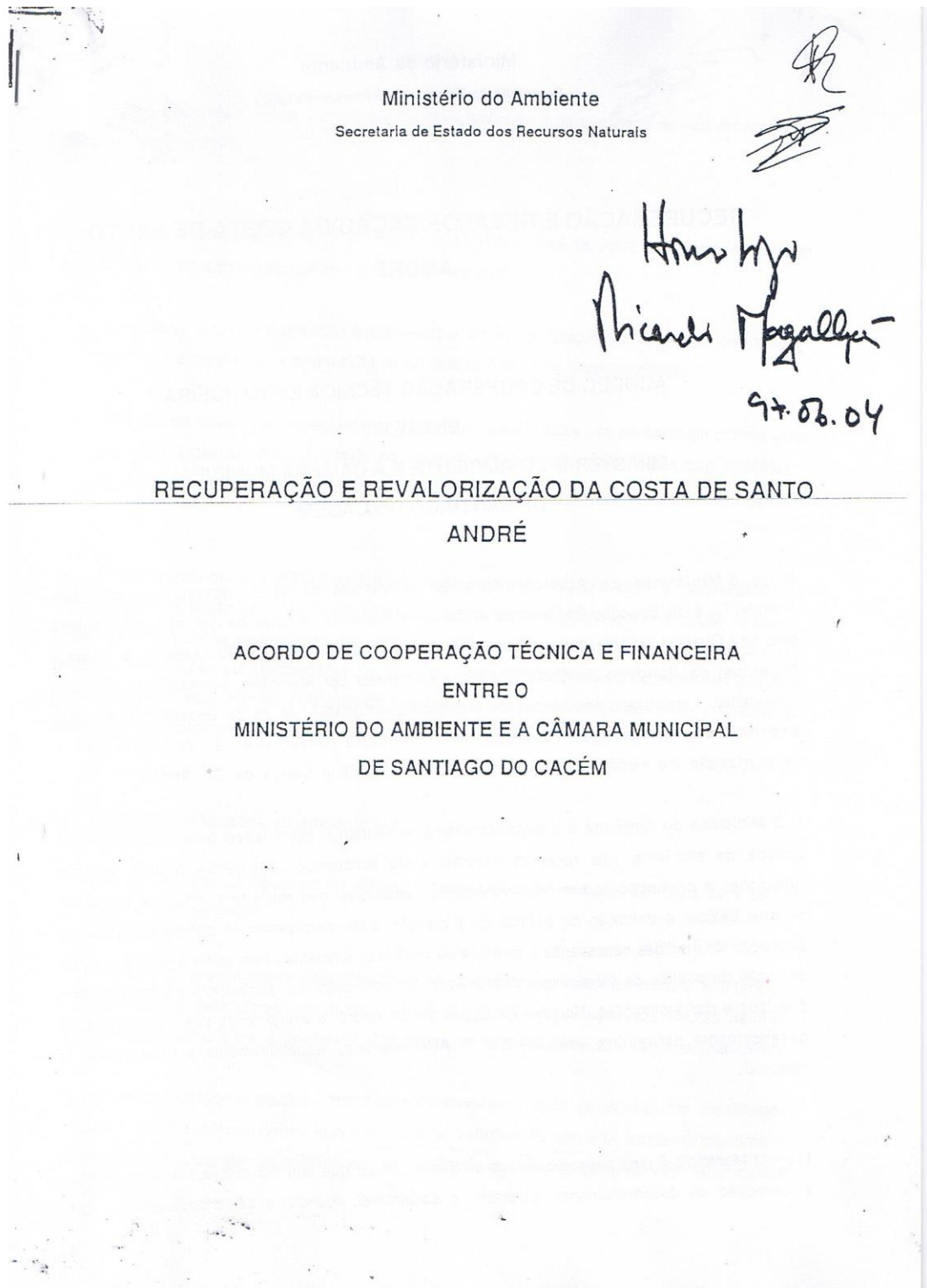
O projeto insere-se no objetivo e nas prioridades consideradas na Ação 21, “Estimular o desenvolvimento de actividades que valorizem os meios e recursos existentes e corrijam os estrangulamentos estruturais” e integra-se na tipologia de “Integração das actividades do sector com outras actividades económicas, nomeadamente através da promoção do ecoturismo, desde que dessas actividades não resulte o aumento do esforço de pesca” 2.

## ANEXO VIII – Arrematação / Arrendamento da Exploração do Pescado

LAGOA DE SANTO ANDRÉ-ELEMENTOS ANTIGOS		
Í N D I C E		
Folha	Data	Assunto
1	4- 4- 1714 ✓	Abertura da Lagoa-arrematação
2	16- 3- 1718 ✓	Nomeação dos avaliadores das terras de semeadura da Lagoa
3	6- 1- 1733 ✓	Arrematação-10.000 reis
4	1- 1- 1735 ✓	Arrematação-10.000 reis
5	14- 3- 1742 ✓	Abertura da Lagoa
6	26-12- 1846 ✓	Proibição de pescar com malha apertada
7	10- 7- 1847 ✓	Editais para arrematação da Lagoa
8	1- 1- 1748 ✓	Arrematação da Lagoa-20.500 reis
9	6- 1- 1799 ✓	Arrematação da Lagoa (?)
10	2- 3- 1811	Abertura da Lagoa
11-	9-12- 1815	Convite aos pescadores de fora do Concelho para virem pescar na Lagoa
12	4- 5- 1816	Licença para abertura da Lagoa
13	24- 2- 1836	Convite aos proprietários de S <sup>o</sup> .André que teem terras debaixo da Lagoa para virem à Camara no dia 27 de Fevereiro para tratar da abertura da Lagoa
14	14-10-1840	Publicação de éditos para o arrendamento da Lagoa
15	9- 3- 1842	Deferido o pedido para abrição da Lagoa-Nomeados o cobrador e o director dos trabalhos-Oficiado ao Administrador do Concelho para expedir as ordens ao Regedor da Paróquia de S <sup>o</sup> .André para se fazer a abrição
16/17	5- 2- 1721 ✓	Arrematada por 12.500 reis
18/19	8- 1- 1727 ✓	Arrematada por 19.500 reis
20/21	14- 3- 1731 ✓	Arrematada por 20.000 reis
23	30- 3- 1732 ✓	Arrematada por 18.500 reis
24	6- 1- 1745 ✓	Arrematada por ( ? )
25	6- 1- 1751 ✓	Arrematada por 31.600 reis
26	1- 1- 1759 ✓	Arrematada por 23.000 reis
27	1- 1- 1760 ✓	Arrematada por 23.000 reis
28	1- 1- 1769 ✓	Arrematada por 51.000 reis
29	6- 1- 1776 ✓	Arrematada por 31.000 reis
30	14- 2- 1781 ✓	Arrematada por 57.000 reis
31	28- 4- 1731 ✓	Bendas do ano de 1730-rendeiro da Lagoa-20.000reis
32-	4- 4- 1736- ✓	Auto das contas-Renda da Lagoa-10.000 reis
33	9- 1- 1737 ✓	Auto das contas-Renda da Lagoa-21.000 reis
34	19- 1- 1739 ✓	Auto das contas-Renda da Lagoa-12.000 reis
35	30- 1- 1748 ✓	Auto das contas-Renda da Lagoa-20.000 reis
36	12- 1- 1745 ✓	Auto das contas-Renda da Lagoa-31.000 reis
37	30-12- 1751 ✓	Auto das contas-Renda da Lagoa-31.000 reis
38	6- 1- 1756 ✓	Auto das contas-Renda da Lagoa-10.000 reis
39	15- 3- 1758 ✓	Auto das contas-Renda da Lagoa-20.100 reis
40	1684 ✓	Tombo dos bens do Concelho de 1684
41	1869	Anos do Município-Descrição da Lagoa
42-4	1-1- 1800	Posturas Municipais-Postura s <sup>o</sup> Lagoa
43-5	1808	Anos do Município-Descrição da Lagoa
44-7	1810	Anos do Município-Descrição da Lagoa

===== ANNO DE 1735 =====  
----- Termo de Camera. -----  
101vº. Anno do Nascimento de Nosso Senhor/Jesu christo de mil e sete-  
centos e trinta/ e cinco annos. Ao primeiro dia do mes de/ Ja-  
neiro do dito anno nesta Villa de San / tiago de Cassem nas Ca-  
zas da Camera del / la Sendo ahi presentes o Doutor Juis de /  
fora desta Villa Joseph Leandro de / Almeyda, e os Vereadores  
Dionizio de / Aguiár da fonçoca, Luis Alures de / Tauora, e o  
capitán Mathias Pereira / o o Procurador do Concelho Bento  
Carneiro Fecanha, e sendo todos Juntos em / acto de Camera So-  
lenne Comigo Es / criuam aCordaram Sobre o bem Com / mun do  
Pouo o seguinte. Joam Ro / drigues Beja escriuam da Camera o  
escreuy. - fl. 101 vº . . . . .  
. . . . .  
. . . . .  
. . . . .  
103 Foi arrematada a pescaria da lagoa / por dês Mil reis a major  
Lanço a Bras / Machado morador em Torres Com as obrig/ çoes  
costumadas das Cargas , fiador / Andre dos Sanctos desta Villa  
aseitaram / e mandaram se fizese auto. - fl. 103 . . . . .  
. . . . .  
. . . . .  
SANTIAGO - VEREAÇÕES, DESDE 1 DE JANEIRO DE 1732 ATÉ 15 DE OU-  
TUBRO DE 1738. -----  
-----

**ANEXO IX – Plano de Ordenamento, Normas para a cedência de lotes – Termo Câmara – Súmula Legislativa.**



Ministério do Ambiente  
Secretaria de Estado dos Recursos Naturais

RECUPERAÇÃO E REVALORIZAÇÃO DA COSTA DE SANTO  
ANDRÉ

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA  
ENTRE O  
MINISTÉRIO DO AMBIENTE E A CÂMARA MUNICIPAL  
DE SANTIAGO DO CACÉM

Entre, o Ministério do Ambiente, através do Instituto da Água, representado pelo seu Presidente, e da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, representada pelo seu Director, adiante designados respectivamente por INAG e DRARN Alentejo, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, adiante designada por Município, representada pelo seu Presidente, é celebrado nos termos do Decreto-Lei nº 384/87, de 24 de Dezembro o seguinte acordo de cooperação técnica e financeira referente à recuperação e revalorização do núcleo da Costa de Stº André praia e Lagoa de Stº André:

I. O Ministério do Ambiente é o departamento governamental responsável pela prossecução da política de ambiente, dos recursos naturais e do consumidor que, entre outras, tem por atribuições a promoção de um desenvolvimento sustentável que respeite o ambiente como seu suporte básico, a definição da política de protecção e de valorização do património natural, a promoção de medidas necessárias à melhoria da qualidade ambiental, bem como a participação na definição da política de salvaguarda dos direitos dos consumidores, apoiando a participação dos cidadãos e das instituições. No caso da Lagoa de Stº André, o exercício de tais competências é genericamente assegurado pelo INAG e DRARN Alentejo, respectivamente a nível central e regional;

II. O Município é uma pessoa colectiva de direito público que tem por atribuições, entre outras, a promoção do desenvolvimento, integrado e sustentável, quando à salubridade pública e o



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

### **Demolição de Construções na Praia da Costa de St. André – Santiago do Cacém**

Em 1997/Junho, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, deu seguimento ao processo de desocupação da envolvente à Lagoa de St. André (adjacente à praia marítima), à data suportado pelo Acordo de Cooperação Técnica e Financeira (ACTF) N°66/97, publicado do DR N°190 – II série e 19/Agosto (Anexo A), celebrado entre a CMSC, o INAG e a então DRARN.

O referido Acordo cessou em 1999, tendo sido prorrogado até 31/Dezembro/2000 e visava executar as acções conducentes à recuperação ambiental das margens da lagoa e dunas adjacentes, incluindo a demolição de diversas construções ilegais (primeira e segunda habitação) e de algumas unidades de restauração. Do ponto de vista financeiro, o então INAG transferiria as verbas necessárias para o Município, que assumiria a autoria e responsabilidade da execução das acções, com o apoio técnico da CCDRALentejo.

A generalidade das acções foram executadas de acordo com o programa estabelecido. Porém, permanecem por demolir três estabelecimentos comerciais incluídos na área abrangida pelo POOC Sado-Sines, identificadas na carta em anexo (Anexo B), por envolverem questões jurídicas difíceis de ultrapassar, que adiante se descrevem e que incluem os processos indemnizatórios, cuja avaliação foi efectuada pelo INAG (Anexo C).

Tratando-se de estabelecimentos similares de hotelaria, a sua realocação está contemplada no Plano de Pormenor da Lagoa de St.º André e Brescos (praticamente concluído – fase de consulta às entidades), num local que dista cerca de 300m da actual localização.

A justificação jurídica para a remoção das construções em causa, revelou-se complicada, uma vez que os estabelecimentos estão em situação regular do ponto de vista do licenciamento municipal.

Na altura, de acordo com a avaliação efectuada pelo INAG, veio este Instituto a concluir que os mesmos se encontram incluídos em terrenos pertencentes ao DPM (admitindo uma largura de 50m para a margem), por via de um antigo braço da lagoa, actualmente seco. Este pressuposto dificultou ainda mais o processo de remoção, por falta de suporte jurídico que obvie o pagamento das eventuais compensações por perda de actividade, benfeitorias, etc. Em Dezembro/2001 foi emitido um parecer jurídico exterior (iniciativa do INAG) o qual se baseou naquele princípio e veio o mesmo a concluir pela remoção coerciva das construções.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM  
MUNICÍPIO LIVRE DE ARMAS NUCLEARES

LOTEAMENTO DA COSTA DE SANTO ANDRÉ

1980

Declaração de Area Crítica da Zona da Costa de St. André.

→ Ver actas 1981  
→ u a 1982

1983

Planta de Loteamento - Estudo Base

1984

CCRA - solicita o "Levantamento das situações de ocupação clandestina da faixa litoral alentejano integrada no domínio público".

1985

Normas Gerais de cedência de lotes da 1ª Fase do loteamento de 90 lotes.

1987

- Relatório Preliminar do levantamento efectuado na Lagoa de Santo André.
- Regulamento de venda de terrenos municipais nos perímetros urbanos de Brescos e Costa de Santo André.

1988

Del.Câm. - 08/01/88 - Aprovada proposta de ocupação da Lagoa de St. André no âmbito do P.D.M.

Del.Câm. - 19/08/88 - Iniciada a demarcação dos lotes de terreno.  
Foi aprovado o Estudo Prévio/Habitação tipo B.


15/10/88 - Projecto de Demolição das moradias de 2ª habitação.

Del.Câm. - 25/11/88 - Aprovado o projecto de arquitectura - Fogo tipo B. (refere um Estudo Prévio aprovado em 19/08/88).

Del.Câm. - 12/12/88 - Foi aprovado o Estudo Prévio do conjunto habitacional para o loteamento executado pela O.A.

14/12/88 - A Oficina de Arquitectura (O.A.) - envia as "Indicações Regulamentares para o Desenvolvimento dos Projectos de Arquitectura do Conjunto Habitacional de Santo André".


22/12/88 - Foi aprovado o projecto de construção da rede eléctrica para o referido loteamento.

 Câmara Municipal  
de Santiago do Cacém

*Martin*

*Arquivar  
duj: F. Santos  
Acidre  
Qu*

# Distribuição de Lotes PARA AUTO-CONSTRUÇÃO



**NORMAS GERAIS DE CEDÊNCIA DE LOTES  
DA 1ª FASE DO LOTEAMENTO DE 90 LOTES**

**CAPÍTULO I**

Nº1 - A Câmara Municipal de Santiago do Cacém, abre concurso, a partir de 16 /12/85 e até 31/03/86, para distribuição de 24 lotes de terreno para construção de habitação no loteamento da Costa de Santo André.

§ - Os candidatos inscrever-se-ão na Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

Nº2 - Os lotes destinam-se a construção de habitação própria.

Nº3 - A habitação será construída segundo projecto tipo.

Nº4 - O projecto tipo será fornecido gratuitamente pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

§1 - O projecto tipo pode sofrer pequenas alterações, sendo da responsabilidade do superficiário a sua execução, depois de ouvidos os Serviços de Administração Urbanística da C.M.S.C..

Nº5 - Constitui obrigação da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, para além do fornecimento do projecto tipo, o fornecimento gratuito de:

- três carradas de areão;
- trabalho de retroescavadora, para abertura de caboucos, até quatro horas.

§ 1º -Se outros incentivos à auto-construção forem determinados pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém, terão os superficiários direito a reivindicá-los, desde que cumpram o regulamento e que esses incentivos estejam em tempo de utilização na obra.

§ 2º -As obrigações referidas no nº 5 não se aplicam a eventuais candidatos a lotes para 2ª habitação.

...///...



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

...///...

-2-

Nº 1 - Os lotes serão atribuídos a:

- a) - Entre os concorrentes inscritos;
- b) - Quem não seja possuidor de casa própria ou se a possuir não seja suficiente para o seu agregado familiar ou não tenha condições de habitabilidade ou se pretenda transferir da zona da primeira duna (apreciação a ser feita pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém).
- c) - Quando o candidato já seja detentor de outro lote em terreno Municipal, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém poderá recusar a candidatura depois de analisadas as razões da pretensão.

§ - Em nenhum caso poderá o mesmo agregado familiar ser superficiário de dois lotes para habitação.

- d) - Dos 24 lotes que constituem a primeira fase do loteamento 4 poderão ser atribuídos para 2ª habitação.

§ - Estes lotes só serão distribuídos se não houver para esta primeira fase concorrentes para primeira habitação que preencham os 24 lotes em curso.

Nº 2 - A classificação dos concorrentes será feita de acordo com os graus de prioridade e escalões seguintes:


GRAUS DE PRIORIDADE

- A - Residir ou trabalhar na Costa de Santo André há mais de 15 anos, residindo actualmente em habitação ou parte de casa na zona da primeira duna.
- B - Residir ou trabalhar na Costa de Santo André há mais de 10 e menos de 15 anos, residindo actualmente em habitação na zona da primeira duna.
- C - Residir em habitação na zona da primeira duna há mais de cinco anos.
- D - Residir e/ou trabalhar na freguesia de Santo André há mais de 15 anos.
- E - Residir e/ou trabalhar na freguesia de Santo André há mais de 10 anos e menos de 15 anos.
- F - Residir e/ou trabalhar no concelho de Santiago há mais de 15 anos.
- G - Outras situações.

ESCALÕES

- A - Residir em habitação que pela sua localização na primeira duna e pela proximidade do mar a coloque em situação perigosa.
- B - Residir em habitação situada na primeira duna e que esteja em ruínas, seja barraca ou de construção de pouca segurança.
- C - Residir em habitação sem dimensões suficientes para as necessidades do agregado familiar e/ou não dispor de instalações sanitárias mínimas nem condições de as construir.

...///...

 CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

...///... -3-

D - Composição do agregado familiar (os agregados maiores preferem aos menores)

Nº3-A lista de classificação provisória será afixada na Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Junta de Freguesia de Santo André e remetida aos interessados, havendo um prazo de cinco dias para reclamações.

§ ÚNICO - As reclamações serão apresentadas à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, não sendo aceites reclamações verbais.

Nº4-Poderão ser verificadas pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém as declarações dos concorrentes e sendo obrigatoriamente verificadas as dos reclamantes e reclamados.

Nº5-A verificação das reclamações ou declarações falsas, com objectivos dolosos, implica a desclassificação do concorrente.

Nº6-Será fixada lista definitiva dos concorrentes três dias após as verificações referidas no nº 4.

Nº7-A distribuição dos lotes será feita por acordo entre os candidatos classificados.

§ ÚNICO - Não havendo acordo entre os candidatos classificados as localizações serão sorteadas.

Nº8-O superficiário obriga-se a comparecer, para a realização da escritura de Direito de Superfície no prazo de vinte dias após a data da obtenção do Auto de Cedência do Lote.

§ 1º - Este prazo só pode ser alterado por determinação de um membro da Câmara - Presidente ou Vereador do Pelouro.

§ 2º - Se sem determinação de um membro da Câmara, referido no parágrafo anterior fôr excedido aquele prazo, pode o lote ser distribuído ao candidato que se seguir na lista ou arilado o respectivo auto de cedência, revertendo o lote de novo, para o Município, sem direito a qualquer indemnização.

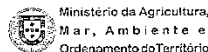
Nº9-O concurso rege-se-a ainda pelas normas especiais de utilização, a publicar pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém antes de afixada a lista provisória e após consulta aos eventuais interessados, e demais disposições aplicáveis.

Santiago do Cacém e Paços do Concelho, 10 de Dezembro de 1985  
A CÂMARA MUNICIPAL

NOTA: Na Câmara Municipal de Santiago do Cacém poderão os interessados obter mais esclarecimentos.



## ANEXO X – Edital para a pesca (exemplo – vigente)



### EDITAL

#### ZONA DE PESCA PROFISSIONAL DA LAGOA DE SANTO ANDRÉ

2012 – 2013

A AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL, de acordo com o disposto no número 4 do Regulamento da Zona de Pesca Profissional da Lagoa de Santo André, aprovado pela Portaria n.º 86/2004, de 8 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1046/2008, de 16 de Setembro, faz público que:

1 - Está sujeita a regulamentação especial a pesca na Lagoa de Santo André com os seguintes limites, conforme carta anexa ao presente Edital (Anexo I):

Pela poligonal de Coordenadas Rectangulares:

1 – M = 142875.00	P = 126732.50
2 – M = 142875.00	P = 126035.00
3 – M = 141725.00	P = 125504.00
4 – M = 142566.00	P = 125407.00
5 – M = 142272.00	P = 125221.00
6 – M = 142344.00	P = 125827.00
7 – M = 142000.00	P = 126000.00
8 – M = 141678.00	P = 126062.00
9 – M = 141315.00	P = 126250.00
10 – M = 141509.00	P = 126737.00
11 – M = 141583.00	P = 126947.00
12 – M = 141638.00	P = 127159.00
13 – M = 141724.00	P = 127575.00
14 – M = 142216.00	P = 127099.00
15 – M = 142435.00	P = 126945.00

2 - É proibida a pesca profissional e desportiva na restante área da Lagoa de Santo André e poços adjacentes.

3 - Durante o exercício da pesca os pescadores profissionais devem fazer-se sempre acompanhar dos documentos a seguir indicados e dos demais que venham a ser exigidos por qualquer diploma legal:

- Licença de pesca profissional, válida para a região Sul;
- Licença especial para a Zona de Pesca Profissional da Lagoa de Santo André;
- Bilhete de identidade;
- Título de registo da embarcação em uso;
- Declaração de capturas.

4 - Os indivíduos que exerçam a pesca na Zona de Pesca Profissional da Lagoa de Santo André sem serem possuidores da necessária licença especial são considerados sem licença de pesca.

5 - É proibida a pesca profissional e desportiva nos seguintes locais, devidamente sinalizados:

- A menos de 10 metros de embarcadouros;
- Perímetro distanciado de 25 metros das margens das ilhas existentes no corpo central da Lagoa de Santo André, medidos em situação de máxima emersão das referidas ilhas;
- Em zonas balneares, durante a respectiva época, a menos de 50 metros da linha de praia.

6 - É obrigatória a declaração das capturas efectuadas, discriminadas por espécie. Esta declaração, efectuada em modelo próprio, deverá ser preenchida mensalmente e entregue até ao dia 27 de Julho na Autoridade Florestal Nacional – Unidade de Gestão Florestal do Alentejo Litoral, sita na Rua da Floresta, 7520-187 SINES. O não cumprimento desta disposição implica a impossibilidade de obtenção de licença especial para a época seguinte. Durante o exercício da pesca o pescador deverá fazer-se acompanhar da respectiva declaração de capturas, devidamente preenchida com o resultado das capturas mensais já efectuadas.

7 - As licenças especiais são gratuitas e para a presente época será atribuído um número máximo de 40 licenças, subordinadas à aplicação cumulativa das seguintes normas:

7.1 - Critério de distribuição:

- 35 licenças (correspondendo a 87,5 % do total) serão atribuídas a pescadores que obtiveram licença especial na época de 2011-2012 e que cumpriram com a obrigação definida no número 6;
- 5 licenças (correspondendo a 12,5 % do total) serão atribuídas a pescadores que não obtiveram licença especial na época de 2011-2012.

7.2 - Ordem de prioridade:

- pescadores profissionais que tenham a pesca como actividade principal e sejam residentes na freguesia de Santo André;
- pescadores profissionais residentes na freguesia de Santo André;
- pescadores profissionais que tenham a pesca como actividade principal;
- outros pescadores profissionais.

8 - Será atribuído um número de registo a cada pescador possuidor de uma licença especial.

9 - Os aparelhos de pesca autorizados para o exercício da pesca profissional nesta zona e respectivas características são os seguintes:

- Cana de pesca** – vara rígida ou semi-rígida em conjunto com uma linha, na extremidade da qual existe um ou mais anzóis, podendo-lhe ser adaptado um mecanismo para recolha da linha (carrete, molinete).  
N.º máximo de anzóis – 2
- Linha de mão** – aparelho com um ou mais anzóis que actua ligado à mão do pescador.  
N.º máximo de anzóis – 2

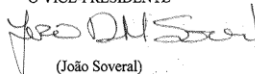
- c) **Remolhão**, para a pesca da enguia.
- d) **Nassa (ou galricho)**, para captura de enguia – arte fixa, do tipo armadilha, constituída por um saco de rede distendido sustentado a intervalos regulares por arcos, podendo ter dois alares de rede, calada por duas ou três varas que se lhe prendem aos extremos, tendo interiormente bocas (endiches).  
Comprimento máximo do saco – 2 m  
Comprimento máximo de cada alar – 5 m  
Altura máxima de cada alar – 1,5 m  
Malhagem mínima das redes – 18 mm
- e) **Rede de emalhar de um pano** – arte de forma rectangular constituída por um pano, mantida em posição vertical por meio de cabos de flutuação e cabos de lastro.  
Comprimento máximo da rede – 50 m  
Altura máxima da rede – 2 m  
Malhagem mínima da rede – 80 mm
- 10 - Para o exercício da pesca profissional cada pescador deverá identificar os seus aparelhos de pesca com bóia de superfície, marcada com o número de registo do respectivo proprietário referido no número 8 do presente Edital, de forma a que a identificação seja facilmente visível acima do nível da água pela fiscalização.  
As referências das bóias a utilizar são as seguintes:  
a) Para identificação de nassas (ou galrichos): **SHE-6 630 GRS FLOT de cor amarela**  
b) Para identificação de redes de emalhar: **SHE-6 630 GRS FLOT de cor branca**
- 11 - As nassas (ou galrichos) podem pescar isoladas ou ligadas em grupos até cinco unidades, devendo, neste último caso, os grupos estarem afastados de uma distância nunca inferior ao comprimento do grupo maior. A salvaguarda desta distância é obrigatória, independentemente do proprietário das mesmas.
- 12 - Os aparelhos de pesca encontrados sem identificação legível ou sem estarem em conformidade com o estabelecido nos números 9, 10 e 11 serão considerados em abandono e perdidos a favor do Estado.
- 13 - Cada pescador não pode utilizar:  
- mais de 20 nassas (ou galrichos), durante o período de 1 a 30 de Setembro;  
- mais de 35 nassas (ou galrichos) e uma rede de emalhar de um pano, durante o período de 1 de Janeiro até à abertura da Lagoa ao mar.
- 14 - A pesca com rede de emalhar de um pano é proibida durante os seguintes períodos:  
a) desde a data de abertura da Lagoa ao mar até ao dia 31 de Dezembro;  
b) aos sábados, domingos e dias de feriado nacional, pelo que as redes devem ser levantadas até ao pôr do sol de sexta-feira ou do dia imediatamente anterior ao dia feriado;
- 15 - As redes de emalhar fundeadas de um pano não podem permanecer caladas por mais de 24 horas em cada período de 36 horas.
- 16 - É proibida a pesca profissional durante os seguintes períodos:  
a) Nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro;  
b) Desde a abertura da Lagoa ao mar até ao dia 31 de Agosto. No caso das águas da lagoa se manterem em comunicação com as águas do mar após 1 de Setembro, a pesca profissional só é permitida após o fecho da lagoa ao mar.
- 17 - É proibido transportar nas embarcações, reter nas margens e utilizar aparelhos de pesca diferentes dos legalmente autorizados para esta zona ou que não estejam devidamente identificados.
- 18 - Nenhuma arte de pesca pode ter qualquer dos seus extremos fixado a terra firme.
- 19 - A partir de terra firme só pode ser utilizada a cana ou linha de mão.
- 20 - Sem prejuízo do disposto no número 11, as redes de emalhar e as nassas (ou galrichos) têm de ficar intervaladas entre si de uma distância nunca inferior ao comprimento do aparelho de pesca mais comprido, independentemente do seu proprietário.
- 21 - Nenhuma arte de pesca pode ser calada de forma a prejudicar outra que já o esteja.
- 22 - Na pesca com barco o pescador profissional pode fazer-se acompanhar por um auxiliar.
- 23 - A pesca com remolhão só é permitida durante os seguintes períodos:  
a) De 1 a 30 de Setembro;  
b) Desde o dia 1 de Janeiro até à abertura da Lagoa ao mar.
- 24 - A pesca desportiva (com cana de pesca ou linha de mão) só é permitida desde o dia 1 de Dezembro até à data de abertura da Lagoa ao mar, com excepção da pesca à enguia que tem início apenas no dia 1 de Janeiro. Todos os exemplares de enguia capturados entre o dia 1 e o dia 31 de Dezembro devem ser de imediato devolvidos à água em boas condições de sobrevivência.
- 25 - É permitida a pesca profissional e desportiva desde o nascer-do-sol até uma hora depois do pôr-do-sol.
- 26 - Nesta zona de pesca profissional observar-se-ão ainda as seguintes disposições:  
a) As espécies aquícolas que podem ser capturadas e respectivas dimensões mínimas são as seguintes:  
- Choupa (*Spondylosoma cantharus*) ..... 23 cm;  
- Congro ou safio (*Conger conger*) ..... 58 cm;  
- Dourada (*Sparus aurata*) ..... 19 cm;  
- Linguados (*Solea spp*) ..... 24 cm;  
- Robalo legítimo (*Dicentrarchus labrax*) ..... 36 cm;  
- Robalo-baíla (*Dicentrarchus punctatus*) ..... 20 cm;  
- Salema (*Sarpa salpa*) ..... 18 cm;  
- Salmonete (*Mullus surmuletus*) ..... 15 cm;  
- Sargos (*Diplodus spp*) ..... 15 cm;  
- Solha (*Pleuronectes platessa*) ..... 25 cm;  
- Tainhas (*Mugilidae*) ..... 20 cm;  
- Enguia (*Anguilla anguilla*) ..... 22 cm, com excepção da enguia prateada cuja pesca é proibida;

As restantes espécies podem ser capturadas de acordo com o disposto no Decreto n.º 44623, de 10 de Outubro de 1962, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 312/70, de 6 de Julho, e demais legislação aplicável.

- b) Os exemplares capturados com dimensões inferiores às fixadas e as enguias prateadas deverão ser imediatamente devolvidos à água em boas condições de sobrevivência;
- c) A inscrição para atribuição das licenças especiais é feita de 16 a 27 de Julho de 2012 na Autoridade Florestal Nacional – Unidade de Gestão Florestal do Alentejo Litoral, sita na Rua da Floresta, 7520-187 SINES, Telef.: 269 870 594;
- d) O pedido de inscrição pode ser igualmente formulado por escrito, no prazo referido na alínea anterior, para a Autoridade Florestal Nacional – Unidade de Gestão Florestal do Alentejo Litoral, Rua da Floresta, 7520-187 SINES, devendo dele constar o nome completo, morada e n.º de telefone, e ser acompanhado dos seguintes documentos:
- cópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;
  - cópia da licença de pesca profissional válida para a região Sul para o ano de 2012.
- Se pretender fazer prova de que tem a pesca profissional em águas interiores como actividade principal, deverá também ser apresentado um documento emitido pelo serviço de finanças, no qual conste que exerce como **actividade principal** a pesca em águas interiores (CAE 03121);
- e) Se o número de inscrições exceder o número de licenças especiais a atribuir proceder-se-á a um sorteio público, sem prejuízo dos critérios estabelecidos no número 7 do presente edital, a realizar no dia 2 de Agosto de 2012, às 11 horas, nas instalações da Autoridade Florestal Nacional – Unidade de Gestão Florestal do Alentejo Litoral, sita na Rua da Floresta, 7520-187 SINES.
- f) Se o valor previsto nalguma das alíneas do número 7.1 do presente edital não for preenchido, as licenças restantes poderão ser atribuídas a pescadores que reúnam as condições referentes à outra alínea.
- g) As licenças especiais podem ser levantadas a partir do dia 13 de Agosto de 2012 na Autoridade Florestal Nacional – Unidade de Gestão Florestal do Alentejo Litoral.
- 27 - As licenças especiais referentes ao ano de 2012 são válidas até à data de abertura da Lagoa ao mar em 2013.
- 28 - Sem prejuízo do disposto no presente Edital, é permitida a pesca desportiva nos termos previstos no Decreto n.º 44623, de 10 de Outubro de 1962, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 312/70, de 6 de Julho, e demais legislação aplicável.
- 29 - A pesca desportiva apenas pode ser exercida a partir de terra firme, com cana e linha de mão.
- 30 - Todos os pescadores profissionais que pratiquem a pesca na Zona de Pesca Profissional da Lagoa de Santo André ficam obrigados a fornecer à Autoridade Florestal Nacional e à Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, sempre que lhes for exigido, os elementos que aquelas entidades entenderem necessários para efeitos de estudos estatísticos e biométricos das espécies capturadas.
- E, para constar se publica este Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL, 15 de Junho de 2012

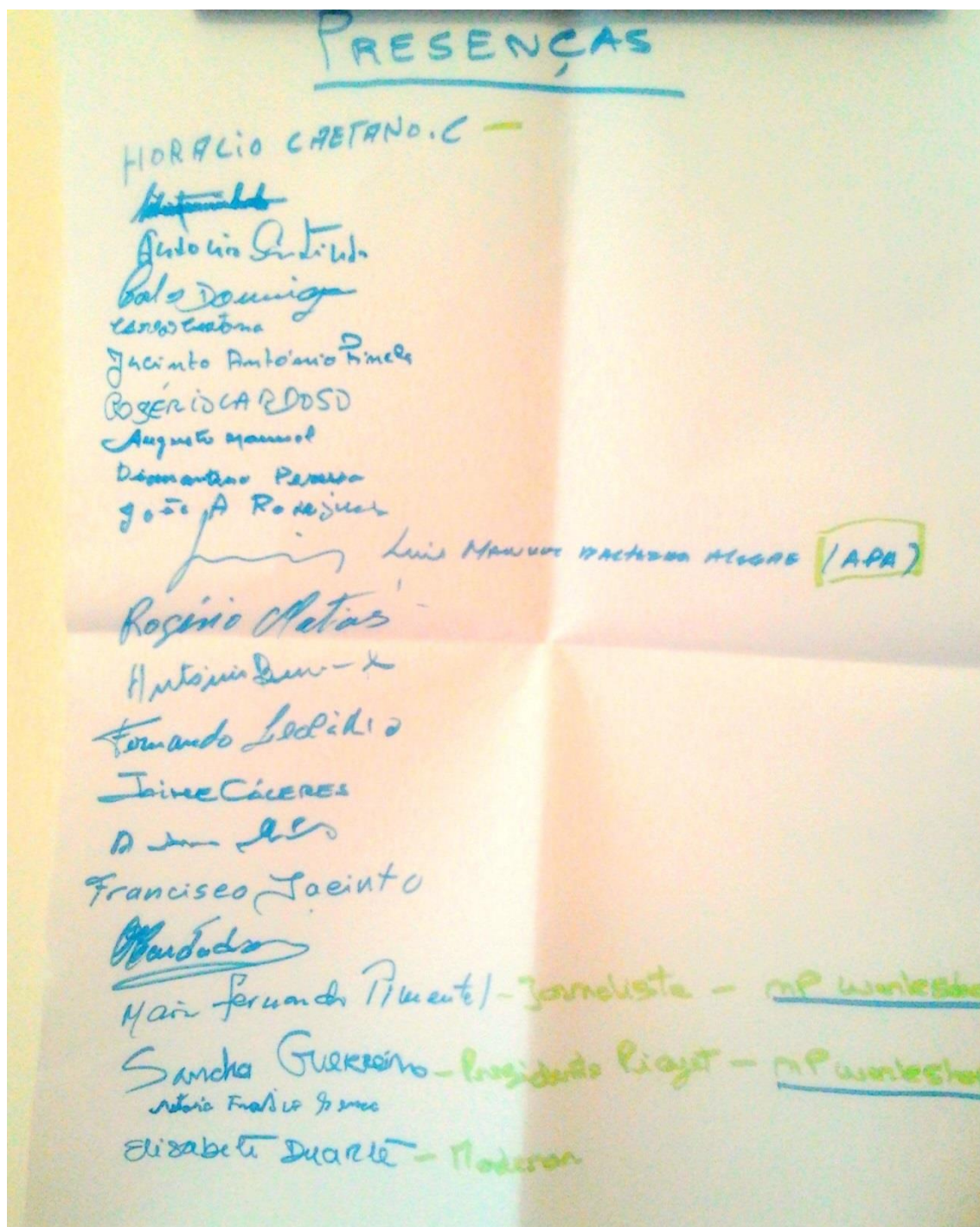
O VICE-PRESIDENTE



(João Soveral)



ANEXO XI – Lista de Presenças na Realização do Workshop.





**ANEXO XII - Power point – Apresentação Workshop (Exemplo)**



**WORKSHOP - PERCEÇÃO DOS ATORES-CHAVE FACE À SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS DA LAGOA DE SANTO ANDRÉ**

UNIVERSIDADE  
**AbERTA**

Armando Santinhos – 20/09/2013



**WORKSHOP**

**ENQUADRAMENTO**



No âmbito costeiro os problemas biofísicos e de sustentabilidade passam por uma inspiração de “movimento ambientalista”.

Nesse sentido torna-se necessário o estabelecimento de uma parceria entre tradição, cultura, ciência, determinação legislativa, que vise uma sustentabilidade social, incrementada pela cidadania, pelo bom senso, e pelo sentido colaborativo entre as partes interessadas no processo.

UNIVERSIDADE  
**AbERTA**

Armando Santinhos – 20/09/2013



**WORKSHOP - CARACTERIZAÇÃO DA LAGOA**

- ❖ **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL**
- ❖ **QUALIDADE AMBIENTAL**
- ❖ **A PESCA**

UNIVERSIDADE  
**AbERTA**

Armando Santinhos – 20/09/2013



### WORKSHOP - CARACTERIZAÇÃO DA LAGOA

#### DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

No propósito da sustentabilidade há que ter em conta a questão que suscita o incremento económico como forma de se atingir a equidade social.



- ❖ Ausência de Projetos / Planos de desenvolvimento
- ❖ Densidade Populacional = 759 hab. / 74,7316 ha = **10,16 hab / ha** (ECOTONO – Plano Pormenor Costa S. André)

Armando Santinhos – 20/09/2013

### WORKSHOP – PROVOCAÇÃO FINAL

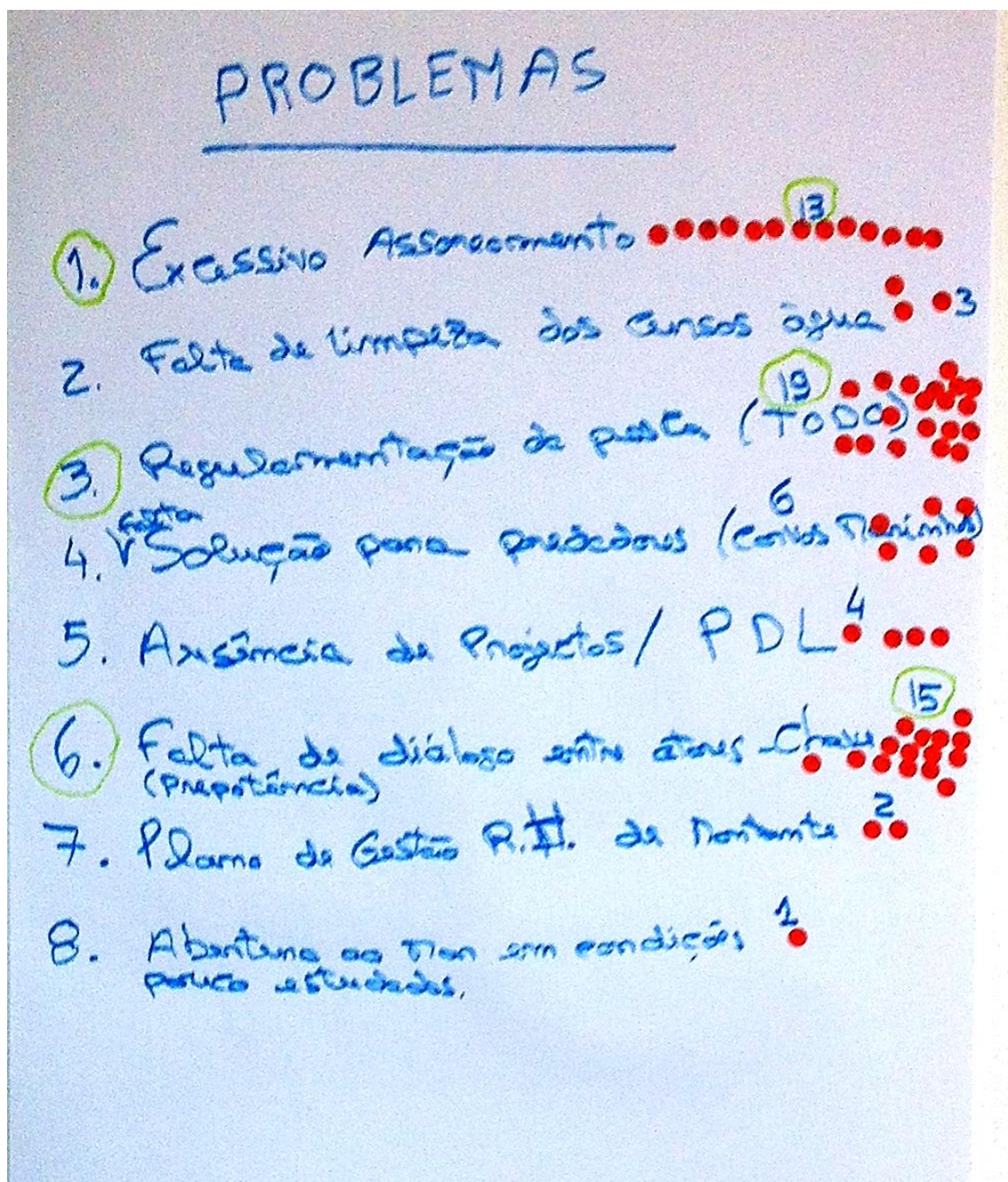
Em suma, devemos fazer um esforço coletivo para que os diferentes intervenientes:

- ❖ Olhem para as condições de equilíbrio do ecossistema, permitindo a intervenção sustentável do homem para o seu restabelecimento, e que acima de tudo;
- ❖ O saber científico, não descure a sabedoria popular;
- ❖ Os diferentes intervenientes saibam comunicar entre eles;
- ❖ Para que se não perca esta jóia lagunar, berço milenar de tradições, de um equilíbrio extraordinário e de fonte de rendimento para os homens e mulheres que souberam em tempos idos, dignificar a arte da pesca na lagoa, levando o seu pescado ao reconhecimento da sua superior qualidade, apreciado a quem e além fronteiras.



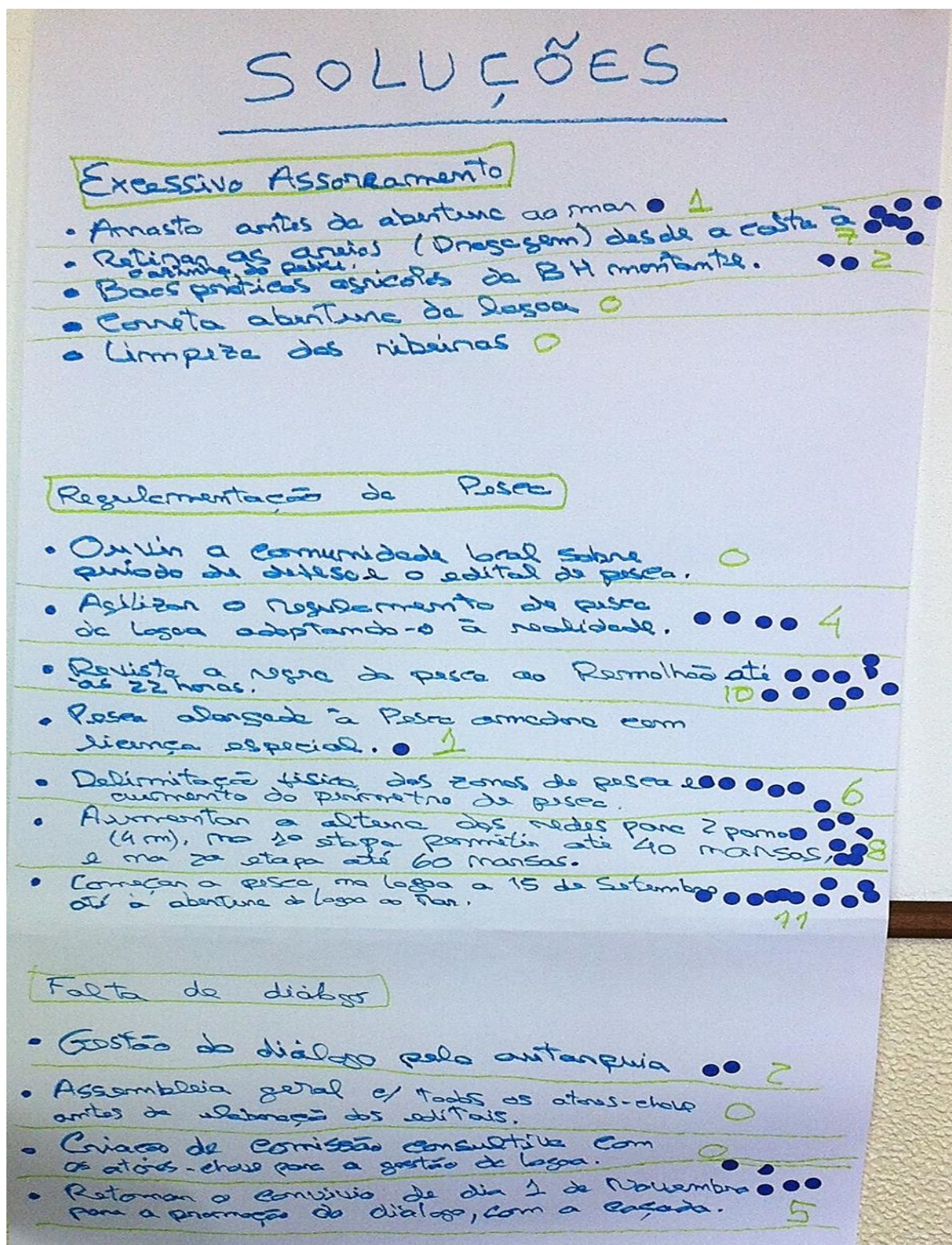
Armando Santinhos – 20/09/2013

ANEXO XIII – Listagem de Problemas Votados





ANEXO XIV – Lista de Soluções Votadas





## ANEXO XV – Acto de Votação

